

DJALMA LINO GONÇALVES

**A COLONIZADORA VERA CRUZ MATO
GROSSO LIMITADA E A FORMAÇÃO
DE NAVIRAÍ**

DOURADOS 2015
UFGD

DJALMA LINO GONÇALVES

**A COLONIZADORA VERA CRUZ MATO
GROSSO LIMITADA E A FORMAÇÃO
DE NAVIRAÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Salete Menegat

DOURADOS-MS/ 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G635c	<p>Gonçalves, Djalma Lino. A colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e a formação de Naviraí. / Djalma Lino Gonçalves. – Dourados, MS : UFGD, 2015. 134 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Alzira Saete Menegat. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Colonização. 2. Naviraí. 3. Empresa colonizadora. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD – 325.3</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

DJALMA LINO GONÇALVES

**A COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA E A FORMAÇÃO
DE NAVIRAÍ**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 28 de Agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:

Alzira Salete Menegat (Dra., UFGD) _____

2º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

João Edimilson Fabrini (Dr., UNIOESTE) _____

Dedico esse trabalho em primeiro lugar a Deus, a minha esposa Joice Fernandes dos Santos Lino, a minha filha Giovanna Eduarda Fernandes Lino, e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois Ele tem a cada dia me dado forças e graças para caminhar e conquistar meus objetivos.

A minha esposa Joice Fernandes dos Santos Lino e minha filha Giovana Eduarda Fernandes Lino, vosso amor e carinho me dão forças para a cada dia caminhar, lutar e almejar novas conquistas.

Aos meus pais pelo apoio e pelo esforço empregado, pois a vossa ajuda tem sido fundamental em minha vida, e com toda certeza nunca poderei pagar por tudo que fizeram por mim.

Ao meu Pastor Nilson Costa dos Santos, que tenho em grande estima e considero como meu amigo, companheiro e acima de tudo exemplo de homem de Deus.

Também agradeço grandemente a minha orientadora, professora Dra. Alzira Salete Menegat, que tem contribuído para minha formação, dedicado seu tempo, conhecimentos e esforços nessa jornada.

Aos professores Dr. Paulo Roberto Cimo Queiroz, Dr. Losandro Antonio Tedeschi, Dr^a Ana Maria Colling, Dr. Eliazar João da Silva, Dr. Linderval Monteiro e Dr^a Graciella, sendo que todos me auxiliaram e o conhecimento que adquiri com vocês não possui preço.

A Sra. Lourdes Elerbrock, proprietária da Colonizadora Naviraí, que abriu as portas dessa empresa para que fosse realizada esta pesquisa em seus arquivos e documentos, sempre nos atendendo com muita atenção.

Por fim agradeço a todos os meus amigos e familiares que tem estado ao meu lado e acreditado em mim.

Bem-aventurado o homem que não anda segundo o conselho dos ímpios, nem se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores; antes tem seu prazer na lei do Senhor, e na sua lei medita de dia e noite. Pois será como a árvore plantada junto às correntes de águas, a qual dá o seu fruto na estação própria, e cuja folha não cai; e tudo quanto fizer prosperará. Não são assim os ímpios, mas são semelhantes à moinha que o vento espalha. Pelo que os ímpios não subsistirão no juízo, nem os pecadores na congregação dos justos; porque o Senhor conhece o caminho dos justos, mas o caminho dos ímpios conduz à ruína. (Salmos 01)

RESUMO

O presente trabalho trata de uma pesquisa sobre a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e a formação de Naviraí, buscando compreender como ocorreu a atuação da Colonizadora, no início da década de cinquenta, no Estado de São Paulo, e como esta empresa desenvolveu suas atividades no extremo Sul do Estado do Mato Grosso, resultando na colonização, formação e desenvolvimento do município de Naviraí, tendo como recorte temporal as décadas de 1950 a 1970. Para alcançarmos os resultados esperados realizamos uma pesquisa documental nos arquivos da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, analisando certidões, atas de assembleias, contratos, mapas, registros de funcionários. Além das fontes documentais, utilizamos como metodologia a história oral, com a coleta de informações por meio de entrevistas realizadas com pessoas ligadas a colonizadora e também pessoas comuns, investigando documentários e relatos, bem como da pesquisa bibliográfica fazendo leituras de teses, dissertações, livros, artigos em revistas e periódicos, entre outros. Prosseguindo no levantamento de informações fizemos uso de imagens fotográficas e matérias jornalísticas do jornal O Progresso, de circulação regional e no âmbito do local de nossa pesquisa, fonte que nos propiciou contato com matérias referentes ao período de nossa pesquisa. A partir das informações levantadas foi possível compreender a formação e atuação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, num momento histórico da Marcha para Oeste, durante o governo de Getúlio Vargas, o qual incentivava a vinda de pessoas para o Centro Oeste e assim efetuar a ocupação, demarcação e povoamento de fronteiras brasileiras. Nesse contexto a empresa Colonizadora, motivada por uma política nacional, adquiriu duas glebas denominadas Bonito e Naviraí, para nelas desenvolver a atividade comercial de colonização da área em lotes rurais e urbanos, e que representam atualmente o município de Naviraí. Nesse sentido foi possível compreender que desde sua fundação até os dias atuais a Empresa Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada passou por muitas alterações internas, como por exemplo: constantes mudanças dos sócios proprietários, que se desligavam e outros novos sócios que iam sendo admitidos devido a compra de quotas, mudanças na localidade da sede da empresa, pois quando foi fundada a empresa tinha sua sede estabelecida na cidade de Vera Cruz do Oeste- SP, posteriormente a sede foi alterada para a cidade de Marília-SP, e em 1972, transferida para Naviraí-MT. Nesse processo da empresa Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada no contexto de Naviraí, verificamos que sua atuação não se restringiu apenas a aquisição de terras para a comercialização com vistas a obtenção de lucros, assim a empresa também influenciou na emancipação política de Naviraí em relação a Caarapó, em 1963, articulando alianças políticas nos governos que lá foram sendo eleitos, devido as articulações do diretor da colonizadora por vários anos Ariosto da Riva, que foram determinantes para a consolidação dos resultados políticos, sem negar sua participação naquele contexto. Atualmente a colonizadora ainda mantém sede no município, de Naviraí, contudo não realiza mais as atividades de loteamento e venda que antes realizava, seu escritório é mantido como escritório particular da família do Sr. Antônio Augusto dos Santos.

Palavras-chave: Colonização, Naviraí, Empresa Colonizadora.

ABSTRACT

This paper is a research about the settler Vera Cruz Mato Grosso Limitada and Naviraí formation, seeking understand how took place the settler's acting in the early 50's, in the state of Sao Paulo. Furthermore, how this company developed its activities in Southern Mato Grosso State, resulting in colonization, formation and development of the city of Naviraí. The time frame used refers to the years 1952 to 1970. To achieve the expected results we conducted a documentary research in the archives of settler, analyzing certificates, assemblies minutes, contracts, maps and employee records. Besides, the documentary sources, we used oral history methodology to collect information through interviews with people associated with colonization and also ordinary people. Furthermore, we investigates documentaries, reports and bibliographic search analyzing theses, dissertations, books, magazine articles, newspapers among others. Proceeding in gathering information we used photographic images and news of the newspaper materials. O Progresso, newspaper of regional circulation and at the local level of our research, favored source contact materials for the period of our research - from 1952 to 1972. From the information gathered it was possible to understand the formation and performance of settler, in a historic moment for the March West, during Getulio Vargas government, who encouraged the coming of people to the Midwest to occupation, settlement and demarcation of Brazilian borders. In this context the Colonizing company, motivated by a national policy, acquired two plots called Beautiful and Ashland, for them to develop the business of colonization of the area in rural and urban lots and currently represent the city of Naviraí. In this sense it was possible to understand that from its foundation to the present day, the company Vera Cruz Mato Grosso has undergone many internal changes, such as: changing the owner members, who hung up and other new members who were being admitted due to purchase shares, changes in the location of company headquarters, because when it was founded the company had its headquarters in the city of Vera Cruz do Oeste in São Paulo, later the headquarters was changed to the city of Marilia-SP, in 1972, transferred to Naviraí- MT. In the process of Colonization company in the context of Naviraí, we find that its performance not only restricted the acquisition of land for sale with a view to making a profit, but there was also the influence of the company in Ashland policy emancipation from the Caarapó, in 1963 articulating political alliances in governments that were there being elected, because the joints director of colonization for several years, Ariosto da Riva, who were instrumental in the consolidation of political outcomes, without denying their participation in that context. Currently the colonizing still maintains headquarters in the city of Naviraí, but does not perform more activities allotment and sales, which previously held. Yet, its office remains open as private office of the family of Mr. Antonio Augusto dos Santos.

Keywords: Colonization, Naviraí, Company Colonizing

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Área aproximada dos ervais nativos -----	31
Figura 02- Área de abrangência da Colônia Agrícola de Dourados -----	38
Figura 03- Certidão da Gleba Bonito -----	45
Figura 04- Mapa da abrangência atual do território do município de Naviraí -----	47
Figura 05- Memorial descritivo urbano de Naviraí, lavrado no ano de 1952 -----	48
Figura 06- Área da cidade de Naviraí- MS Praça Euclides Fabris -----	50
Figura 07- Matéria jornalística que anuncia a criação de Naviraí -----	51
Figura 08- Ficha de identificação do agente de vendas -----	53
Figura 09- Ficha de identificação do agente de vendas -----	54
Figura 10- Ficha de identificação do agente de vendas -----	54
Figura 11- Ficha de identificação do agente de vendas -----	55
Figura 12- Ficha de identificação do agente de vendas -----	55
Figura 13- Ficha de identificação do agente de vendas -----	56
Figura 14- Matéria jornalística com publicação de Canção em homenagem a Ariosto da Riva -----	66
Figura 15- Certidão de Mudança da sede da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada para Naviraí -----	69
Figura 16- Matéria anunciando o progresso e crescimento de Naviraí 1954 -----	78
Figura 17- Matéria jornalística noticiando uma reunião política em Naviraí -----	83
Figura 18- Matéria jornalística sobre a Proposta na Assembleia Legislativa de criação no município de Naviraí -----	84
Figura 19- Matéria jornalística noticiando a criação no município de Naviraí -----	85
Figura 20- Matéria jornalística noticiando a posse do sub-prefeito de Naviraí Otacílio de Souza Carvalho -----	86
Figura 21- Matéria jornalística sobre a eleição do diretório do PSD de Naviraí ----	87
Figura 22- Matéria jornalística sobre a homologação dos candidatos do PSD e PTB, para disputar eleição -----	88
Figura 23- Matéria jornalística anunciando a candidatura do Sr. Antônio Augusto dos Santos para concorrer ao cargo de prefeito -----	89
Figura 24- Matéria jornalística sobre a reunião do diretório da UDN -----	91
Figura 25- Matéria jornalística sobre a reunião do diretório da UDN -----	92

Figura 26- Matéria jornalística anunciando os candidatos da UDN para concorrer as eleições municipais de Naviraí em 1965 -----	93
Figura 27- Matéria jornalística anunciando os candidatos do PSD para concorrer as eleições municipais de Naviraí em 1965 -----	93
Figura 28- Matéria jornalística anunciando os resultados da primeira eleição de Naviraí -----	95
Figura 29 - Matéria relatando os numerários de arrecadação de ICM de Naviraí ---	96
Figura 30- Matéria jornalística anunciando a arrecadação de ICM de Naviraí em 1969 - -----	97
Figura 31- Matéria jornalística anunciando a arrecadação de ICM dos municípios do MT em 1972 -----	98
Figura 32- Matéria anunciando os candidatos para prefeito e vice-prefeito pela ARENA I e ARENA II -----	103
Figura 33- Propaganda da Serraria São Carlos -----	110
Figura 34- Propaganda das Serrarias Nossa Senhora das Graças e Navimad -----	111
Figura 35- Matéria sobre os 15 anos da COOPERNAV -----	112
Figura 36- Matéria jornalística apresentando a origem do nome Naviraí -----	113

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01- Sócios proprietários da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada desembarcando em Naviraí no ano de 1952 -----	43
Fotografia 02- Sócios proprietários da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e compradores de lotes, no aeroporto de Olímpia, embarcando para virem para Naviraí, 20/10/1952 -----	44
Fotografia 03- Chegada das primeiras famílias em Naviraí 1952 -----	57
Fotografia 04- Chegada das primeiras famílias em Naviraí 1952 -----	58
Fotografia 05- Visão aérea da pista de aviação de Naviraí em 1952 -----	59
Fotografia 06- Casas dos primeiros colonos na Fazenda Santa Helena 1954 -----	60
Fotografia 07- Casa dos primeiros colonos 1954 -----	60
Fotografia 08- Ariosto da Riva -----	65
Fotografia 09- Primeiras plantações de café em Naviraí - 1955 -----	75
Fotografia 10- 1º Serraria instalada na Vila Naviraí -----	77
Fotografia 11- Imagem aérea de Naviraí 1963 -----	77
Fotografia 12- Família Fukuda em Naviraí – MT em 1957 -----	79
Fotografia 13- Produção de Algodão de Naviraí sendo transportada pela balsa para Porto Epitácio -----	81
Fotografia 14- Construção da Prefeitura Municipal 1968 -----	99
Fotografia 15- Inauguração da Escola Municipal Rural José Cândido de Castro 1968 -- -----	100
Fotografia 16- Posse do candidato eleito pelo PSD João Martins Cardoso e vice – prefeito Sakae Kodama em 31/01/1970 -----	101
Fotografia 17- Da esquerda para direita: José Paulino Filho, Fukushima Tamio, José Bezerra da Costa, Sakae Kodama, Moriyoshi Fukuda, João Martins, Diogo Lozano Junior e Antônio Okada -----	101
Fotografia 18- Inauguração da biblioteca municipal pelo Prefeito João Martins Cardoso -----	102
Fotografia 19- Posse do candidato eleito pelo PSD Antônio Augusto dos Santos 31/01/1973 -----	104
Fotografia 20- Instalação da Comarca em Naviraí 11/01/1975 -----	105
Fotografia 21- Posse do candidato eleito pela ARENA I Ronald Almeida Cançado 31/01/1977 -----	106

Fotografia 22- Dr. Ronald de Almeida Cançado inaugurando 1º Consultório odontológico -----	107
Fotografia 23- Prefeito Ronald Almeida Cançado na Fábrica de tubulações -----	107
Fotografia 24- Primeira Cadeia municipal -----	108
Fotografia 25- Estação de energia Elétrica instalada em 1978 -----	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Associados da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e capital investido em 1951 para criação da empresa -----	42
Tabela 02- Associados da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada em 1956 -	64

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAND – Colônia Agrícola de Dourados

COPASUL- Cooperativa Agrícola Sul Mato-grossense

COOPERNAV- Cooperativa de Produtos de Cana-de-açúcar Navirai Limitada

ICM- Imposto sobre Circulação de Mercadoria

INDECO – Integração Desenvolvimento e Colonização

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

SMT - Sul do Antigo Mato Grosso

UDN –União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	15
CAPÍTULO 01- A FORMAÇÃO DE NAVIRAÍ: NUM CONTEXTO DA MARCHA PARA OESTE -----	27
1.1 - A atuação da Mate-Laranjeira no Estado de Mato Grosso -----	30
1.2 - A Marcha para Oeste e as mudanças que projetou no Estado de Mato Grosso --	34
1.3 - A Colônia Agrícola de Dourados no povoamento do Estado de Mato Grosso ----	37
CAPÍTULO 02- A COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE NAVIRAÍ -----	41
2.1 – A história da formação e instalação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada em Naviraí -----	41
2.2. O desenvolvimento da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e o comercio de lotes rurais -----	52
2.3 – Mudanças internas na administração e gestão da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada -----	61
2.4 – A transferência da Sede da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada para Naviraí -----	70
CAPÍTULO 03 – A ECONOMIA DE NAVIRAÍ E AS ALTERAÇÕES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS -----	74
3.1 A realidade econômica e política de Naviraí durante as décadas de cinquenta à setenta -----	74
3.2 – Observações sobre a origem do nome Naviraí, e sobre o Brasão de Armas do município -----	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	117
FONTES -----	119
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	119
DISSERTAÇÕES E TESES -----	120
ARTIGOS EM REVISTAS E ANAIS DE EVENTOS -----	120
JORNAIS -----	122
ENTREVISTAS -----	123
DOCUMENTOS -----	124
ANEXOS -----	125

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o contexto histórico da colonização de Naviraí, por meio da ação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, no extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso, atualmente sul de Mato Grosso do Sul. Para isso investigamos a estrutura da empresa pesquisando como foi criada, e o que a levou a se instalar em Naviraí, bem como a forma que atuou em diversos âmbitos no contexto daquele município, atentando para os resultados que imprimiu no lugar, compreendendo assim como se deu o processo de colonização e quais mudanças e transformações que efetuou na região.¹

O recorte temporal para o presente trabalho esteve voltado a desenvolver uma pesquisa tendo como referência as décadas de 1950 a 1970. Salienta-se que a década de 1950 precede a chegada da colonizadora, sendo um período de incentivos do Governo Federal para a ocupação da região em pauta, especialmente por meio da ocupação dirigida, assentada nas ações da Marcha para Oeste. Já as décadas subsequentes, de 1950 a 1970, representam o período de instalação e atuação da empresa em Naviraí. Com esse recorte temporal foi possível relacionar o contexto político, social e econômico da época, com o processo colonizador da área em questão, investigando os elementos que propiciaram a colonização de Naviraí, que ocorreu a partir da iniciativa de uma empresa privada, a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada². Esta, pelo processo de sua instalação em Naviraí, não demonstrava intenção de se estabelecer na região, mas tinha como finalidade única a compra e a venda de lotes, sendo seu objetivo maior obter lucratividade com este tipo de negócio.

É preciso dizer que essa pesquisa se insere no âmbito dos estudos regionais e representa a ampliação das análises sobre Naviraí, região que carece de estudos, ou seja, a história de Naviraí não tem sido objeto de reflexões de historiadores/pesquisadores, sendo que o único material produzido sobre o assunto, até o ano de 2013, era o Livro *Ensaio Para uma História Naviraí*, da autora Barreto, publicado em 1985. No entanto, em 2013, em virtude do cinquentenário da emancipação político administrativa do município foi publicado o livro “O Jubileu de Naviraí”, uma outra obra sobre o tema, viabilizada a pedido da administração daquele período (2013 a 2016).

¹ O contato com a temática deste trabalho se deu ainda em 2012, quando era professor temporário da UFMS-Campus de Naviraí, devido algumas conversas com o professor Victor Ferri Mauro, que mencionou sobre a necessidade de se produzir algo sobre a história de Naviraí, sendo este um campo pouco explorado.

Dessa forma, nossa pesquisa representa a ampliação dos debates sobre Naviraí, contribuindo para criar novas versões sobre a colonização do sul de Mato Grosso do Sul, aliado a necessidade de se desenvolver produções científicas sobre uma história pouco pesquisada. Foi esse objetivo que nos trouxe ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, no ano de 2013, momento em que apresentamos o interesse pela temática, para pesquisar a história da colonização de Naviraí.

Assim, assumimos o compromisso de empreender uma pesquisa que pudesse trazer novas análises sobre a história de Naviraí e para isso saímos em busca de diversas fontes, bem como produzimos outras fontes possíveis por meio de entrevistas, tencionando ampliar os entendimentos sobre aquele espaço. Dessa forma, nesse trabalho, empreendemos a busca de documentos e a análise do contexto histórico, considerando os condicionantes políticos, econômicos e sociais que propiciaram a criação da empresa Colonizadora, bem como de investimento em áreas no extremo sul do MT, hoje sul de Mato Grosso do Sul, compreendendo como desenvolveu atividades comerciais, e o impacto causado pela empresa na área.

As fontes da pesquisa

Para viabilizar a pesquisa tomamos como ponto de partida, os documentos do arquivo da colonizadora, tendo acesso a diversas fontes que retratam a fundação, a chegada e a gestão da mesma no contexto de Naviraí. Esse material nos foi disponibilizado pela Sra. Lourdes Elerbrock³, proprietária da empresa, que viabilizou nosso contato com todo o arquivo, no qual há grande e importante quantidade de documentos a serem pesquisados, tais como: mapas, fotos, registros, certidões, memorial descritivo, contrato de criação e Atas das assembleias realizadas na empresa, entre outros.

O acesso a este material oportunizou conhecer a formação e a atuação dessa empresa, em um conjunto de fontes que apresentamos ao longo do presente trabalho, e que ao nos debruçarmos sobre as mesmas, pudemos acumular dados e construir nova versão sobre a história de Naviraí. Por isso concordamos com Silva, Almeida e Guindani, quando chamam a atenção para a importância do documento escrito nas pesquisas,

³ Sra. Lourdes Elerbrock- chegou em Naviraí em 1967, onde atuou como professora até 1986, e neste mesmo ano assumiu a direção da APAE, onde permaneceu por 21 anos. A partir de 1968 passou a conviver com o Sr. Antônio Augusto dos Santos, até o seu falecimento em 2013.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 03).

Ao trabalhar com as fontes documentais da empresa colonizadora, levamos em consideração as recomendações apresentadas pelos autores, quando alertam para o fato de que documentos de empresas não são apenas textos escritos, mais possuem uma amplitude muito maior, visto que: “Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos” (SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p. 05).

Dessa forma, ao longo do percurso da pesquisa tivemos a preocupação e os cuidados de como é possível analisar as fontes documentais, e se as mesmas são determinantes para a pesquisa em história. De acordo com Bacellar (2008, p. 63) ao iniciar a pesquisa documental, é preciso conhecer a fundo, ou pelos menos da melhor maneira possível, a história daquilo que se estuda, e que se tem em mãos. Também é importante saber, sob quais condições o documento foi redigido? Com que propósito? E por quem?

Contextualizar o documento coletado é fundamental para o pesquisador, pois este precisa “entender as fontes em seus contextos e perceber as imprecisões e interesses de quem as escreveu” (BACELLAR, 2008, p. 63). Por isso, no percurso da pesquisa, consideramos que o historiador precisa levar em consideração que documento nenhum é neutro, mas traz consigo a opinião da pessoa que escreveu, sendo necessário um olhar crítico, e dessa maneira compreender o texto a partir do contexto que gerou sua produção, considerando sua época, visto que o significado de algumas palavras podem mudar no decorrer dos anos. Neste sentido, o cuidado com algumas expressões é de suma importância, como alertam Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 06).

É primordial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito.

Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, no entanto, cabe admitir que a falta de distância tenha algumas implicações na tarefa do pesquisador, mas vale como desafio. O pesquisador não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconômico-cultural e política que propiciou a produção de um determinado documento. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações, reações e, ainda, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela

análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma de organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos. (SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 06)

Cabe salientar que ao se trabalhar com as fontes documentais é importante analisar a qualidade das informações, relacionando-as a problemática da pesquisa pretendida, não levando em conta apenas o quantitativo, pois é possível que uma vasta quantidade de informações acabe por não ser toda aproveitada, dependendo do objeto pesquisado/estudado.

Na presente pesquisa, além das fontes documentais, utilizamos ainda, fontes bibliográficas, que não devem ser confundidas com as fontes documentais, pois são muito parecidas, de acordo com Oliveira (2007, p. 69), que chama a atenção para a classificação dos referenciais que servem de apoio às pesquisas, dizendo que aquelas bibliográficas, remetem a documentos de cunho científico como: livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, artigos científicos entre outros, sendo que os mesmos são referenciais que subsidiam olhares, podendo se configurar em aportes para leituras e entendimentos de documentos. Além disso, a pesquisa bibliográfica se traduz em um tipo de conhecimento científico no qual o pesquisador não precisa recorrer aos fatos e fenômenos da realidade empírica, mas usar conclusões de pesquisas anteriores e assim viabilizar a compreensão em novas investigações. Já a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não foram analisados, ou seja, são fontes primárias e por isso exigem uma análise mais cuidadosa e acurada. Nesse sentido, em nossa pesquisa, procuramos dialogar com duas obras que consideramos fundamentais, a obra intitulada “Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos”, de autoria de Bacellar (2008, p. 64).

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 07)

Entre as fontes utilizadas, recorreremos as orais, uma vez que de acordo com Alberti (2008, p. 155) “A história oral uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da História contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita.”

É muito importante o uso da História oral na pesquisa que desenvolvemos visto que “a história oral permite o registro de testemunhos e histórias dentro da história” Alberti (2008, p. 155), ampliando as possibilidades de compreensão do passado, contribuindo diretamente para

uma análise mais próxima dos fatos ocorridos, verificados por meio do questionamento dos documentos da empresa colonizadora. As entrevistas que realizamos no decorrer da pesquisa, com pessoas ligadas à empresa, que viveram ou presenciaram a ação desta, no contexto de Naviraí, suas vozes possibilitaram ampliar o arcabouço de dados a serem analisados, especialmente porque estamos pesquisando um período ocorrido em meados do Século XX, a meio século, e mesmo que não esteja tão distanciado de nossos dias, ocorreu em um momento da história de Mato Grosso em que havia poucos recursos tecnológicos, associado a fragilidades para o arquivo das fontes.

No trabalho com a história oral, mantivemos alguns cuidados para assim evitar certos equívocos, como por exemplo, considerar que o relato coletado em uma entrevista pode ser traduzido na própria “história”, mas entendendo-o como mais uma fonte de pesquisa, que associada às demais, possibilitou a coleta de maior número de dados sobre a área em estudo.

Como estamos pesquisando a colonização de um município a partir da ação de uma empresa privada, seguimos pelo recomendado por Eulália L. Lobo (1997, p. 325) quando alerta aos pesquisadores que ao analisarem documentos de empresas, com a finalidade de escreverem sobre as atuações das mesmas, em determinados lugares e tempos, que mantenham vigilância com as análises dos documentos, direcionando intenções de “fazer uma história da empresa” e não “uma história para a empresa”. Foi com esse cuidado que seguimos pelos relatos orais, tentando ouvir as primeiras pessoas que chegaram em Naviraí, ligadas a colonizadora, discernindo que o relato é, nas pesquisas, mais uma fonte, e precisa ser analisada e interpretada. Esse cuidado, mantivemos também com a leitura dos documentos. Aliado as entrevistas com os primeiros moradores, ouvimos, ainda, pessoas que não participaram da administração da empresa, mas mantiveram relações de trabalho com a mesma, tentando ampliar o entendimento e fazer realmente uma história da, e não para a empresa.

Destacamos que o processo de levantamento dos dados por meio das entrevistas envolveu muito de nosso fazer como pesquisador e por isso concordamos com Alberti (2008, p. 165) quando diz que “uma pesquisa que emprega história oral é muito dispendiosa. Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros”. No entanto, acreditamos que mesmo as pesquisas com história oral exigindo maior dedicação do pesquisador na coleta e sistematização dos dados, propiciam ampliação dos materiais sobre o assunto. Alberti (2008, p. 165) afirma que a história oral “está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências”. Assim, a entrevista de história de vida pode

conter descrições bastante fidedignas das ações cotidianas, contribuindo para a compreensão de fatos e acontecimentos que não podem ser analisados nas fontes documentais e bibliográficas, como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse.

Para essa pesquisa coletamos entrevistas com os primeiros moradores do município de Naviraí, que chegaram na década de cinquenta e sessenta, pessoas estas que possuem ligação com a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, sendo: Sra. Lourdes Elerbrock, professora e viúva do Sr. Antônio Augusto dos Santos, atual proprietária da Colonizadora Naviraí, antes Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, João Martins Cardoso agricultor e primeiro prefeito da cidade, e outros moradores da cidade que não possuem ligação com a empresa, sendo: Sr. Ítalo Candido de Marco agricultor, o médico Ronald Almeida Cançado. Também foram analisados os relatos orais dos senhores: Durval Finoto agricultor, José Ventura Alves lavrador, Lourdes Elerbrock professora, Norberto Augusto dos Santos advogado e procurador jurídico da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, Paulo Hamilton professor e Sakae Kamitani empresário, contidos no documentário: Naviraí a Realização de um Sonho, divulgado pela Prefeitura Municipal de Naviraí no ano de 2013.

Outro tipo de fonte utilizada foi da imagem fotográfica, porque apresenta momentos da chegada e das atividades da empresa em Naviraí, e que nesse estudo faremos sua leitura considerando o contexto social da produção das imagens, compreendendo os elementos nelas contidas, referentes aquele período, como recomendado por Ciavata (1994, p. 10) “Entendemos as fotografias como fontes, que retratam determinado período e determinados sujeitos em movimento”.

Esse material contribuiu de forma direta na coleta de dados para pesquisa pretendida sobre a história da Naviraí, pois tivemos acesso a quantidade significativa de fotos sobre a história do município, no período definido pela pesquisa, desde a chegada da colonizadora no município, passando pelos anos que lá se manteve. Isso nos permitiu ampliar as possibilidades de entendimento sobre as ações e relações que a mesma desenvolveu na trajetória de sua atuação no município. Por isso concordamos com as reflexões de Bittencourt quando nos diz que é possível observar a grande contribuição promovida pelo estudo com imagens:

Fotografias apresentam um cenário no qual as atividades diárias, os atores sociais e o contexto sociocultural são articulados e vividos. Existem estudos sobre os detalhes tangíveis representados em fotografias que permitem a elucidação de comunicações não verbais tais como um olhar, um sentimento, um sistema de atitudes, assim como mensagens de expressões corporais, faciais, movimentos e significados de relações

espaciais entre pessoas e padrões de comportamento através do tempo. Imagens fotográficas relatam a história visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais, e aprofundam a compreensão da cultura material, sua iconografia e transformações ao longo do tempo (BITTENCOURT, 1998, p. 199).

De acordo com Bittencourt (1998, p. 199), as imagens fotográficas podem apresentar realidades e fatos que não estão descritos nos documentos, ou outro tipo de fontes, permitindo que o pesquisador visualize elementos do contexto histórico pesquisado, possibilitando uma leitura mais acurada do cenário em estudo. Nesse sentido entendemos a fotografia como fonte, visto que:

A fotografia é um dos componentes do funcionamento desta sociedade intensamente visual e intensamente dependente da imagem. Mas, obviamente, não é ela o melhor retrato da sociedade. É nessa perspectiva que se pode encontrar o elo entre a cotidianidade e a fotografia, a fotografia como representação social e memória do fragmentário, que é o modo próprio de ser da sociedade contemporânea. Mesmo que tenha tido uma origem difusa e funções inespecíficas, a fotografia vai se definindo, no contemporâneo, como suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desencontrados do todo impossível, como documento da tensão entre ocultação e revelação, tão característica da cotidianidade. (MARTINS, 2009, p. 36)

Como afirma Cardoso e Mauad (1997, p. 574) a “fotografia lança um desafio para o historiador, como chegar naquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico”, uma vez que é necessário conseguir compreender uma rede de significações, cujos elementos interagem dialeticamente na composição da realidade. Assim, de acordo com Cardoso e Mauad (1997, p. 575), a fotografia pode materializar a experiência vivida, apresentar mensagens codificadas em signos, e por isso é indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época, “não só pelo passado que nos remete, mas também pelo passado que nos traz a tona”.

Nas palavras de Cardoso e Mauad (1997, p. 576), as imagens fotográficas podem ser tomadas como índice de uma época, revelando, com riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, formas de trabalho, elementos de infraestrutura urbana. Se a imagem for de um ambiente rural, ela pode apresentar aspectos relacionados às formas de trabalho e meios de produção utilizados no período representado. São esses aspectos que capturamos na leitura das fotografias e que apresentamos ao longo do trabalho, nas diversas imagens sobre a colonizadora em Naviraí.

Após ser compreendida, a fotografia deixa de ser uma mera imagem que retém fatos do tempo, para se tornar um documento, revelando aspectos da vida material de um determinado tempo do passado, podendo nos fazer compreender elementos que a mais detalhada descrição verbal não seria possível.

Neste sentido, a fotografia atua como importante meio através do qual se podem reestruturar os quadros de representação social e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais, em contextos e temporalidades diversos. (CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 582)

Também utilizamos na pesquisa como fonte, *O Jornal O Progresso* de Dourados, da década de cinquenta, sessenta e setenta, tendo em vista que em Naviraí não circulava um Jornal, e dessa maneira as matérias relativas a Naviraí eram noticiadas neste jornal, que tinha (e ainda tem), sua sede no município de Dourados.

Ao trabalhar com esse tipo de fonte é necessário levar em consideração as orientações de Isabela Schwengber (2008), onde a autora destaca que ao analisar os documentos presentes na imprensa o pesquisador precisa ter consciência que a matéria produzida reflete a sociedade em ação e interação, mas contem as representações de representantes do meio jornalístico, e a partir de tal análise é possível compreender como tal fato foi percebido pela sociedade do seu tempo, traduzido pelo olhar e sentido dos agentes da comunicação.

Ao analisar todos os documentos presentes na imprensa – anúncios, artigos, cartas de leitores, charges, editoriais, notas de colunas, ilustrações, fotografias –, visualizamos a sociedade em ação e em interação, e conseguimos compreender como um determinado fato foi percebido bem como quais dos seus elementos foram reforçados ou esquecidos no registro transmitido à população. Não podemos esquecer, ainda, que a construção das notícias é um processo interativo, no qual diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante. Entendemos que a imparcialidade é um paradigma perseguido pela imprensa, mas não existe de fato: as notícias são construções sociais e as reconhecemos como narrativas marcadas pela cultura dos membros da rede noticiosa e da sociedade em que os jornalistas estão inseridos. Também defendemos a opinião de que os meios de comunicação estruturam a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores da organização do trabalho jornalístico, às limitações orçamentárias e à própria maneira como a rede noticiosa é posta para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos. (SCHWENGBER, 2008, p. 23, 24, 25).

Outro apontamento relevante sobre o trabalho com jornais, é no que tange à imparcialidade jornalística, que na prática ela não acontece, já que as notícias são construções sociais marcadas pela cultura dos membros da rede noticiosa, e do meio em que os jornalistas estão inseridos, e é a partir de tais orientações que o pesquisador buscará analisar as matérias jornalísticas e notícias referentes a Naviraí durante as décadas de cinquenta, sessenta e setenta.

Ao se tratar de uma pesquisa que tem como recorte as décadas de 1950 a 1970, o tempo dos acontecimentos pesquisados está muito próximo, e dessa maneira a história do tempo presente pode contribuir para compreensão destes fatos, uma vez que ela pode

aproximar o historiador do objeto, e tal aproximação pode diminuir a descontinuidade entre o pesquisador e o tema que se estuda.

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico. De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir. (FICO, 2012, p. 03).

Levando em consideração que a pesquisa proposta é a de estudar o processo de colonização de Naviraí a partir da História da Colonizadora Vera Cruz, outro referencial que norteará nossas análises, se relaciona a história empresarial, um campo de pesquisa na história que surgiu no início do século XX, tendo como pioneiro Jean Baptiste Say. No Brasil, somente na década de 1970 que a história empresarial houve a ampliação de suas linhas de pesquisa. Nesse âmbito, conforme as palavras de Eulália L. Lobo (1997, p. 320), as linhas adotadas e trabalhadas no Brasil são:

A de inserção no contexto socioeconômico, a de estudos de casos, procurando desvendar as estratégias dos empresários, questionando e relativizando as visões já consagradas pela historiografia sobre a origem da indústria, papel dos empresários, ações do Estado, e a do empresário através do órgão de classe. Outro ponto a ser considerado, é o da variada tipologia das empresas públicas e privadas, patrimoniais ou por ações, agrícolas ou urbanas, industriais, comerciais, financeiras, micro, média e macro etc. (LOBO, 1997, p. 320).

Cabe salientar que no Brasil “por um longo tempo as fontes empresariais foram abandonadas, e apenas as fontes oficiais eram mantidas nos arquivos públicos” (LOBO, 1997, p. 320) e por isso não era, e não é ainda, uma tarefa fácil, trabalhar com a história empresarial, principalmente pela dificuldade de acesso as fontes, sempre muito controlado pelas empresas. Dessa forma, as análises com a história empresarial, precisam considerar os tipos de fontes a pesquisar, e o que pode ser encontrado nesse campo, conforme orienta Eulália L. Lobo, que apresenta uma série de fontes possíveis de serem encontradas nas empresas:

Nas empresas brasileiras industriais e comerciais, privadas, por ações as principais séries de documentos são os livros manuscritos, de atas das assembleias acionistas, de atas das reuniões de diretoria, de atas do conselho fiscal, diários e livros de contabilidade, folhas de pagamento, fichas de operários e relatórios anuais de empresas. Também são importantes as correspondências com representantes das

empresas, fornecedores, consumidores, governo, contratos e recibos. (LOBO, 1997, p. 321).

Como pode ser analisado nas palavras de Eulália L. Lobo existe uma série de documentos os quais podem representar possibilidades de pesquisa, cabendo ao pesquisador atenção no que e como extrair de cada um deles. “Os livros atas, por exemplo, informam sobre decisões relativas a investimento, lucratividade, rendimento, política e estratégia do aproveitamento da mão-de-obra”.

Os diários e livros de contabilidade fornecem dados sobre: inversões, produção, lucros e inclusive sobre a tecnologia usada. Os relatórios anuais dão uma visão de conjunto da atividade da empresa, do setor que ela pertence e das conjunturas a curto prazo, tanto políticas como econômicas. As fichas dos operários e funcionários propiciam um panorama do perfil da mão-de-obra, dos salários, das fases de recessão através das demissões e da expansão, novas admissões. Encontram-se ainda estatutos, livros de registros de acionistas que permitem analisar a origem dos empresários, livros de procuração e de investimento. Nas empresas públicas temos os mesmos tipos de séries documentais. (LOBO, 1997, p. 322).

Ao trabalhar com empresas privadas, o pesquisador precisa tomar alguns cuidados, pois para desenvolver sua pesquisa necessita de autorização dos proprietários o que pode influenciar no desenvolvimento do trabalho, visto que podem surgir relações de dependência e/ou exigências de quem fornece o material, para com pesquisadores. Nesse contato surgem situações até mesmo expectativas por parte das empresas pesquisadas, antevendo que os resultados poderão dar ênfase apenas na valorização de suas atuações. Sobre este assunto Machado e Fay (2010, p. 02), tecem considerações importantes:

Importante salientar que muitas vezes a história da empresa é indissociável da história de seu fundador e da sua família. A pesquisa em arquivos privados coloca o historiador na condição de “autor autorizado” na expressão de Niall Ferguson. Em seu trabalho sobre a Casa de Rothschild ele comenta o acordo com a família sobre a revisão do resultado da pesquisa. Essa última circunstancia gera ocasionalmente um tipo de história laudatória enfatizando as excepcionalidades do empreendedor/fundador da empresa muitas vezes ocultando circunstancias econômicas e políticas determinantes da ação empresarial.

Apesar de contar com uma vasta quantidade e variedade de fontes, na realização da pesquisa em história é preciso levar em consideração aquilo que afirma Certeau (2002, p. 34), que a leitura do passado ainda que seja controlada, é sempre guiada, dirigida pela leitura do presente. Diante de tal realidade o pesquisador, como lembra Prado (2010, p. 125), precisa ir além dos acontecimentos e dos conteúdos que estes demonstram, e por isso se faz necessário

explorar as outras áreas que envolvam o objeto a ser estudado e nunca entender um acontecimento isolado.

O trabalho de pesquisa exige uma atenção ampla com o material a ser trabalhado, no sentido de perceberem-se todas as nuances que o envolvem. Os acontecimentos históricos devem ser questionados, para que possam ser verificados segundo o entendimento do pesquisador que o inquire, quais são os caminhos e pontos que guarda. Sempre se deve analisar sob todos os ângulos possíveis o objeto colocado como centro de uma investigação, para evitarem-se os enganos (PRADO, 2010, p. 124).

A partir de todas as orientações e critérios científicos elencados acima, desenvolvemos a pesquisa alicerçada em variadas fontes e critérios historiográficos, que possibilitaram o desenvolvimento da dissertação e sua construção, estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “**A formação de Naviraí num contexto da Marcha para Oeste**”, no qual discutimos o panorama histórico do Estado do Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul. Nessa perspectiva é apresentada a atuação da Companhia Mate Laranjeira e os impactos proporcionados pela exploração da erva-mate no Estado. Para isso é usado como base as obras dos autores de Queiroz (2004, 2008) e Jesus (2006 e 2011). Em uma sequência diacrônica é discutido o contexto nacional da década de 1930, marcado pela Marcha para Oeste, política, governamental a nível nacional, que foi responsável pela colonização dirigida na região em pauta, a qual promoveu mudanças no cenário agrário do Mato Grosso. Por meio dessa colonização foi possível a criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), bem como da Colônia Municipal de Dourados (CND), espaços que ocuparam parte do território da Matte Laranjeira. Para essas análises são fundamentais as obras de: Albanez (2013), Queiroz (2008), Pereira (1997), Figueiredo (1968), Lenharo (1986) e Foweraker (1982).

No segundo capítulo é discutido “**A Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada no processo de Colonização de Naviraí**”, e nele realizamos análises da história da empresa, investigando o contrato de criação e formação da Colonizadora, estudando cada cláusula e contextualizando as alterações que ocorreram na empresa, associando-as aos condicionantes políticos, econômicos e sociais, bem como verificamos o conjunto dos sócios e cotas que detinham. Nesse cenário apresentamos como a empresa se instalou na região, buscando compreender os objetivos que a levaram a se estabelecer em Naviraí e como lá desenvolveu ações na formação do município, analisando os motivos que contribuíram para que ocorressem mudanças na sede da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, da cidade

de Vera Cruz- SP, para a cidade de Marília, no mesmo Estado, e posteriormente a mudança da sede da empresa Colonizadora da cidade de Marília –SP, para Naviraí – MT, em 1972.

Outro aspecto estudado e apresentado neste capítulo refere-se a reflexões da atuação da Colonizadora após a mudança de sede para Naviraí, e a saída do principal acionista Ariosto da Riva, para então realizar investimentos no extremo norte do Estado do Mato Grosso, na Colonização das cidades de Paranaíta, Apiacás e Alta Floresta.

No terceiro capítulo, com o tema “**A economia de Naviraí e as alterações político administrativas**” refletimos sobre como se iniciou e se desenvolveu a economia de Naviraí da década de cinquenta até o final da década de setenta, discutindo a influência das madeiras no âmbito econômico do município, num impacto que impulsionou a emancipação política em relação ao município de Caarapó, fato ocorrido em 1963. Ainda nesse capítulo, analisamos as relações políticas que ocorreram em Naviraí, e como os fatores econômicos influenciaram para que acontecesse a emancipação político/administrativa em relação ao município de Caarapó.

Finalizando as discussões do terceiro capítulo, são apresentadas análises de como surgiu o nome Naviraí, e as contradições sobre esta construção. Seguindo este viés, é discutido de que maneira os símbolos municipais foram formados e os condicionantes que permearam tal realidade, apresentando as contradições existentes nessa formação.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DE NAVIRAÍ NUM CONTEXTO DA MARCHA PARA OESTE

Foi no início da década de cinquenta que a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada iniciou suas diversas atividades no extremo Sul do então Estado do Mato Grosso, hoje região Sul de Mato Grosso do Sul, se constituindo como ordenadora⁴ das terras que atualmente compreendem o município de Naviraí. Porém, antes de iniciarmos uma análise dos motivos que levaram a instalação, bem como a atuação dessa colonizadora no sentido de ordenamento de terras e a intensificação do povoamento da área em pauta, tema central de nossa pesquisa, é necessário realizar uma rápida incursão no contexto histórico e no lugar a ser pesquisado.

Ao se tratar de Mato Grosso é possível salientar que são bem antigos os primeiros registros da presença humana, e de acordo com Queiroz, (2008, p. 02), há cerca de 2 mil anos todo o território sul-mato-grossense já estava ocupado por diversas populações indígenas. Porém a presença do europeu se deu no início do século XVI, com os primeiros aventureiros⁵ no território da presente pesquisa, que então pertencia a Espanha, como definido pelo Tratado de Tordesilhas.

A esse respeito costuma-se mencionar a passagem, por esse território, do aventureiro Aleixo Garcia, nas décadas iniciais do século XVI, bem como o transito de conquistadores espanhóis pelo Rio Paraguai, ainda na primeira metade do século. Sabe-se também que, em fins dos Quinhentos, os espanhóis estabeleceram em terras atualmente sul-mato-grossenses o núcleo chamado *Santiago de Xerez*, o qual subsistiu até 1632; ainda na primeira metade do século XVII registra-se também a frustrada tentativa de estabelecimento, nessa região, de jesuítas vinculados a Espanha (*missões do Itatim*) (QUEIROZ, 2008, p. 16)

Como é possível analisar, os europeus tiveram os primeiros contatos no território de Mato Grosso ainda no século XVI, e no século XVII foi o momento em que os bandeirantes⁶ começaram a adentrar as terras mato-grossenses, objetivando a captura de indígenas para

⁴ Ordenamento de terras indica ser um modelo instituído pelo Estado, o qual ocorre a revelia das pessoas que buscam terra de trabalho porque são impelidas a ocupar um determinado lugar pela idealização e imposição da geopolítica praticada pelos governantes.

⁵ Entende-se como aventureiros os europeus que vieram para o Brasil durante o século XVI, em busca de encontrar metais preciosos e explorar o território brasileiro, buscando lucratividade rápida

⁶ Os bandeirantes eram homens, paulistas, que entre os séculos XVI e XVII atuaram na captura de escravos fugitivos, aprisionamento de indígenas e outras tarefas relacionadas. Atuaram também na procura de pedras e metais preciosos pelo interior do Brasil, como por exemplo a capitania do Mato Grosso. (SANTOS, 2005, p.01)

serem usados como mão-de-obra. Dessa maneira, foi somente no século XVIII que ocorreu a colonização desta área, motivada pela descoberta de jazidas de ouro de aluvião nas lavras do Caxipó-Mirim, entre os anos de 1718 a 1719, onde posteriormente foi fundado o arraial de Forquilha. Queiroz (2007, p. 16) destaca que a descoberta do ouro foi o único fator que motivou o governo português a se interessar pela região.

A descoberta do ouro pelos paulistas acarretou uma notável mudança na história de toda essa região: em primeiro lugar, porque só então começa sua efetiva ocupação por parte dos luso-brasileiros; em segundo, porque é só depois dessa descoberta que o governo português passa a se interessar pela posse desta área. (QUEIROZ, 2008, p. 17).

Devido à descoberta do ouro e a chegada de um maior contingente de pessoas, o Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no ano de 1727, foi elevado à condição de Vila e naquele momento pertencia a Capitania de São Paulo. Já em 1748 esta Capitania foi desmembrada e com isso criado duas outras Capitânicas: Mato Grosso e Goiás. Cabe salientar que a elevação do Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, à condição de Vila, em 1727, aconteceu por iniciativa da Coroa Portuguesa, conforme aponta Jesus (2006, p. 17) “várias foram as medidas adotadas pela Coroa Portuguesa para garantir a permanência e evitar o descontentamento desses homens”. Porém, ao tratar do Sul do Mato Grosso, um dos primeiros núcleos de povoamento sob o domínio português foi a Fazenda Camapuã, que se iniciou na década de 1720 e que estava localizado no varadouro⁷ entre os rios Sanguessuga e Camapuã. A princípio a região não era atrativa economicamente para investimentos de particulares, pois estava distante das vias de escoamento, dificultando o transporte de matérias-primas produzidas. No entanto, era interessante para o poder Estatal manter o domínio sobre a região, visto que a localidade era estratégica economicamente, pois dominar a região simbolizava manter a posse das zonas auríferas, conforme aponta Queiroz (2007, p.19).

Dessa forma entende-se que o governo português buscou estratégias defensivas para garantir a posse do território e assegurar o tráfego monçoeiro no SMT. Tais medidas foram motivadas pela forte presença indígena, devido a proximidade com a fronteira paraguaia, e este foi um dos fatores que motivaram a criação dos Fortes Coimbra (1775), Miranda (1797) e Albuquerque (1778).

⁷ Entende por Varadouro o local onde se apresentava mais curto o trecho terrestre que as expedições precisavam inevitavelmente varar, em seu trânsito entre as bacias do Rio Paraná e Paraguai. (QUEIROZ, 2007, p. 18).

Nas palavras de Miranda Filho (2014, p.56), com a criação do Forte Coimbra, o Governador Geral Luis Albuquerque pretendia “empurrar” a linha de colonização portuguesa para os rincões da América, aumentando o território de domínio português.

No que tange a implantação de atividades econômicas duradouras no SMT, promovidas por europeus, como aponta Queiroz (2007 p. 20), elas só aconteceram na terceira década do século XIX, visto que em fins da década de 1820 começaram a vir para o planalto do SMT os primeiros migrantes vindos das terras paulistas e mineiras, contribuindo para que este povoamento se estendesse para Oeste e Sul, para a região de Vacaria.

Nos séculos XVII e XVIII, segundo Esselin, o nome *Vacaria* designava a porção do sul do *Pantanal*, correspondente à região “que os jesuítas chamavam de Província Jesuítica do Itatim ou Campos de Xerez”. Tal nome deriva da existência, nessa área, de um número rebanho bovino tornado selvagem, originado do gado abandonado pelos espanhóis na primeira metade do século XVII. Posteriormente, entretanto, e até os dias atuais, o nome *Campos de Vacaria* passou a ser aplicado a uma extensa área de campos limpos existentes no *planalto*, isso é, uma área que, com largura variável acompanha *cuesta* de Maracaju desde as cabeceiras do Apa até as proximidades da atual cidade de Campo Grande. (QUEIROZ, 2008, p 20)

Nessa perspectiva atribuiu-se ao mineiro José Garcia Leal o título de “principal pioneiro” da região do SMT, e aos irmãos: José Francisco Lopes e Gabriel Francisco Lopes, uma importância secundada pois vieram para a região devido a influência de Garcia Leal. No caso de José Garcia Leal e seus parentes, estes foram responsáveis pela colonização da região onde mais tarde foi fundado Santana do Paranaíba, região localizada entre os rios: Paraná e Verde, mais tarde conhecida como “Sertão dos Garcia”. Já o trabalho dos Lopes se estendeu para colonização das glebas mais ao Sul, para o “planalto de Amambaí”, localizado entre os rios Pardo até as nascentes do Apa. Segundo Queiroz (2007, p. 20), enquanto isso, na outra banda do SMT, acontecia uma expansão da pecuária, fato este motivando pelo movimento nativista conhecido como Rusga.

A Rusga pode ser caracterizada como um movimento nativista ou um simples movimento da província de Mato Grosso. Em outras vertentes historiográficas, a Rusga, em linhas gerais, tinha por finalidade eliminar a presença portuguesa do território mato-grossense, devido ao monopólio econômico que detinham sobre a população no período regencial. A Rusga, enquanto um fenômeno político brasileiro ocorrido em 1834, no Centro-Oeste do Brasil, no período das regências, situava entre o discurso da centralização e descentralização do poder. Esse conflito esteve ligado aos partidos políticos que até então estavam emergindo no país e tais partidos políticos estavam associados aos “liberais e/ou Sociedades dos Zelosos da Independência” e os conservadores e/ou caramurus”. Os dois grupos pretendiam obter o controle político da província que ocorreu em 1834, visto que após os violentos conflitos, os participantes se auto exilaram na porção Sul do Pantanal, onde desenvolviam a pecuária como principal atividade econômica. (FANASIA, 2012, p. 64).

Nesse processo de povoamento, no que se refere ao extremo sul de Mato Grosso, ao final do século XIX, foi marcado pela atuação e concentração de poder da Mate Laranjeira.

1.1 - A atuação da Mate-Laranjeira no Estado de Mato Grosso

Sobre a exploração da erva-mate no SMT, Queiroz (2009, p. 01) afirma que Aires Casal preconizou a exploração dos ervais nativos, porém a exploração em uma escala maior veio a ocorrer depois da abertura para navegação do Rio Paraguai, que estabelecia uma linha para o Brasil, fato que ocorreu no final da década de 1850. Só após a Guerra contra o Paraguai, foi que a economia ervateira brasileira deslanchou. Devido a Guerra, o Paraguai teve sua produção desorganizada, facilitando a entrada do produto brasileiro no mercado platino.

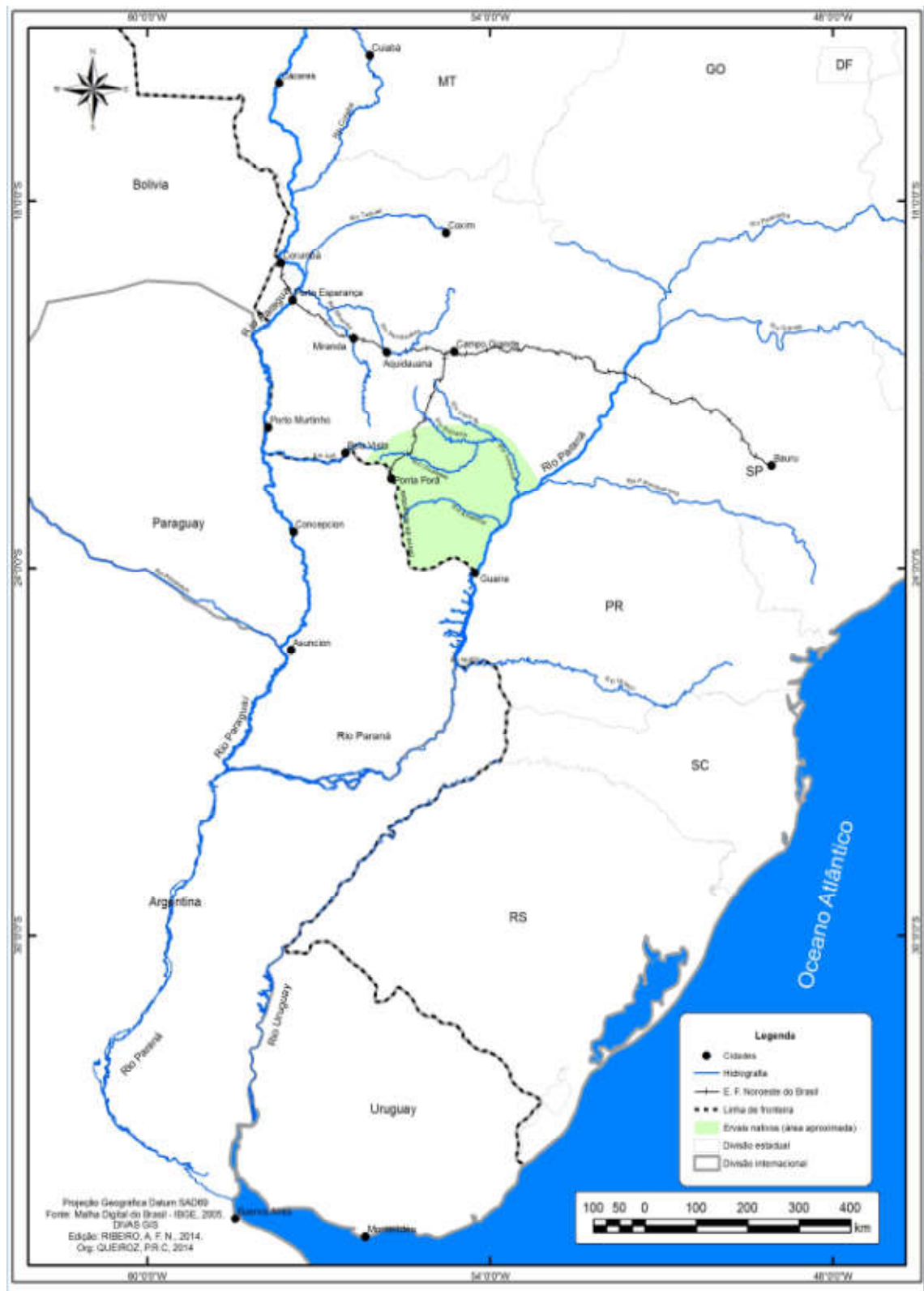
A expansão da exploração da erva-mate no SMT aconteceu em terras devolutas, as quais o governo brasileiro, por meio de concessões temporárias de arrendamento, permitia que fossem exploradas. Queiroz (2009, p. 02), destaca que a primeira concessão foi obtida pelo empresário Tomás Laranjeira, sendo o primeiro a explorar legalmente a erva-mate (*Ilex paraguayensis*) nativa, na porção central da bacia platina, utilizada como bebida complementar pelos nativos, principalmente os guarani.

Tomás Laranjeira atuava, desde 1873, como fornecedor de alimentos para a comissão demarcadora dos limites entre Paraguai e Brasil, e isso indica que ao perceber que a região era rica em erva-mate, solicitou a exploração dos ervais ao governo, que lhe concedeu, devido as relações de amizade que possuía com os dirigentes das províncias, efetuada por meio do Decreto 8. 799 de 09/12/1882.

[...] em 1882, Tomás Laranjeira tornou-se o primeiro concessionário legal da extração ervateira da região, por meio do decreto nº 8.799 de 09.12.1882. Laranjeira conheceu aqueles ervais por ocasião da demarcação da Fronteira Brasil-Paraguai, no após guerra, onde trabalhou como fornecedor. Assim que o Barão de Maracaju foi nomeado presidente da Província, Laranjeira recorreu a sua proteção e conseguiu o decreto de 1882. (ARRUDA, 1989, p.38)

Como é possível analisar no mapa abaixo a área de abrangência dos ervais nativos era muito extensa, o que tornava interessante economicamente a possibilidade de sua exploração.

Figura 01- Área com os limites aproximados, dos ervais nativos.



Fonte: QUEIROZ, 2015 - Mapa cedido gentilmente pelo autor para contribuição com a dissertação.

Como observa Queiroz (2009, p.3) coincidentemente, Laranjeira era amigo também do primeiro governador nomeado para o Estado do Mato Grosso, fato que contribuiu para que ele continuasse a ter a concessão exclusiva para exploração da erva-mate em quase toda região ervateira do Estado, pelo Decreto nº 520, de 23/06/1890, como aponta Naglis, (2007, p. 26). Foi por meio deste decreto que Laranjeira conseguiu ampliar os limites de suas posses, conseguindo o monopólio sobre toda região de exploração. Dessa maneira, em 1891, pelo Decreto nº 436 C, de 04/07/1891, Tomás Laranjeira conseguiu autorização para fundar a S/A – Sociedade Anônima com a denominação de Companhia Mate Laranjeira, que manteve o predomínio das explorações da erva-mate até 1940. Neste contexto de 1891 a 1940, a empresa passou por muitas alterações e mudanças, mas historicamente permaneceu o nome adotado em 1891.

Como afirma Queiroz (2009, p. 4), “na década de 1890 a exploração ervateira era a mais lucrativa de todas as atividades econômicas desenvolvidas em Mato Grosso”, e como o mercado consumidor argentino demonstrava estabilidade, a Companhia Mate Laranjeira, começou a investir em sua infraestrutura para exploração e transporte da erva-mate.

Como resultado desses investimentos, que se estenderam pelas décadas seguintes, ela veio a possuir seus próprios portos fluviais, estradas de terra e até mesmo dois trechos de ferrovia do tipo *Decauville*, além de instalações próprias para construção e reparação de veículos de tração animal e de embarcações fluviais. Ela mesma, enfim, comandava diretamente suas operações de importação e exportação. (QUEIROZ, 2009, p. 04).

É importante destacar que a política adotada durante o governo de Getúlio Vargas, na fase do Estado Novo com o projeto de nacionalização das fronteiras, como aponta Albanez (2013, p.10), foi responsável por modificar a situação de monopólio de extração da erva-mate pela empresa Mate Laranjeira.

Nesse contexto se inserem, portanto, diversas medidas estado novistas no sentido de enfraquecer a Companhia, como por exemplo a recusa em renovar suas concessões, a imposição de taxas sobre a erva cancheada, apoio aos produtores independentes e a criação, nas áreas de atuação da empresa, de territórios federais e colônias agrícolas nacionais. (QUEIROZ, 2009, p. 14).

Como aponta Naglis (2007, p. 27), “a política colonizadora do governo Federal na região Sul do Mato Grosso sofria alguns entraves para sua consolidação”, sendo a Mate Laranjeira um destes entraves, visto que desde o período pós - Guerra do Paraguai, a Companhia Mate Laranjeira possuía o monopólio econômico da exploração da erva-mate

nativa, concentrando grande extensão de terras, que oficialmente chegou a (5.000.000 ha): “porém cabe salientar que a influencia da CML ultrapassou em muito a área fixada nos decretos acima, pode-se afirmar que os limites estavam entre as barrancas do Rio Paraguai, em Porto Murinho, e do lado leste até Bataguaçu” Naglis (2007, p. 27).

Como afirma Carli (2008, p. 54), com relação a essa região, é importante destacar que as medidas do Estado Novo incidiam, especialmente, sobre a área até então ocupada pela CML, já que durante essa fase o governo brasileiro se recusou a renovar o contrato de arrendamento das terras ervateiras, que venceu em dezembro de 1937.

Queiroz (2009, p. 82) afirma que a CML, durante o período ditatorial permaneceu atuando a título precário, e com o fim do Estado Novo, a CML conseguiu vistas do Estado do Mato Grosso, tendo seu contrato prorrogado até 1949, quando chegou ao fim oficialmente, o monopólio da empresa ervateira.

De acordo com Albanez (2013) foi durante o Estado Novo que o governo Vargas exerceu uma ação mais centralizadora, autoritária e nacionalista, adotando algumas estratégias que contribuíram para colocar fim ao monopólio exercido pela Mate, como é possível verificar em suas reflexões.

[...] a instituição do Território Federal de Ponta Porã, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), do Instituto Nacional do Mate (INM) e da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira (CEFF). Tais medidas se traduziram no ideário da “Marcha para o Oeste” atingiram de cheio as pretensões da Matte que economicamente já vinha acusando o golpe da diminuição das exportações da erva-mate mato-grossense para a Argentina seu principal mercado consumidor, condição que seria posteriormente determinante no derradeiro declínio e esgotamento da economia ervateira da região. (ALBANEZ, 2013, p. 21)

Moreno (1993, p. 8) afirma que a criação do Território Federal de Ponta Porã pode ser considerada uma estratégia geopolítica que contribuiu para desalojar a CML, que estava na região desde o final do século XIX. Guillen (1999, p. 76), concorda com este pensamento e destaca que nos discursos da Marcha para Oeste, a CML foi apresentada como inimiga do projeto nacional de colonização da fronteira, tendo em vista que a área que a Companhia Mate Laranjeira ocupava era considerado como obstáculo para os interesses do governo de nacionalização das fronteiras.

1.2 - A Marcha para Oeste e as mudanças que projetou no Estado de Mato Grosso

A Marcha para o Oeste foi uma política nacional que se iniciou na década de trinta, durante o governo de Getúlio Vargas, num período denominado Estado Novo⁸, num projeto apresentado no dia 31 de dezembro de 1937, durante a saudação de final de ano ao povo brasileiro, via rádio, dirigida pelo então Presidente Getúlio Vargas, como afirma Trubiliano (2006, p. 01), e que se configurou em um momento no qual o governo fez um discurso conclamando os brasileiros para irem rumo ao Oeste, em busca de oportunidades, de descoberta de uma nova fatia do Brasil, antes explorado pelos bandeirantes.

O discurso de Vargas, de fato, tocou os trabalhadores rurais, movimentando a população do país para abrir caminhos, colonizar e ocupar espaços, atraindo, para a região da CAND, pessoas de todos os quadrantes, como paulistas, mineiros, nordestinos, japoneses, paraguaios, todos em busca de realizar seus objetivos, o de adquirir um pedaço de terra, pois ela era para eles seu meio de subsistência por meio da agricultura, e identificação com suas raízes. A partir dessa política do Estado Novo, abrem-se, no sul do antigo estado de Mato Grosso, oportunidades para a vinda de levas migratórias, que se deslocavam de vários pontos do país (CAND) (CARLI, 2008, p. 60)

Após lançado o projeto da Marcha para o Oeste, era necessário convencer os colonos a migrarem para as regiões envolvidas no projeto do Governo Brasileiro. Para isso Vargas desenvolveu um sistema de doação de áreas gratuitas, fato que contribuiu para que aumentasse o interesse dos colonos em migrarem em busca de novas oportunidades.

Um dos atrativos fundamentais, como mecanismo para atrair colonos para o projeto colonizador no sul de Mato Grosso, foi a distribuição gratuita de terras a trabalhadores rurais sem-terra e reconhecidamente pobres. A proposta era atrativa para quem sonhava em adquirir um pedaço de chão como meio de trabalho e sustento da família. Entretanto, a propaganda foi intensificada através da campanha Marcha para Oeste, visando garantir o sucesso na ocupação dos espaços geográficos (OLIVEIRA, 1999, p. 132).

⁸ “O Estado Novo foi o período da história brasileira, entre 1937 e 1945, no qual o país foi governado por Getúlio Vargas sob regime ditatorial. Durante oito anos, as instituições políticas, culturais, policiais, jurídicas e econômicas foram controladas de modo autoritário pelo Estado. Em 10 de novembro de 1937 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Nova Constituição, composta de vários elementos repressivos e garantindo poder absoluto ao presidente. A partir de sua promulgação, foi declarada situação de emergência em todo território nacional, o que significava que era permitido ao Estado ordenar prisões, exílio, invasão de domicílios e a legalização da censura de todas as formas de comunicação. Para tanto, o Estado Novo contava com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pelo controle dos meios de comunicação e pela propaganda favorável ao presidente e ao governo, e com a Polícia Secreta, encarregada da repressão violenta aos inimigos da ordem pública” (SANTOS & SANTOS, 2007, p.1).

Segundo Oliveira (1999, p. 132) além da doação de propriedades o governo utilizou outras estratégias para atrair os migrantes e efetivar o sucesso do seu projeto, dentre elas propagandas veiculadas nos meios de comunicação, como o rádio, nas quais divulgava a criação das colônias e alardeava as oportunidades de se conseguir um “pedaço de terra”.

A política adotada por Vargas, estava permeada por outros interesses que sobrepujavam o simples fato de ocupar os espaços vazios mas com a Marcha para Oeste, Vargas pretendia ocupar as regiões de fronteira, já que isso representava a manutenção da segurança nacional.

Ressalta-se que os espaços vazios não eram assim tão vazios, posto que havia populações indígenas. O Sul do então Estado de Mato Grosso passou a ganhar importância após a Guerra do Paraguai, quando se iniciou a exploração comercial da erva mate. A partir da década de 1930, com as propagandas empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas denominadas, em conjunto, Marcha para o Oeste, a região passou a ser ocupada em grande proporção. Na década de 1940, começaram as atividades de colonização feitas por empresas privadas, tais como a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso e a Colonizadora Moura Andrade & Cia (MOREIRA, 2012, p. 01).

Como observa Queiroz (2007, p. 58), no caso das fronteiras com o Paraguai, os dirigentes políticos demonstravam maiores preocupações principalmente no extremo sul do Mato Grosso, pois existia uma forte influência da presença paraguaia na economia ervateira, já que eles trabalhavam na extração da erva-mate na empresa Matte Laranjeira. O intuito do governo era realizar uma política de nacionalização das extensas fronteiras com a Bolívia e Paraguai, e de acordo com Queiroz, (2008, p. 58), “No caso da fronteira boliviana foram nacionalizados alguns gigantescos latifúndios até então pertencentes as companhias estrangeiras”.

A preocupação também se estendia para o campo cultural, visto que a língua guarani era muito difundida, numa linguagem praticada na região de fronteira, e que contava com um pequeno quantitativo populacional, se comparado com o Sudeste brasileiro.

Assim além de seu sentido de brasilidade, a Marcha para o Oeste, era também uma questão de segurança nacional. A estratégia política de criação das colônias agrícolas nacionais, nas áreas consideradas vazias no interior do país, servia, por um lado, ao propósito de promover a diminuição dos conflitos urbanos, através do patrocínio da migração interna pelo Estado; por outro, o povoamento das fronteiras evitaria sua ocupação por nações estrangeiras. (PEREIRA, 1997, p 118)

Como afirma Carli (2008, p. 08), no campo econômico foi estimulada a industrialização, bem como incentivada a expansão agrícola por meio de projetos de colonização, tendo como objetivos expandir, desenvolver e ocupar áreas de fronteira, e essas

medidas foram tomadas tendo como aporte os incentivos direcionados pelo projeto do governo Vargas, conhecido como Marcha para Oeste, anunciada no início de 1938.

Como observa Carli, (2008, p. 10), “a política varguista de povoamento e colonização deveria resultar numa base produtiva que atenderia o processo industrial, que se intensificava nos grandes centros urbanos do país, na época”. Para isso, o presidente Getúlio Vargas acreditava que era necessário realizar investimentos de capitais para acelerar o processo de crescimento das regiões até então pouco desenvolvidas e assim possibilitar a unificação do mercado interno, nas regiões onde o processo estava lento.

Podemos observar que a política de colonização do Estado Novo – em que Vargas, em seu discurso ideológico, convida a população, via campanha da Marcha para Oeste, à unificação das fronteiras do país, por meio da fixação do homem ao campo, em regime de pequenas propriedades – era associado, segundo Alcir Lenharo (1985), ao desenvolvimento industrial que aflorava nos centros mercantis do país: “a afirmação da pequena propriedade como requisito de desenvolvimento industrial é discurso corrente do próprio Vargas” (CARLI, 2008, p. 16).

Outra questão é que no Estado de São Paulo, durante a década de quarenta e cinquenta, a terra passava por um processo de valorização, e isso contribuiu para aumentar a procura de terras mais baratas em outros Estados por paulistas como aponta Figueiredo.

O esgotamento da frente paulista e paranaense, além da sua maior valorização territorial, forçou a procura de terras mato-grossenses. Além de uma penetração constante e espontânea, alguns capitais particulares e iniciativa governamental comandariam a ocupação em algumas áreas. (FIGUEIREDO, 1968, p. 242).

A partir da afirmação de Figueiredo é possível observar que o processo de ocupação do Sul do Mato Grosso não pode ser compreendido se analisado isoladamente, uma vez que os fatores externos foram determinantes para gerar um crescimento populacional, entre eles a política nacional Marcha para Oeste, contribuiu para a vinda de muitos colonos principalmente na área de abrangência da CAND.

Porém no que tange as empresas colonizadoras que atuaram no extremo Sul do Mato Grosso, nota-se que a valorização das terras no Estado de São Paulo e Paraná, também foi um fator que influenciou a vinda das empresas colonizadoras para o extremo Sul do Estado, como apresenta Vasconcelos (1986), quando aponta que a política fundiária do Estado do Mato Grosso em 1950, configurando-se num outro fator, pois:

Criava condições favoráveis no sentido de atrair empresas interessadas no investimento em terras, com a finalidade expressa de colonização. Essa política

ficou explicitada a partir da citada lei 336, de 06 de dezembro de 1949, que propunha uma política de subdivisão das terras não exploradas economicamente. Proprietários de latifúndios foram pressionados – pelo menos é o que reza o código – a realizar o aproveitamento dessas áreas ou promover o seu fracionamento, através da venda (VASCONCELOS, 1986, p. 36).

Lenharo (1986, p. 57) afirma que naquele período as empresas privadas intensificaram a exploração da terra, fazendo delas um negócio lucrativo.

Grandes companhias colonizadoras começaram a especular febrilmente com a terra que foi muito valorizada após a implantação dos núcleos pioneiros. Desta maneira, a forma de colonizar predominantemente voltou para a “colonização econômica”, dirigida para o lucro das companhias particulares, à qual o Estado Novo teoricamente se opunha, e da qual os “liberais” jamais se afastaram. O seu jeito de gerar e acumular capital manteve-se, portanto, vitorioso (LENHARO, 1986, p. 57).

É nesse contexto político econômico externo e a partir da lei estadual 336, de 06 de dezembro de 1949, que as empresas colonizadoras, intensificaram a compra de grandes áreas para realizar o loteamento e venda, e a partir de tal atividade obter lucratividade.

1.3 - A Colônia Agrícola de Dourados, no povoamento do Estado de Mato Grosso

No extremo Sul do Mato Grosso, uma das consequências da Marcha para o Oeste, foi a criação da CAND⁹- Colônia Agrícola de Dourados, no Território Federal de Ponta Porã¹⁰ que ocorreu com o Decreto Lei, nº 5.941 de 28 de outubro de 1943, fruto das ações políticas de intervenção de nacionalização das fronteiras. A área de abrangência da CAND envolvia, em 1943, os atuais municípios de: Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodápolis, como é possível analisar abaixo, assim como verificar no mapa a seguir.

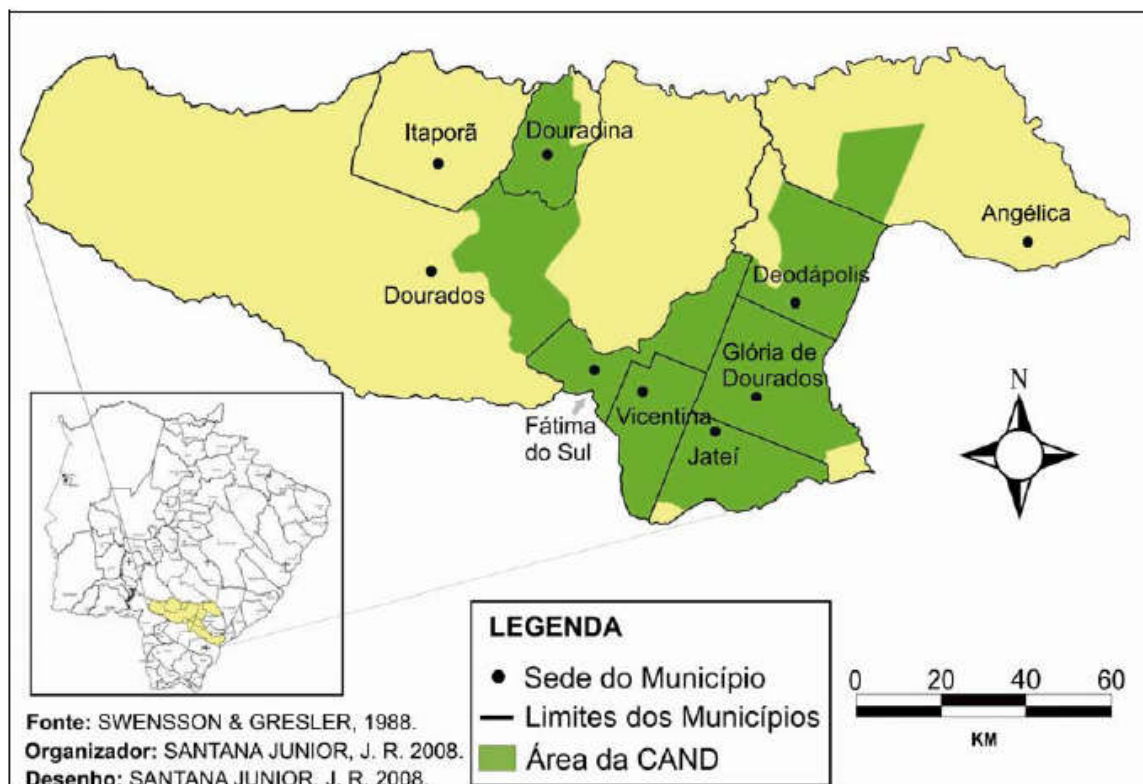
Uma das ações que deram início a esse processo foi a constituição das Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-lei 3.059, de 14 de fevereiro de 1941), que foi promovida pelo governo federal em colaboração com os governos estaduais e municipais, por intermédio do Ministério da Agricultura. Objetivava-se, com isso, receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros pobres, desde que tivessem aptidão para o trabalho na lavoura. Como parte integrante desse projeto, estava a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (CARLI, 2008, p. 56).

⁹ De agora em diante ao falar sobre a Colônia Agrícola de Dourados utilizarei apenas CAND.

¹⁰ “É importante observar que, juntamente com o Território de Ponta Porã, havia sido criado também, na parte oeste do Estado do Paraná, o Território Federal do Iguacu, abrangendo áreas em que a Companhia Mate estava também presente”. (CARLI, 2008, p. 57).

A criação da CAND¹¹- alterou significativamente a região, provocando aumento demográfico, isso porque várias áreas foram ocupadas, que atualmente representam os municípios de: Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodápolis, outras questões foram as mudanças de ordem cultural, econômica, como aponta Meneses (2012, p. 01) “antes dessa colônia a fronteira do SMT caracterizava-se por uma rarefação demográfica e um fraco vínculo econômico com o mercado nacional”.

Figura 02 – Área de abrangência da Colônia Agrícola de Dourados



Fonte: SANTANA JUNIOR, 2009, p. 94

Para Santana Junior (2009, p. 93) “a implementação dos programas de colonização, ocupação, integração e desenvolvimento do Centro-Oeste, modificaram a configuração territorial da região, principalmente da região de Dourados”. Na observação de Santana Junior (2009, p. 96), o processo de ocupação estabelecido pelo Governo Federal com a CAND, alterou o cenário rural e urbano da região, na medida em que proporcionou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias extremamente pobres. Mas é necessário

¹¹ A CAND pertencia a Divisão de terras e Colonização – órgão do Ministério da Agricultura criado em 1938, passando posteriormente ao INIC- Instituto Nacional de Colonização, órgão criado em 1954 e cuja função era traçar e executar direta e indiretamente o programa nacional de Colonização. (MENESES, 2011, p 02).

salientar que “a CAND funcionou como estratégia política de ocupação das terras na região ou como o Governo os considerava, espaços vazios, além de garantir a segurança na área de fronteira” Santana Junior (2009, p. 96). Dessa forma compreende-se o papel do Estado na intervenção e promoção do desenvolvimento agrícola do Estado, e mais especificamente na região da Grande Dourados.

De acordo com Naglis (2007, p. 34), a CAND não pode ser reduzida apenas as metas definidas pela Marcha para Oeste, política que ocorreu no governo Vargas, visto que como afirmam outros autores, “a CAND foi concebida durante o Estado Novo e totalmente implantada no governo Eurico Gaspar Dutra (1945 -1950)”, fato que demonstra como o processo de sua consolidação perpassou o governo de Vargas.

Como aponta Meneses (2012, p. 02), além de fazer parte da política do “Estado Novo a CAND englobava um contexto maior, tratava-se das chamadas “frentes pioneiras fenômeno relacionado ao rápido desenvolvimento industrial que se verificava no Sudoeste brasileiro”. Dentro dessa perspectiva nota-se que o modelo de colonização implantado pela CAND foi diferente dos demais que ocorreram em outras áreas do Sul do Mato Grosso, com as empresas de colonização particular, como no caso da: Someco, Moura Andrade, Companhia Viação São Paulo Mato Grosso, Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, sendo que: “as estratégias de colonização da CAND estavam apoiadas na estrutura da pequena propriedade, de modo que ela, aos poucos pudesse modificar a antiga estrutura latifundiária” (SANTANA JÚNIOR, (2009, p. 94) já que as empresas particulares tinham como finalidade buscar a lucratividade com o processo de Colonização por meio do comércio de lotes. É necessário analisar que a instalação da CAND ocorreu na década de quarenta, enquanto a colonização realizada por algumas empresas particulares no Sul do Mato Grosso se desenvolveu na década de cinquenta.

É possível observar que a criação da CAND foi uma das medidas que colocou o monopólio da Matte Laranjeira por terra, uma vez que várias medidas foram tomadas em virtude da Marcha para Oeste¹², com o objetivo de nacionalizar as fronteiras e desestruturar a Matte Laranjeira para povoar a região, conforme salienta Oliveira.

No início da década de 1940 o governo solicitou a liberação da terra para colonizar. No entanto, o pedido foi indeferido. Diante disso, o governo Vargas agiu, autoritariamente por meio do Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, que criou o Território Federal de Ponta Porã, desmembrando do Estado do Mato Grosso, a área da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, vinculando a referida área a União.

¹² Entre as medidas tomadas em virtude da Marcha para Oeste é possível apresentar: “Complementação da Estrada de Ferro Noroeste Brasil (NOB), criação do Território Federal de Ponta Porã, e da CAND.

Com essa medida, as terras até então controladas pela Matte foram liberadas e pelo Decreto Lei nº 5.941 de 13 de setembro de 1943 foi criada a Colônia Agrícola Federal de Dourados (CAND). Nela foram distribuídos oficialmente 8.800 lotes de terras a trabalhadores rurais, considerados pobres, originários de vários Estados brasileiros. A partir de então a fronteira agrícola foi expandida e nacionalizada, concretizando o projeto Nacional da Marcha. (OLIVEIRA, 2013, p.14).

Nota-se que a criação da CAND pode ser considerada como a concretização de um dos objetivos esperados com a Marcha para Oeste, que buscava colocar fim ao monopólio da Matte Laranjeira, e com isso proteger a fronteira, ocupando-a, e também diminuir os conflitos sociais nos grandes centros. Foi no bojo da ordenação do espaço do extremo sul de Mato Grosso que a colonizadora adquiriu terras em Naviraí, tema que analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE NAVIRAÍ

2.1 A história da formação e instalação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada em Naviraí

Durante as décadas de quarenta e cinquenta do século XX, no extremo Sul do Estado de Mato Grosso, hoje sul do Estado de Mato Grosso do Sul, ocorreu a colonização de várias áreas, fato este realizado por iniciativa dos governos Federal e Estadual, como analisamos no capítulo anterior, ao apresentarmos os processos de instalação da CAND na área em pauta. No entanto, ao investigarmos aquele período, que mostra que houve, encaminhamentos dados por empresas colonizadoras de cunho particular, ou por iniciativa de investidores que buscavam, em especial, obter lucratividade com a compra e venda de lotes. Entre as empresas que atuaram na área em pauta destaca-se: SOMECO: Sociedade de Melhoramento e Colonização que se fixou no município de Ivinhema; Companhia Viação São Paulo- MT, que ocupou áreas no município de Batayporã e Bataguassu, a Companhia Moura Andrade de Antônio Joaquim Moura Andrade, abrangendo a área do município de Nova Andradina e a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, ocupando terras em Naviraí.

O processo que nos interessa para esse nosso estudo, é o da criação da empresa Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso limitada, o qual esteve relacionada ao contexto nacional da Marcha para o Oeste, mas com ênfase de atuação no início da década de cinquenta, na cidade de Vera Cruz, no Estado de São Paulo, quando foi registrada na “Egrégia Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 206.916, sob nomeação de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, denominada Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada”. No seu início, a empresa contava com dezoito associados participantes, que residiam em várias cidades do Estado de São Paulo, como é possível verificar na primeira cláusula do contrato de fundação da empresa, onde apresentamos os nomes dos sócios.

Vicente Ottoboni, Luiz Ottoboni Fiorenzo Fioravante, Carlos Alberto de Souza Brito, Virgílio Fioravanti, Homero Ferreira, Everaldo Marchioni, Batista Otoboni Neto, José Marques Guimarães, Mario Bolonhezi, João Batista Menin, Ismael Ferreira Coimbra, residentes na cidade de Vera Cruz, no Estado de São Paulo; Vicente Geraldo Scarabotolo, João Nicolau, Ariosto da Riva, residentes na cidade de

Marília, no Estado de São Paulo; Vanher Fioravanti, Renato Fioravanti, residentes na capital do Estado; Irio Spinardi, residente na cidade de Dracena, no Estado de São Paulo. (CONTRATO DE CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA, 1951, p. 01)

Os dezoito sócios proprietários apresentados acima fizeram a aquisição de duas glebas para formarem a cidade de Naviraí, uma das glebas era denominada Naviraí e outra denominada Bonito, conforme a Escritura *de Compromisso de Venda e Compra*,¹³ e isso se deu na cidade de Marília, Estado de São Paulo, no dia 15 de março de 1952. A área então adquirida, marcou o início da atuação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada no extremo sul do Estado de Mato Grosso.

Ao analisar a terceira cláusula do Contrato de Criação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, visualiza-se que o capital inicial empregado para a criação da empresa foi de CR\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros), divididos entre os dezoito sócios proprietários da sociedade, por quotas responsabilidade limitada.

Tabela 01- Associados da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e capital investido em 1951, para criação da empresa

TOTAL DO CAPITAL INVESTIDO NA CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA DE CR\$ 2.200.000,00 DOIS MILHÕES E DUZENTOS MIL CRUZEIROS		
NOME DO SÓCIO	VALOR INVESTIDO	QUANTIDADE DE QUOTAS
Fiorenzo Fioravanti	CR\$ 200,000,00	200
Vicente Geraldo Sacarabotolo	CR\$ 200,000,00	200
Ariosto da Riva	CR\$ 200,000,00	200
Vicente Ottoboni	CR\$ 150,000,00	150
Virgílio Fioravanti	CR\$ 150,000,00	150
Luiz Ottoboni	CR\$ 100,000,00	100
Carlos Alberto de Souza Brito	CR\$ 100,000,00	100
Batista Otoboni Neto	CR\$ 100,000,00	100
José Marques Guimarães	CR\$ 100,000,00	100
Mario Bolonhezi	CR\$ 100,000,00	100
João Batista Menin	CR\$ 100,000,00	100
Ismael Ferreira Coimbra	CR\$ 100,000,00	100
João Nicolau	CR\$ 100,000,00	100
Vanher Fioravanti	CR\$ 100,000,00	100

¹³ Anexo página 125

Renato Fioravanti	CR\$ 100,000,00	100
Irio Spinardi	CR\$ 100,000,00	100
Homero Ferreira	CR\$ 100,000,00	100
Everaldo Marchioni	CR\$ 100,000,00	100

Fonte: Contrato de Criação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, 1951, p. 02)

Os valores apresentados acima correspondiam a 100% do capital que cada sócio deveria investir ao término do pagamento que se deu em pelo menos quatro parcelas, com um prazo estendido em dois anos, conforme contrato (CONTRATO, 1952, p. 02) “10% no ato da assinatura do contrato, 10% seis meses após o registro da Sociedade na M.M. Junta Comercial do Estado de São Paulo; 30% no primeiro ano de vigência do presente instrumento, e o restante no segundo”. No mesmo ano, parte dos sócios, visitaram a área em Mato Grosso, como pode ser visto na fotografia 01 abaixo, na sequência visualiza-se a vinda dos sócios da colonizadora e pessoas interessadas na compra de lotes, saindo do aeroporto de Olímpia com destino a Naviraí.

Fotografia 01– Sócios proprietários da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada desembarcando em Naviraí, no ano de 1952.



Fonte: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada¹⁴, foto registrada por membros da colonizadora, no ano de 1952. Essa foi a primeira viagem dos membros da colonizadora em terras de Naviraí.

¹⁴ Todas as citações de fonte relativo a empresa Colonizadora, será apresentado como: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, apesar da mudança do nome da empresa.

Fotografia 02– Sócios proprietários da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e compradores de lotes, no aeroporto de Olímpia, embarcando para Naviraí, em 20/10/1952



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Ítalo Candido de Marco

Após ser criada no Estado de São Paulo a razão social da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, foi iniciado o processo de atuação da empresa, com a compra de duas glebas, nomeadas de Naviraí e Bonito, para assim exercerem a sua atividade comercial, sendo que adquirir lotes, comprar glebas¹⁵, áreas e propriedades imobiliárias, com a finalidade de loteamento e venda, e por meio deste negócio obter a lucratividade, era o objeto social da empresa, conforme é possível analisar na segunda cláusula do contrato de criação da empresa.

O objeto da sociedade é a compra e a venda de glebas, áreas e propriedades imobiliárias, colonização, loteamento e terraplanagem, materiais para construção, por conta própria e de terceiros, e demais atividades relacionadas a esse ramo de comércio e outros que venham interessar a sociedade, relativos ao mesmo ramo. (CONTRATO DE CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA, 1951, p. 01).

¹⁵ Gleba é a porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento sob a égide da Lei nº 6.766/79, o que equivale dizer que estaremos diante de uma gleba se a porção de terra jamais foi loteada ou desmembrada sob a vigência da nova Lei.

Figura 03 - Certidão da Gleba Bonito



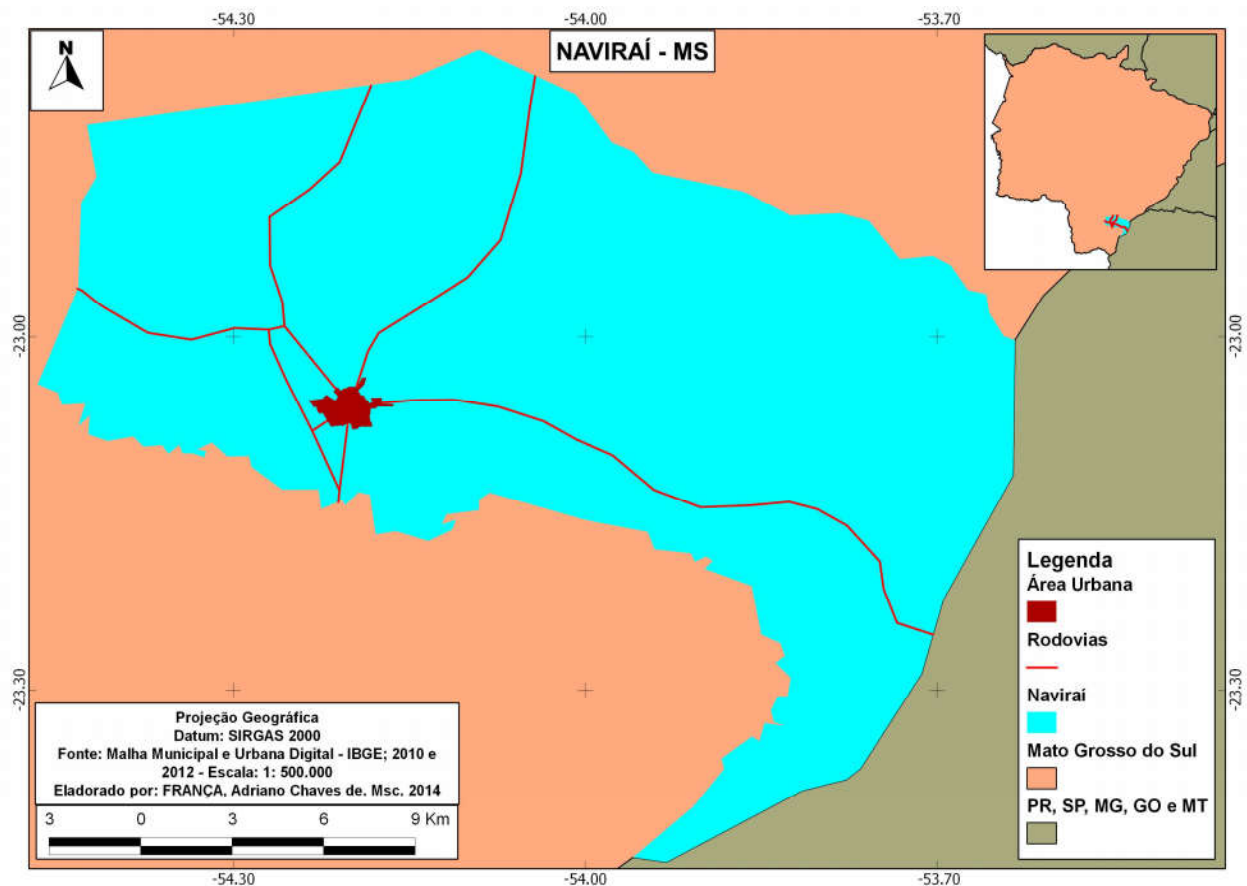
Fonte- Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada.

A certidão acima refere-se a Gleba Bonito, quanto a certidão da Gleba Naviraí, não identificamos esse documento nos arquivos disponibilizados pela colonizadora. É preciso destacar que a área adquirida pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, era de propriedade de Aracilda Gazal Bertoni e seu esposo Francisco Bertoni ou seja, a gleba por nome de Bonito havia sido anteriormente adquirida por Aracilda Gazal Bertoni, já a gleba denominada Naviraí, foi adquirida por seu esposo Francisco Bertoni, ambas as glebas foram por eles compradas do Estado do Mato Grosso, e posteriormente ambos venderam suas glebas para a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, pelo valor de CR\$ 4.065.396, 60, a junção dessas duas glebas representava a área do território de Naviraí. De acordo com Fabrini (1996, p. 47), a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada loteou duas Glebas: sendo a Gleba Naviraí com 9.469 ha e a Gleba Bonito com 9.528 ha.

No entanto, esta quantidade territorial adquirida pelo casal Aracilda Gazal Bertoni e Francisco Bertoni, estava de acordo com a Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso, que havia sido modificada. Antes da alteração, no ano de 1948, o tamanho limite para propriedades destinadas a comercialização eram de 500 ha. Com a mudança, após essa data, o tamanho dos lotes para compra e venda passaram para 10.000 ha, como afirma Foweraker (1981, p. 150). Isso explica o fato de cada um dos cônjuges ter registrado em seu nome áreas aproximadas ao limite máximo, ou seja, a gleba Bonito detinha 9.528 hectares, e a gleba Naviraí detinha 9.469 hectares. Nesse formato de aquisição de propriedade, na qual dois membros da mesma família foram demandantes, pode-se concluir que havia a intenção em unir porções de terra, concentrando grandes dimensões, mesmo que sob a ótica dos registros isso não apareça, visto que a aquisição era feita por diferentes nomes.

Quanto ao registro da compra das terras do casal, pela colonizadora, naquele período os imóveis eram registrados em Dourados, já que esta era a Comarca mais próxima, e conforme registro acima apresentado, a compra da área foi reconhecida pela Comarca de Dourados, no dia 30 de setembro de 1952, conforme a certidão acima. Com a junção das glebas de Bonito, com a área de 9.528 ha e a gleba de Naviraí com 9.469 ha, formou-se Naviraí com a área de 18.997 ha, conforme é apresentado no mapa abaixo, onde é possível analisar toda abrangência do município de Naviraí.

Figura: 04 - Mapa atual de Naviraí-



Fonte: FRANÇA - 2014.—Mapa cedido gentilmente pelo autor para contribuir com este trabalho

A junção das glebas Bonito e Naviraí adquiridas pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada deram origem a cidade de Naviraí, que conforme memorial descritivo abaixo, está situado entre a latitude de $23^{\circ}03'54''$, ao Sul, e longitude de $54^{\circ}11'26''$, a Oeste, conforme o memorial descritivo que segue, em relação a localização de Naviraí..

Situada entre os rios Amambaí e Laranjai, afluentes do Rio Paraná, a 54° e 21 minutos de Longitude de Greenwich, e $0,2^{\circ}$ norte de Latitude Rio de Janeiro, Comarca e Município de Dourados, Estado do Mato Grosso. O local escolhido para a cidade de Naviraí está colocado nos espigões divisores (Digo espigão o divisor das águas, Amambaí e Laranjai, tendo como via de acesso o rio Paraná e Rio Amambaí, por este até a estrada de rodagem até Naviraí, seguindo após para Porto Felicidade, ligado ao Centro de Campanário, Ponta Porã, Caarapó, Dourados, Campo Grande e Estrada de Ferro Noroeste Brasil. (MEMORIAL DESCRITIVO- NAVIRAÍ- 1952 s/p).

Figura 05 - Memorial descritivo urbano de Naviraí, lavrado no ano de 1952.

MEMORIAL DESCRITIVO da Cidade N A V I R A I,
 Situada entre os Rios Amambáí e Laranjáí, afluentes do
 Rio Paraná, a 54º e 21 minutos de Longitude de Greenwich,
 e 0,2º norte de Latitude Rio de Janeiro, Comarca e Mu-
 nicipio de Dourados, Estado de Mato Grosso. Gleba Naviraí
 Bonita Adquirente: Francisco Bertoni

O Local escolhido para a Cidade Naviraí, está colocado
 nos espigões divisores (Digo Espigão divisor das águas,
 Amambáí-Laranjáí, tendo como via de acesso o Rio Para-
 ná até o rio Amambáí, por este até a estrada de rodagem
 até Naviraí, seguindo após para Porto Felicidade, ligan-
 do ao centro de Campanário, Ponta Porã, Caarapó, Doura-
 dos, Campo Grande e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

AS suas características topograficas são de alti-
 planos suaves, orlados de frondosas matas, rios e corre-
 sos cristalinos, com excelente agua potavel e altitude
 media de 460 mts acima do nivel do mar.

A cidade foi delineada nos moldes mais modernos
 do urbanismo da época, tendo ao centro uma grande praça
 orlada de jardins, servindo de ponto de convergen-
 cia de seis avenidas com a largura cada de 30 mts. e as
 ruas intermediarias de 18 mts. sendo 24,5% para ruas e
 avenidas e 9,5% para praças e jardins, inclusive predie-
 os de utilidade publica, cinemas, etc.

Para do perimetro urbano foi reservado area para
 Stadium, abastecimento de agua e campo de aviação.

Os quarteirões tem as dimensões de 90 mts de fren-
 te por 90 mts de fundos e as datas 15 mts de frente
 por 30 mts de fundos. As datas irregulares terão as di-
 mensões superiores as regulares.

Todo o plano de urbanismo está enquadrado nas Leis fe-
 derais nº 58 e Decreto Lei nº 3.079, as escrituras a-
 cham registradas no Cartorio de Registro de Imoveis
 da Comarca de Dourados, Livro nº 4º, Folhas nº 36-39-
 Contrato na Junta Comm. do Est. Sº Paulo, nº 137/574-158992


Acompanhando o presente memorial seguem as plan-
 tas devidamente autografadas pelo procurador da Co-
 lonizadora Vera-Cruz, Mato Grosso Limitada e pelo En-
 genheiro responsavel pelo projeto, devidamente regis-
 trado no C.R.R.A.

O Engº. Francisco Bertoni
 C.R.R.A. nº 2848

O procurador Amador Rodrigues
 verdadeiro e firma
 de Amador Rodrigues
 e Amador Rodrigues

Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, de 1952

Em test. Amador Rodrigues
 Tabelião



Fonte- Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada.

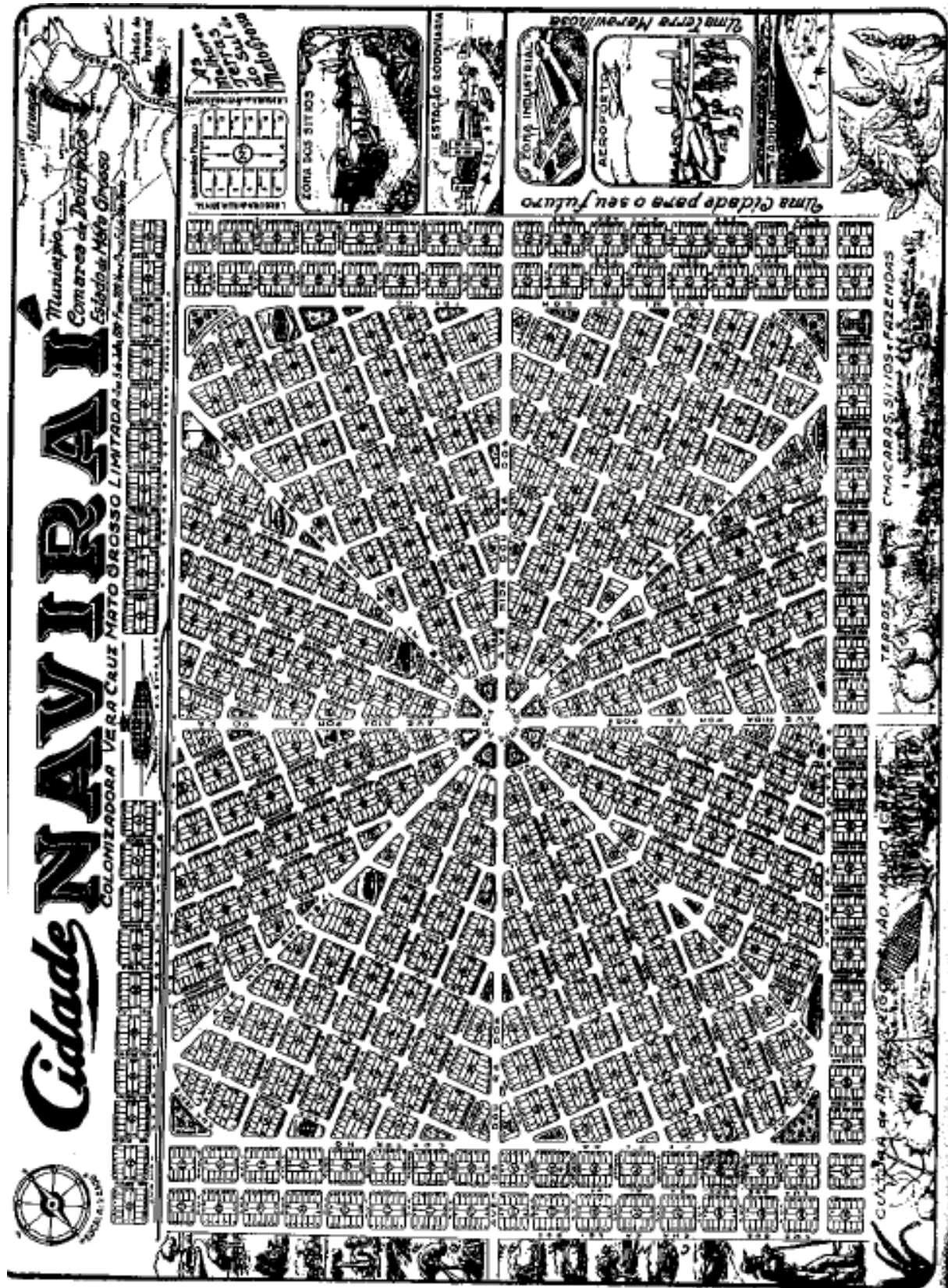
Sobre o Memorial descritivo nota-se a ênfase no que se refere a estrutura planejada para a formação da cidade, em um modelo de organização que seguia nos “moldes modernos do urbanismo da época”. Isso indica que a empresa buscava apresentar uma cidade em construção, organizada com perspectiva de crescimento, já que almejava um modelo planejado e organizado, urbanisticamente. Também é apresentado os rios que demarcam o entorno da gleba, fato que pode explicar o interesse do colonizador em demonstrar a possibilidade de acesso por vias fluviais, sendo que outra questão relevante sobre os rios é a possibilidade de água em abundância nos lotes rurais. Nesta perspectiva, é possível perceber que a planta da cidade foi pensada para que as avenidas convergissem com a praça, e no seu entorno estivessem localizados os prédios de utilidade pública, conforme mencionado no próprio memorial descritivo. A partir dessa proposta, a praça deixaria de ter a funcionalidade de lazer, como apontado por Piovesana (2007, p. 123), passando a ser um local de circulação de pedestres que buscavam realizar atividades nas instituições localizadas no entorno da praça.

Era um modelo que assegurava a defesa da racionalidade, presentes nos projetos das empresas colonizadoras, transmitidos aos pioneiros, e neles encontrando ressonância, visto que estes se movimentavam em busca de terra, muitas vezes descapitalizados e por isso guiados pela lógica do trabalho árduo para assim conseguirem acumular capital que permitisse estas pessoas ficarem em determinada região. Nesse formato, a praça, concentrando em seu entorno instituições diversas direcionadas a oferecer serviços, acabava por negar a representação do ócio, o que deveria ser nela exercitado, mas que em Naviraí imprimia força no trabalho como moral a ser seguida.

[...] a praça é um local público para o exercício da função de lazer e incentivo da vida comunitária. Espaço voltado ao atendimento dos cidadãos, habitantes da urbe, que em suas horas vagas podem desfrutar, na companhia de seus familiares ou amigos, de um espaço comum, bem arborizado, livre do movimento contínuo dos carros e com infraestrutura suficiente para atrair a população para um exercício de sociabilidade, símbolo da coesão social e fruto da prosperidade. (PIOVESANA, 2007, p. 123).

Em Naviraí, a praça era o centro pelo qual convergia e seguiam o movimento da cidade, suprimindo a representação do lazer, e conferindo a esta o sentido utilitário, de trabalho, desenvolvimento e de prosperidade na modernidade. Vejamos como foi estabelecida a estrutura da cidade:

Figura: 06 – Área da cidade de Naviraí- MS Praça Euclides Fabris



Fonte: (BARRETO, 1985, p. 28).

Destaca-se que alguns dias após ter o memorial descritivo registrado em cartório, já estava sendo noticiado no Jornal *O Progresso* de Dourados, como se pode ver abaixo, na matéria publicada em 22 de julho de 1952, o surgimento da cidade de Naviraí. O teor da notícia trazia o sentido da valorização do modelo de planta da cidade, tendo o escritor utilizado a expressão “magnífica planta”. Tal valorização tinha como intenção aumentar a venda dos lotes rurais, pois quanto maior e mais moderna fosse a cidade, mais fácil seria comercializado os lotes rurais. Nela, no que tange a Colonizadora Vera Cruz, na mesma matéria do jornal, é informado que a empresa era composta de “destacados elementos do mundo financeiro de São Paulo”. Tais afirmações tinham como intuito engrandecer a Colonizadora Vera Cruz, em termos de fomentar a credibilidade de que o desenvolvimento realmente se daria, e também a cidade que ela estava colonizando. Com isso, valorizando a cidade e sua estrutura moderna, almejava produzir estratégias para atrair investimentos e criar condições favoráveis para facilitar a venda dos lotes rurais. Esta, era feita por meio da contratação de vendedores que atuavam na divulgação/comercialização de terras em diversos estados, especialmente no Paraná, São Paulo e Minas Gérias. Vejamos a matéria:

Figura 07: Matéria jornalística que anuncia a criação de Naviraí

NAVIRAÍ

Uma cidade que surge em nosso Município

A Comissão de Urbanização da Prefeitura aprovou recentemente a magnífica planta de cidade NAVIRAÍ, fundada pela Sociedade Colonizadora Vera-Cruz, composta de destacados elementos do mundo financeiro de S. Paulo.

Está sendo providenciado agora, o registro desse loteamento de acordo com a lei 58, afim de serem vendidos seus lotes em prestações.

Naviraí, é pois, mais uma cidade que surge em meio as nossas ricas matas de agricultura, estando fadada a ser, pela sua localização privilegiada um núcleo de grande progresso.

MAJOR BENEDITO de PAULA CORSEIA
Vimos nesta cidade em dias da semana findante o Major Benedito de Paula Correa, reidente em Ponta Porã

LEIA O PROGRESSO
aos domingos

Fonte: Jornal *O Progresso*, de 22 de junho 1952 – Edição nº 60 - ¹⁶

¹⁶ Todas as matérias jornalísticas do Jornal *O Progresso* utilizadas estão disponíveis no Centro de Documentação da UFGD

2.2 - O desenvolvimento da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e o comércio de lotes rurais

Para realizar a venda de lotes, a empresa Colonizadora dividiu as Glebas: Bonito com área de 9.528 ha e gleba Naviraí com a área de 9.469 ha em variados lotes, onde tais lotes eram vendidos para proprietários vindos principalmente do Paraná e São Paulo, entre outros Estados.

Para incentivar a vinda de pessoas, compradoras para os lotes a serem vendidos na gleba, a empresa utilizava as emissoras de rádio do Oeste paulista para divulgarem e fazerem propagandas das novas terras. Para isso, usava da forma de música, conforme o jingle “Vamos Pra Naviraí”, apresentado na obra de Fabrini (1996, p. 47 - 48), em uma melodia que cantava as riquezas de uma exuberante natureza, o que indicava lugar de prosperidade e de desenvolvimento.

Vamos pra Naviraí

O Navio apitô,
Tá na hora de parti,
Vamos, morena, vamos,
Vamos pra Naviraí.

Morena, sou lá de fora,
Tô passando por aqui;
Se você quer ir embora,
Vamos pra Naviraí.
Morena, minha morena,
Chega, chega cá pertinho,
Que coração bom eu tenho,
O que falta é carinho.

Nós desce o Rio Paraná,
E sobe o Amambaí,
Vamos fazer nosso rancho,
Junto de Naviraí.
O navio apitô...
Tá na hora de parti,

Vamos morena, vamos, Vamos pra Naviraí...o navio apitô...

O jingle “Vamos pra Naviraí”, que era divulgado nas emissoras de rádio do Oeste Paulista, tinha como objetivo apresentar Naviraí como uma terra de oportunidades e opções para uma nova vida, para aqueles que eram de outras regiões do Brasil e queriam novas possibilidades de lucro. Como por exemplo, conseguir um pedaço de terra num lugar de águas abundantes, uma vez que seguiam por dois grandes rios – o Paraná e o Amambai. O cenário de riquezas naturais, associadas à disposição dos pioneiros em desbravar esse território, criava seguridade para constituir família, como pode ser observado na melodia, que se reporta na formação de casais, no convite para que a Morena acompanhe o pioneiro para as novas terras.

Outra forma de atrair compradores para os lotes da Gleba foi através dos corretores de imóveis, que vendiam tais lotes em diversos Estados, dentre eles São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso. Nos documentos da empresa que tivemos acesso foi possível verificar os cadastros de tais corretores, que realizavam a venda dos lotes rurais. Pelas informações coletadas junto a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, foi possível identificar que a empresa chegou a ter aproximadamente cinquenta corretores que trabalhavam com a venda dos lotes, e que eles atuavam em pelo menos quatro Estados. Outra questão importante a ser analisada é que entre os corretores pode-se identificar pessoas de outras nacionalidades, sendo elas: japoneses, italianos, espanhóis e os brasileiros, conforme é possível analisar nas fichas de cadastros abaixo.

Figura 08: Ficha de identificação do agente de vendas

CIDADE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO (43)
PROPRIEDADE DA COLONIZADORA VERACRUZ MATO GROSSO LTDA.
Vendas de Terras, Chacaras e Datas a Prestações sem Juros
Rua 5 de Julho, 629 e 631 — Caixa Postal, 141
VERA CRUZ - L. Paulista - Est. São Paulo

FICHA DE IDENTIDADE
AGENTE DE VENDAS

Nôme **SYOITI ITAKAKI**
Nacionalidade **Japonesa**
Naturalidade **Nigata-Ken**
Filiação **Chochei Hirata e Da. Kishi Itakaki**
Nascido em **13-11-1.909**
Côr **Branca** Sexo **Masculino** Estado Civil **Casado**
Vera Cruz, **22** / **7** / 1954
Syoiti Itakaki
ASSINATURA

Fonte: Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Figura 09: Ficha de identificação do agente de vendas

CIDADE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO

PROPRIEDADE DA COLONIZADORA VERACRUZ MATO GROSSO LTDA.
Vendas de Terras, Chacaras e Datas a Prestações sem Juros
Rua 5 de Julho, 629 e 631 — Caixa Postal, 141
VERA CRUZ - L. Paulista - Est. São Paulo

Nº 12

FICHA DE IDENTIDADE
AGENTE DE VENDAS

Nôme MORIYOSHI FUKUDA
Nacionalidade Japonês
Naturalidade Kumamoto - Japão
Filiação Gentarú Fukuda
Nascido em 25 de Outubro de 1.926
Côr Amarela Sexo Masculino Estado Civil Casado
Vera Cruz, 3 / 7 / 195 3
Moriyoshi Fukuda
ASSINATURA

Fonte: Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Figura 10: Ficha de identificação do agente de vendas

CIDADE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO

PROPRIEDADE DA COLONIZADORA VERACRUZ MATO GROSSO LTDA.
Vendas de Terras, Chacaras e Datas a Prestações sem Juros
Rua 5 de Julho, 629 e 631 — Caixa Postal, 141
VERA CRUZ - L. Paulista - Est. São Paulo

Nº 6

FICHA DE IDENTIDADE
AGENTE DE VENDAS

Nôme ANTONIO JOSÉ SOLA FERNANDES
Nacionalidade Espanhol
Naturalidade Provincia de Granada - Espanha
Filiação Francisco Sola
Nascido em 22 de Julho, de 1.911
Côr Branca Sexo Masculino Estado Civil Casado
Vera Cruz, 13 / 5 / 19 53
Antonio José Sola Fernandes
ASSINATURA

Fonte: Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Figura 11: Ficha de identificação do agente de vendas

CIDADE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO

PROPRIEDADE DA COLONIZADORA VERACRUZ MATO GROSSO LTDA.
Vendas de Terras, Chacaras e Datas a Prestações sem Juros
Rua 5 de Julho, 629 e 631 — Caixa Postal, 141
VERA CRUZ - L. Paulista - Est. São Paulo

FICHA DE IDENTIDADE
AGENTE DE VENDAS **Nº 10**

Nôme **MIGUEL SECCHI**
Nacionalidade **Italiano**
Naturalidade **Genga - Itália**
Filiação **Vicente Secchi e Joana Leporoni**
Nascido em **28 de Janeiro de 1.924**
Côr. **Branca** Sexo **Masculino** Estado Civil **Casado**
Vera Cruz, **10** / **7** / 19**53**
Miguel Secchi
ASSINATURA

Fonte: Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Figura 12: Ficha de identificação do agente de vendas

CIDADE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO

PROPRIEDADE DA COLONIZADORA VERACRUZ MATO GROSSO LTDA.
Vendas de Terras, Chacaras e Datas a Prestações sem Juros
Rua 5 de Julho, 629 e 631 — Caixa Postal, 141
VERA CRUZ - L. Paulista - Est. São Paulo

FICHA DE IDENTIDADE
AGENTE DE VENDAS **Nº 3**

Nôme **CORNELIO ANTONIO DA SILVA**
Nacionalidade **Brasileira**
Naturalidade **São João da Boa Vista - E.S.Paulo**
Filiação **Pedro Antonio da Silva e Joana Teixeira Soares**
Nascido em **4 de Junho de 1896**
Côr. **Branca** Sexo **Masculino** Estado Civil **Casado**
Vera Cruz, **29** / **Maio** / 19**53**
Cornelio Antonio da Silva
ASSINATURA

Fonte: Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Figura 13: Ficha de identificação do agente de vendas

CIDADE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO

PROPRIEDADE DA **COLONIZADORA VERACRUZ MATO GROSSO LTDA.**
Vendas de Terras, Chacaras e Dalas a Prestações sem Juros
Rua 5 de Julho, 629 e 631 — Caixa Postal, 141
VERA CRUZ - L. Paulista - Est. São Paulo

FICHA DE IDENTIDADE Nº 28
AGENTE DE VENDAS

Nôme **SABINO SOARES**

Nacionalidade **Brasileira**

Naturalidade **Salinas - Minas Gerais**

Filiação **Euzebio Soares e Ana Maria de Jesus**

Nascido em **12-Março-1919**

Côr. **Branca** Sexo **Masculino** Estado Civil **Solteiro**

Vera Cruz, **19** / Agosto 195**3**

Sabino Soares
ASSINATURA

Fonte: Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Os vendedores acima mencionados não mantinham uma relação de trabalho com a Colonizadora, apenas eram vendedores de lotes e recebiam comissões pelos lotes vendidos, um desses vendedores era o Sr. Moriyoshi Fukuda, que trataremos mais adiante, no terceiro capítulo, tento em vista que ele foi o primeiro japonês a vir para Naviraí e realizou um papel intermediador para que outras famílias japonesas também viessem para Naviraí.

Nesse contexto de divulgação e propagandas realizadas nas emissoras do Oeste Paulista, se iniciou o processo de migração de famílias residentes no Estado de São Paulo, para as Glebas que foram adquiridas pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada. E, ao relacionarmos as propagandas realizadas no Oeste Paulista com o trabalho de Albanez (2003, p 70), é possível perceber que entre os anos cinquenta e sessenta, Naviraí recebeu um considerável quantitativo populacional, visto que “o loteamento conduziu a uma densidade populacional que culminou, como já se disse, com a emancipação em 1963, do município de Naviraí”¹⁷. Já no que se refere à chegada de migrantes, de acordo com o Sr. João Martins Cardoso¹⁸, a primeira leva que vieram para Naviraí, foi um grupo constituído por dez famílias.

¹⁷ Posteriormente será tratado sobre a história de Naviraí, especificamente no capítulo III.

¹⁸ João Martins Cardoso veio para Naviraí com sua família em 1952 na primeira leva de migrantes, um grupo constituído por dez famílias, atuou como agricultor, foi o primeiro prefeito eleito de Naviraí, sendo que exerceu dois mandatos de 16/05/1965 a 30/01/1967 e 31/01/1970 a 30/01/1973.

As famílias que vieram eram muito humildes e buscavam melhores oportunidades no Mato Grosso, elas vieram de várias cidades do Estado de São Paulo, as famílias se reuniram em Porto Epitácio, de onde seriam transportadas em uma lancha da Companhia Mate Laranjeira até a Gleba após esperar um período de dez dias, e não chegar o transporte combinado, as famílias foram transportadas em um avião do empresário Antônio Joaquim de Moura Andrade¹⁹ até a gleba, onde chegaram no dia 10 de agosto de 1952. Após a chegada, se estabeleceram onde hoje é a exponavi e ali construíram as primeiras casas feitas de pau-a-pique. (João Martins, in áudio, entrevista gravada pelo pesquisador, no ano de 2013).

Nas imagens abaixo, cedidas pela colonizadora, podemos ver os registros da chegada das primeiras famílias, no ano de 1952, quando os deslocamentos eram feitos por meio de avião.

Fotografia 03- Chegada das primeiras famílias em Naviraí, em 1952.



Fonte: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

¹⁹ Fundador de cidades e empresário criou o Frigorífico Mouran, além de inúmeras outras empresas. Começou a vida como escriturário, foi comprador de grãos, comerciante de café e de 1930 a 1960, o maior pecuarista do Brasil, o que lhe valeu a alcunha de ‘rei do gado’.

Fotografia 04 – Chegada das primeiras famílias em Naviraí, no ano de 1952.



Fonte: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Um dos meios de transportes usados para chegarem até Naviraí eram as pequenas aeronaves, que para seu pouso, a companhia abriu uma pista no meio da mata, associando a modernidade, configurada no meio de transporte, com a área de mata selvagem a ser desbrava, como pode ser visto pela imagem abaixo.

Fotografia 05 - Visão aérea da pista de aviação de Naviraí, em 1952



Fonte: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Os primeiros migrantes ao chegarem nas novas terras, iniciaram suas atividades realizando a construção das casas, porque era preciso criar meios para a fixação e assim, construíram residências fazendo uso de materiais retirados da natureza, improvisando habitações de pau-a-pique, usando tecnologias rudimentares, de barro e estacas de madeira para edificar, como podemos ver na imagem abaixo, paralelo a essa atividade, realizaram a

derrubada da mata nos lotes rurais, para as primeiras plantações, com produtos voltados para subsistência.

Fotografia: 06 – Casas dos primeiros colonos na Fazenda Santa Helena, em 1954.



Fonte: Arquivo pessoal do professor José Luiz Dezinho

Fotografia: 07 – Casa dos primeiros colonos, em 1954.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Ítalo Candido de Marco

2.3 – Mudanças internas na administração e gestão da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Os primeiros diretores gerentes da colonizadora foram Vicente Geraldo Scarabotolo, que possuía 200 quotas e Batista Otoboni Neto, com 100 quotas, os quais tinham como subgerentes Carlos Alberto de Souza Brito, que possuía 100 quotas e Ariosto da Riva, com 200 quotas. Essa diretoria permaneceu de novembro 1951 a julho de 1954, e em dezembro de 1951, quando aconteceu a primeira alteração na representação da empresa Colonizadora Vera Cruz, tendo sido realizada por meio de uma primeira assembleia geral, na qual, pelo estabelecido no contrato, todos os sócios deveriam comparecer para apresentação do balanço anual, houve alteração contratual, e o balanço anual passou a ser realizado no dia 29 de novembro de cada ano, medida adotada a partir de 1952.

Em julho de 1954 ocorreu outra alteração na Cláusula sexta do contrato, momento em que houve substituição dos diretores Gerentes, passando a ocupar o cargo Ariosto da Riva, que anteriormente era Subgerente, e Vicente Geraldo Scarabotolo, que continuou na função que exercia desde a fundação da empresa. Na nova diretoria, o Sr. Batista Ottoboni Neto deixou o cargo de diretor gerente, que foi ocupado por Ariosto da Riva.

Na Assembleia Geral, que aconteceu em 3 de junho de 1955, foram efetivadas outras alterações contratuais, iniciando pela mudança de sede da empresa que estava localizada em Vera Cruz do Oeste, Estado de São Paulo, passando para a cidade de Marília-SP.

Esse fato pode ser explicado pela alteração da cláusula terceira, que apresenta os sócios da empresa e as cotas que possuem, momento em que se desligaram da empresa seis dos dezoito sócios, dentre eles: Vicente Ottoboni, Luiz Ottoboni, Carlos Alberto de Souza Brito, Batista Ottoboni Neto, José Marques Guimarães e João Batista Menin. Todos os sócios que se desligaram residiam na cidade de Vera Cruz Estado de São Paulo, onde estava situada a sede da empresa, porém após eles se desligarem, não existia mais motivo para que a sede da empresa continuasse em Vera Cruz. Dessa forma, a sede foi transferida para a cidade de Marília Estado de São Paulo. Após o desligamento de seis sócios, as quotas destes foram transferidas para os novos sócios admitidos conforme cláusula quinta, de alteração do contrato:

Em virtude das transferências, de quotas, são admitidos na sociedade, neste ato, na qualidade de sócios, os senhores: Ezio Bonzato brasileiro, casado, comerciante residente na cidade de Marília Estado de São Paulo que subscreve na sociedade o capital de G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros); Amadeu José Romão brasileiro casado, bancário, residente na cidade de Marília Estado de São Paulo, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros);

Francisco Bertoni brasileiro, casado, comerciante residente na cidade de Campo Grande Estado de Mato Grosso, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); Benzo Katsurayama japonês, casado, lavrador com sua permanência legal no país, residente na cidade de Naviraí Estado de Mato Grosso, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros); Juan Andrés Grange Etcheverry paraguaio, solteiro, engenheiro com permanência legal no país residente na cidade de Naviraí Estado de Mato Grosso, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros); Salathiel de Oliveira brasileiro, casado, bancário residente na cidade de Vera Cruz Estado de São Paulo, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros); Raphael Marchioni brasileiro, casado, lavrador residente na cidade de Vera Cruz Estado de São Paulo, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros); Custódio Bolant Gongora brasileiro, casado, comerciante residente na cidade de Vera Cruz Estado de São Paulo, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e Leandro Zanpieri brasileiro, solteiro comerciante residente na cidade de Olímpia Estado de São Paulo, que subscreve na sociedade o capital de G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros); CONTRATO DE CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA, 1955, p. 10).

Com a saída de seis sócios e a admissão de dez novos associados, a empresa passou a ter vinte e dois representantes, e com a alteração na quantidade de associados e a retirada de valores dos sócios que se desligaram, isso provocou alterações no capital da empresa, que era de G\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros), passando para G\$ 1.925.000,00 (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil cruzeiros). Nota-se que entre os anos de 1954-1955 e 1956, ocorreu um considerável fluxo de entrada e saída de sócios da Colonizadora Vera Cruz. Esse fato se deu, pois desde seu início a empresa tinha como objeto a compra e venda de lotes, e com esta atividade buscava obter lucratividade, porém como os lucros esperados não vieram de forma rápida como acreditavam, os sócios foram se desligando gradativamente da empresa, ao ponto que no balanço anual do ano de 1955, a empresa fechou o ano com vinte e dois sócios. Já no ano de 1956, com o desligamento de outros dezoito sócios, a empresa passou a ter apenas quatro representantes, sendo Ariosto da Riva, sócio majoritário ao comprar as quotas de todos os sócios que se desligaram, ficando com um capital de G\$ 1.595.000,00 (um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil cruzeiros), o que representava mil novecentas e vinte e cinco quotas, ou seja, 70% do capital total da empresa, como pode ser observado na terceira cláusula do contrato da empresa.

A clausula terceira do contrato sofrerá as seguintes alterações: Desligam-se da sociedade nesta data, pagos e satisfeitos dos haveres relativos a capital e lucros, pelo que dão e recebem plena, geral e irrevogável quitação referente aos negócios sócias até a presente data, os sócios senhores: Fiorenzo Fioravanti G\$ 125.000,00 (cento e cinco mil cruzeiros) correspondente à 125 (cento e vinte cinco) quotas partes; Vicente Geraldo Scarabotolo G\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) correspondentes à 75 (setenta e cinco) quotas partes; João Nicolau G\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) correspondentes à 75 (setenta e cinco) quotas partes; Renato Fioravanti G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correspondentes à 100 (cem)

quotas partes; Ézio Banzato G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondente à 50 (cinquenta) quotas partes; Abrão Elias G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondentes à 50 (cinquenta) quotas partes; Amadeu José Romão G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondentes à 50 (cinquenta) quotas partes; Virgílio Fioravanti G\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) correspondentes à 150 (cento e cinquenta) quotas partes; Mario Bolonhezi G\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) correspondente à 10 (dez) quotas partes; Homero Ferreira G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correspondentes à 100 (cem) quotas partes; Everaldo Marchioni G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correspondentes à 100 (cem) quotas partes; Salhatiel Oliveira G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondente à 50 (cinquenta) quotas partes; Raphael Marcioni G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondente à 50 (cinquenta) quotas partes; Custódio Bolant Gongora G\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) correspondente à 10 (dez) quotas partes; Vanher Fioravanti G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correspondentes à 100 (cem) quotas partes; Írio Spnardi G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correspondentes à 100 (cem) quotas partes; Sebastião Martins do Amaral G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correspondentes à 100 (cem) quotas partes; Benzo Katsurayama G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondente à 50 (cinquenta) quotas partes; Francisco Bertoni G\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correspondentes 1 à 00 (cem) quotas partes. O senhor Juan Andrés Grange Etcheverry paraguaio, solteiro, residente na cidade de Naviraí Estado do Mato Grosso, permanece na sociedade com seu capital diminuído em G\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) correspondentes à 50 (cinquenta) quotas partes; e o senhor Ariosto da Riva, brasileiro, maior, casado, residente na cidade de Marília, Estado de São Paulo, permanece também na sociedade , subscrevendo mais G\$ 1495.000,00 (um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil cruzeiros), correspondentes à 1495 (um mil quatrocentos e noventa e cinco) quotas partes. Em virtude das alterações havidas, o capital registrado na sociedade de G\$ 1.925.000,00 (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil cruzeiros), fica assim distribuído, sócio Ariosto da Riva 1495 (mil quatrocentos e noventa e cinco) quotas partes, Sócio Ismael Ferreira Coimbra 150 (cento e cinquenta) quotas partes, Juan Andrés Grange Etcheverry 130 (cento e trinta) quotas partes e Leandro Zampieri 50 (cinquenta) quotas partes. (CONTRATO DE CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA, 1955, p. 10).

Após a saída da maioria dos sócios, no ano de 1956, a empresa Colonizadora ficou sob a responsabilidade do diretor Gerente Ariosto da Riva²⁰ e tinha como cotistas os seguintes:

²⁰ “Ariosto da Riva, nascido no interior, em Agudos/SP, filho de um músico, aos 17 anos, saiu de casa em sua primeira aventura, para se tornar garimpeiro de diamantes. Mais tarde, trabalhando para Geremias Lunardelli, principal responsável por toda a colonização do Paraná, ele aprenderia os caminhos de sua definitiva profissão, colonizador.

Com Lunardelli, o empresário-bandeirante aprendeu que "terra boa não tem distância" e, já nos anos 50, começou sua primeira experiência como desbravador. Com um grupo de amigos, Ariosto da Riva fundou Naviraí, no hoje Estado do Mato Grosso do Sul. [...]

Em 1974, ele partiu para a selva amazônica, antes quase nada explorada, onde hoje está a cidade de Alta Floresta, no Norte do Estado do Mato Grosso, quase na divisa do Estado do Pará. Ariosto da Riva comprou 418.000 ha (quatrocentos e dezoito mil hectares) de terra de uma firma do Rio de Janeiro/RJ, por um preço razoavelmente baixo, pois ninguém se atrevia a pensar em desbravar estas terras, não havia acesso terrestre, aéreo ou marítimo. O Governo Federal através de uma licitação passou para o colonizador mais 400.000 ha (quatrocentos mil hectares) como incentivo ao desenvolvimento da região norte do Estado do Mato Grosso, antes unificado. Dessa iniciativa surgiu a INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização, [...] ”. (HAMILTON, 2013, p. 01)

Tabela 02 - Associados da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, em 1956

NOME DO SÓCIO	QUANTIDADE DE QUOTAS
Ariosto da Riva	1595 quotas
Ismael Ferreira Coimbra	150 quotas
Juan Andrés Grange Etccheverry	130 quotas
Leandro Zampieri	50 quotas

Fonte: Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

Nota-se que por um período de dezesseis anos, entre 1956 e 1972, não foram mais realizadas alterações contratuais, nem mesmo admissão de novos sócios, fato que só aconteceu em 1972, com a admissão dos irmãos Antônio Augusto dos Santos e Norberto Augusto dos Santos, como sócios, e também da saída dos senhores Ismael Ferreira Coimbra, Juan Andrés Granges Etcheverry e Leandro Zampieri. Estes últimos venderam suas partes para Ariosto da Riva. Nesses dezesseis anos, a maior parte dos lotes rurais da empresa Colonizadora foram vendidos, e como a atividade de comércio de lotes urbanos, não era o foco de Ariosto da Riva, ele passou a maior parte do Capital da Empresa para o Sr. Antônio Augusto dos Santos. Este último, após a alteração contratual, no ano de 1972 se tornou diretor gerente e sócio majoritário, em lugar de Ariosto, fato que pode ser explicado, conforme relato de sua esposa que declarou em entrevista no processo de pesquisa, que seu companheiro era funcionário da empresa, mas em 1972, recebeu parte do capital da mesma em lotes urbanos, como forma de acerto trabalhista de débitos da empresa para com o funcionário.

Meu esposo era funcionário da empresa Colonizadora, e doou grande parte de sua vida defendendo os interesses da empresa, Ariosto não deixou a cidade grande para viver no sertão, meu esposo sim, após ficar a frente da empresa por muitos anos, em 1972 e recebeu como forma de um acerto trabalhista por muitos anos de trabalho prestados parte do capital da empresa, que era de lotes urbanos, pois quando meu esposo veio para Naviraí ele veio registrado como trabalhador braçal pois não tinha estudos. (Lourdes Elerbrock, entrevista, 31/03/2014).

Apesar de ficar à frente da gestão da Empresa Colonizadora por vários anos, Ariosto da Riva manteve uma relação apenas comercial com a cidade de Naviraí, não fixando residência efetiva no município, e com relação estabelecida especialmente pela venda de lotes rurais, com a qual buscava obter lucratividade. Quando o processo de comercialização dos lotes rurais foi esgotado, no ano de 1972, Ariosto deslocou o investimento do capital da empresa para o extremo norte do Estado do Mato Grosso, e lá passou a exercer a mesma atividade de colonização e comércio de lotes, em outro extremo do Estado.

No entanto, apesar de ter uma relação apenas comercial com Naviraí, Ariosto da Riva, é citado com destaque na história de Naviraí, como o colonizador do município, sendo os outros participantes do processo colonizador não mencionados, como se fossem menos importantes. Isso pode ser notado em diversas manifestações, uma delas, na intenção de homenagear Ariosto, foi composto uma música intitulada: Balada ao Criador de Naviraí, pelo compositor Altair da Costa Dantas, onde Ariosto é apresentado como alguém que viveu em Naviraí e doou sua vida pelo progresso coletivo sem buscar nada em troca, sem pretensão alguma. Abaixo foto de Ariosto e a composição criada em sua homenagem:

Fotografia 08 – Ariosto da Riva



Fonte Arquivo pessoal do professor José Luiz Dezinho


Figura 14 - Matéria jornalística com publicação de Canção em Homenagem a Ariosto da Riva

BALADA AO CRIADOR DE NAVIRAI

ALTAIR DA COSTA DANTAS

DA RIVAL... o chão, o céu, o tempo e o espaço,
o sonho e a realidade num sublime abraço,
o idealismo, a certeza na excelsa crença
de edificar, com o sorriso-pureza da criança,
com a mão da tranquilidade proba da esperança,
com o gesto nobre e reto da confiança,
num hino de fé e numa hossa de segurança,
doando-se num tudo e todo dos tesouros teus
em prol unicamente de honrada evolução,
uma joia de labor, cujo mérito e valor,
é a um tempo — humildade e espcicador —
e, que, ao surgir, dignificou o homem, enobrecou a terra,
pois veio do trabalho sagido e abençoado por DEUS!...

DA RIVA — ali-lo, na mata se embrenhando,
seu suor com o exuberante PARANÁ SE MISTURANDO,
sua fala com o trinar dos pássaros
cantando,
saudando, sômente com o trabalho,
cada alvorecer
e reverenciando, também, a AVE
MARIA de cada anoitecer,
a natureza ameiçando e com ela ter-
namente se enfeitando,
e seu amor com o progresso, em
plena labuta, se casando...



«E, como sói sempre acontecer, vieram outros
e virão sempre outros mais...
Os corpos e as presenças se irão,
mas as almas ficarão imperecivelmente aqui,
orientando, enriquecendo, aconselhando os demais,
contando, na saudade de cada qual, a história
de NAVIRAI!...

DA RIVA! a floresta ainda existe e persiste,
mas é uma floresta assáz diferente,
pois do sair da árvore, antes, surdo e triste,
agora, é a alegria da colheita produtiva e contente...

DA RIVA! O caudaloso PARANÁ
correndo para o mar ainda aí está e continuará
levando sonhos e alvejando a realidade,
purificando tua criação, preparando-a para a eterni-
dade...

«E vieram outros e muitos outros ainda virão,
Como DA RIVA, pulsando, envolver, no pulsar
do coração...
Seus corpos se irão — suas obras ficarão aqui,
Pois, delas é que se contará a história de NAVI-
RAI!...

«DA RIVA! na mata se embrenhando,
seu suor com o caudaloso Paraná se misturando,
sua voz de comando com o trinar dos pássaros can-
tando,
seu valente e acendrado amor com o progresso casan-
do,
dando-se o seu tudo e o seu tudo para exigir,
tão espontâneo, belo, fiel e fiel — que eis o resultado ai
Apoiose do próprio amor, tua vida e tua história, A-
RIOSTO — NAVIRAI!...

Fonte: Jornal *O Progresso* 14 de novembro de 1970 – Edição nº 1189

É necessário citar que de acordo com os relatos, Ariosto da Riva se destacava entre os demais sócios da Colonizadora, pois era muito eloquente e possuía grande poder de persuasão, o que facilitava o contato com as primeiras famílias, de acordo com o depoimento do Sr. José Ventura Alves²¹, em entrevista gravada no documentário Naviraí a realização de um sonho, 2013. É possível perceber no discurso do Sr. José Ventura Alves que a relação entre as primeiras famílias e a Colonizadora eram mediadas e realizadas apenas por Ariosto da Riva, sendo que os demais proprietários não atuaram nesse sentido.

Ariosto se destacava dentre os sócios da empresa, pois falava muito bem, ele sempre recomendava ao Virote que era representante da empresa, que cuidasse muito bem das primeiras famílias, apesar das dificuldades, Ariosto sempre ajudou muito as primeiras famílias que vieram para Naviraí, pois os alimentos vinham do Estado de São Paulo. (José Ventura Alves, in vídeo, documentário Naviraí a realização de um sonho, 2013).

Sobre a oratória de Ariosto da Riva, o Sr. Ítalo Candido de Marco²², na entrevista realizada em 11/06/2015, afirmou que Ariosto possuía uma excelente habilidade argumentativa, que o destacava, e por tal habilidade até recebeu o apelido de bico doce, pessoa que convenciam facilmente as outras com suas argumentações, exercendo poder sobre as mesmas.

O Ariosto era conhecido como bico doce, pois falava muito bem, todas as vezes que alguém estava descontente e queria ir embora por algum motivo, após conversar com Ariosto, a pessoa se acalmava, ele usava a lábia e convenciam a pessoa a ficar, ele sabia conversar, por isso era chamado de bico doce. (Ítalo Candido de Marco, in áudio, entrevista gravada pelo pesquisador, no ano de 2015)

É importante ressaltar que em 1972 boa parte dos lotes rurais já haviam sido comercializados, trabalho este que era realizado por diversos corretores, os quais mantinham vínculo com a empresa Colonizadora, e de acordo com os registros, havia um número de aproximadamente 50 corretores espalhados por vários Estados entre eles: São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso, os quais realizavam o trabalho de vendas de lotes. Dessa forma com a venda da maior parte dos lotes rurais, quando o sócio Antônio Augusto dos Santos se tornou diretor gerente, em 1972, o capital da empresa era, em sua maioria, constituído de lotes urbanos.

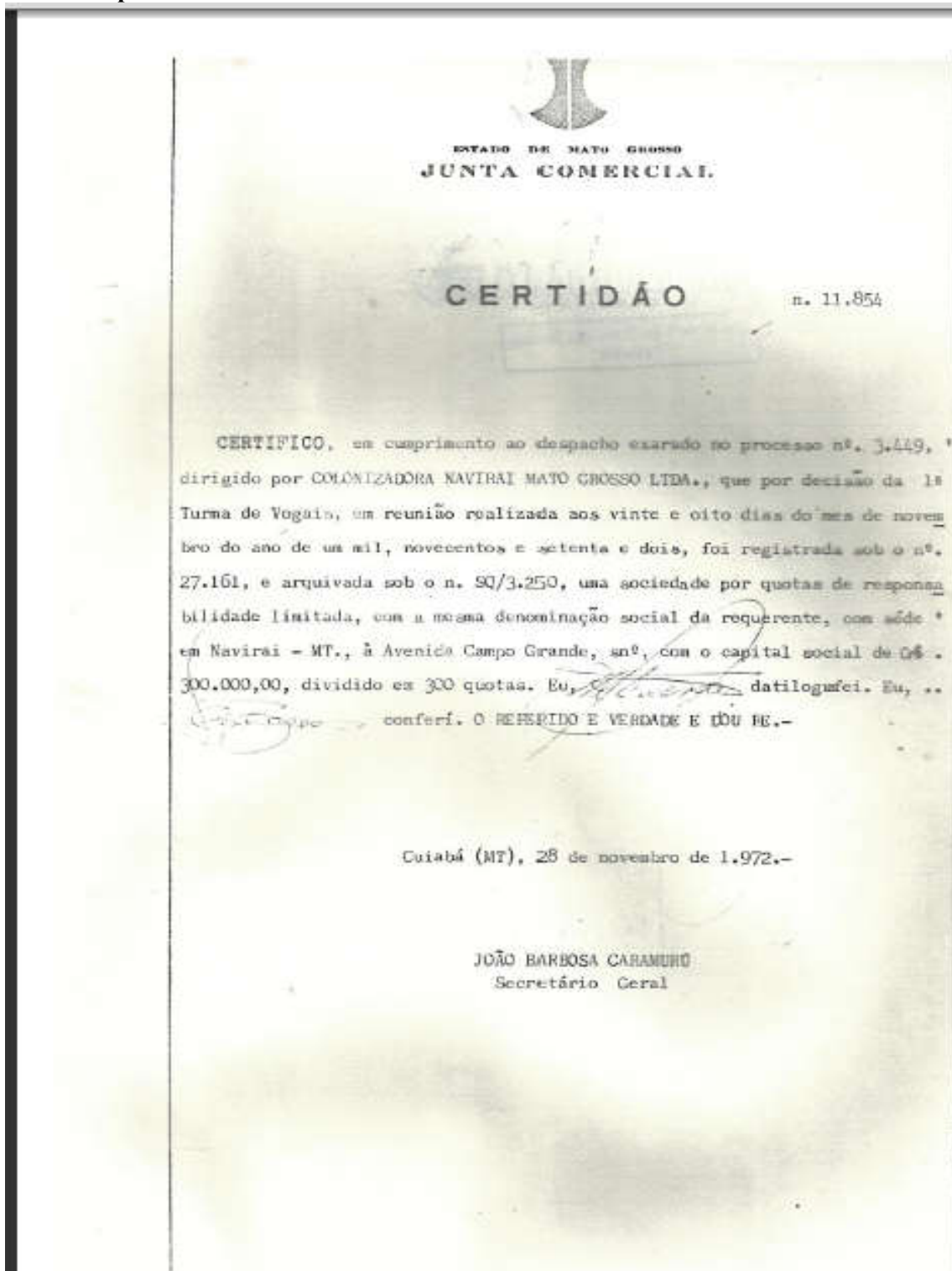
²¹ O Sr. José Ventura Alves, lavrador, chegou em Naviraí com as primeiras dez famílias que vieram no início de 1952, fazendo parte de toda a história de Naviraí, em 2013 José Ventura foi entrevistado para contar um pouco da história que participou, a matéria foi publicada no documentário Naviraí a realização de um sonho 2013, produzido pela PHOTOS TUDIO em Parceria com a Prefeitura Municipal de Naviraí

²² O Sr. Ítalo Candido de Marco - agricultor, chegou em Naviraí em 1954, seu pai José Cândido de Castro adquiriu um lote de 25 alqueires e trouxe toda família para residir em Naviraí e trabalharem como agricultores na propriedade adquirida.

A mudança do diretor gerente da Empresa Colonizadora também foi determinante para impulsionar outras alterações marcantes, que aconteceram no ano de 1972, como a mudança de sede, e da razão social da própria empresa, que passou a ser denominada Colonizadora Naviraí Mato Grosso e Limitada, como é possível observar na cláusula sexta, do contrato, alterada no mesmo ano e com certidão da Junta Comercial do Estado do Mato Grosso, registrada no dia 28 de novembro de 1972.

A sociedade que girava sob a denominação de “Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada” e tinha sede na rua Paes Leme, nº 32, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, desta data em diante passa a girar sob a denominação de “Colonizadora Naviraí Mato Grosso e Limitada” e transfere sua sede para a avenida Campo Grande s/nº na cidade de Naviraí, Estado do Mato Grosso. CONTRATO DE CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO E LIMITADA, 1972, p. 18).

Figura 15 - Certidão de Mudança da sede da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada para Navirai



Fonte: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

2.4 – A transferência da Sede da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada para Naviraí

Com a mudança da Sede da empresa de Marília-SP para Naviraí- MS, e alteração do diretor gerente, passando do comando de Ariosto da Riva, para o Sr. Antônio Augusto dos Santos, essa medida influenciou na mudança de nome da empresa que passou a ser denominada: Colonizadora Naviraí Mato Grosso Limitada. É importante salientar que após ficar a frente da empresa como diretor gerente por dezoito anos, Ariosto da Riva, se desligou da diretoria da mesma, devido a dois principais fatores: o primeiro é que os lotes rurais já haviam sido, em sua maioria, vendidos até o ano de 1972, e a venda dos lotes urbanos não era tão interessante economicamente para o empresário, uma vez que naquele período, o interesse do migrante estava aliado com acesso a extensas porções de terra, as quais o resultado em lucro era maior para quem as comercializa-se; e o outro fator é que Ariosto da Riva tinha como interesse econômico a colonização de outras áreas no Estado de Mato Grosso.

Para tal, no início da década de setenta, fundou o INDECO – Integração Desenvolvimento e Colonização, empresa responsável pela colonização de pelo menos três cidades no Estado do Mato Grosso, sendo elas: Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás. Nesse sentido, os motivos que levou Ariosto a partir de Naviraí, foram justamente aqueles que para lá anteriormente o haviam levado, ou seja, esgotada a venda dos lotes rurais em Naviraí, parcelas que pela sua extensão garantia maior preço e, conseqüente, maiores lucros na sua comercialização. Aliado a isso, na década de 1970, com os governos militares, teve-se incentivos voltados à extensão da fronteira agrícola para novas áreas na Amazônia Legal e, sob o lema dos militares de integrar a Amazônia ao Brasil, nesse movimento o governo Federal passou a subsidiar a abertura de novas frentes de colonização de terras, dentre elas os espaços definidos no norte de Mato Grosso, como mostra José de Souza Martins (1997, p. 74), esses incentivos do Governo Federal chegavam a um percentual de 75% onde os empresários deveriam entrar apenas com 25% do capital. A partir de tal realidade é possível observar que “o Governo Militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para a sociedade o preço da não realização da reforma agrária, isso é a opção por um modelo concentracionista de propriedade, e não por um modelo distributivista”.

Assim, Ariosto anteviu nas novas áreas, maiores possibilidades de obtenção de lucros, e para elas se direcionou, mas permanecendo com uma margem pequena de capital na empresa em Naviraí. Era hora de mudar, porque em Naviraí havia se esgotado as possibilidades de ganhos sob a lógica empresarial, de lucratividade definida na visão de

gestão daquele gerente. A nova frente colonizadora, custeada pelo Estado brasileiro na área da Amazônia Legal se mostrava mais promissora para o modelo empresarial de lucratividade empregado por Ariosto e para aquela nova área foi se estabelecer.

Com a saída de Ariosto, que permaneceu como um acionista, mas com poucas quotas, observa-se que entre os anos de 1972 a 1976 não foram realizadas alterações contratuais na Colonizadora, sendo apenas no ano de 1976, apresentando um aumento de capital, passando de G\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para G\$ 490.000,00, (quatrocentos e noventa mil cruzeiros), o que os dados indicam ter acontecido devido a valorização financeira que aconteceu neste período. Nessa alteração é possível verificar que o capital da empresa ficou dividido em: “442 quotas para Antônio Augusto dos Santos, 24 quotas para Norberto Augusto dos Santos e 24 quotas para Ariosto da Riva. No entanto, em 1981 houve várias alterações, conforme é possível analisar no documento abaixo, que se refere as cláusulas contratuais da empresa.

Primeira: A partir desta data a empresa passará a usar a denominação social de Colonizadora Naviraí Limitada; Segunda: O objeto social é a compra, venda, colonização, loteamento e administração de imóveis, por conta própria ou de terceiros; Terceira: O capital social inteiramente subscrito e realizado, passará de G\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil cruzeiros para G\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros). Quarta: O aumento do capital social de G\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil cruzeiros para G\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros) é decorrente da utilização parcial da conta FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL, que se acha contabilizada conforme Balanço Geral encerrado em 31 de março de 1980. (CONTRATO DE CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO E LIMITADA, 1955, p. 20).

A primeira cláusula que foi alterada em 1981 foi a denominação da empresa, passando de Colonizadora Naviraí Mato Grosso Limitada, para “Colonizadora Naviraí Limitada”, e essa alteração foi motivada pela divisão do Estado de Mato Grosso, fato que ocorreu em 11 de outubro de 1977, implantado em 1979, visto que devido esta divisão territorial, foi criada uma nova unidade federativa e Naviraí passou a compor o novo Estado criado, o Mato Grosso do Sul.

Outra alteração que ocorreu foi no objeto social da empresa, visto que quando iniciou suas atividades tinha como objeto social, a compra de glebas, mas que em 1981 deixou de fazer parte de sua atuação. Outra mudança foi que a empresa retirou o serviço de terraplanagem, um serviço da empresa, criado em 1952, com o qual assegurava a derrubada de matas virgens, e a preparação de tais áreas para possibilitar o plantio. Como os lotes rurais já haviam sido vendidos, já não era mais necessário assegurar tal serviço.

Após as alterações realizadas em 1981, a empresa entrou em uma nova fase, com poucas mudanças, fato que pode ser observado nas alterações contratuais registradas nos anos posteriores a 1981, nos quais as únicas alterações se deram em relação ao aumento de capital, devido as valorizações financeiras e correções monetárias. Dessa maneira, somente no ano de 1992 que a empresa voltou a passar por mudanças contratuais significativas em relação ao quadro de sócios, visto que naquele ano houve a saída de dois sócios, o Sr. Norberto Augusto dos Santos e Ariosto da Riva, que se desligaram da empresa Colonizadora. Após fazer parte, por 40 anos como sócio, e ficar por dezessete anos como diretor gerente, Ariosto se desligou da Empresa. Assim, com a saída dos sócios Norberto Augusto dos Santos e Ariosto da Riva²³ foram admitidas na empresa colonizadora as Srtas. Lúcia Helena Elerbrock dos Santos, e Lara Helena Elerbrock dos Santos, ambas filhas do Sr. Antônio Augusto dos Santos.

Com a mudança na composição de sócios, a empresa, que em seu princípio se organizava pela participação financeira de vários sócios, passou então a pertencer apenas a família do Sr. Antônio Augusto dos Santos. Este, conhecido popularmente como “Virote”²⁴ chegou em Naviraí em 1952 para trabalhar como funcionário braçal da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada. Em Naviraí fixou sua residência, e apesar de ter vindo como trabalhador braçal para a cidade, Antônio Augusto dos Santos era cunhado de Ariosto da Riva, e dessa maneira, ele era o homem de confiança de Ariosto. Foi responsável pela empresa, onde por cerca de vinte anos foi funcionário, e posteriormente, em 1972, se tornou sócio e diretor gerente desta empresa.

Antônio Augusto dos Santos também desempenhou funções públicas, pois foi Subdelegado de Polícia nomeado em 07 de março de 1960²⁵, vereador no mandato de (16/05 /1965 a 30/01/1967) e prefeito da cidade de Naviraí por dois mandatos (31/01/1967 à 30/01/1970) e (31/01/1973 a 31/01/1977) e no dia 04/10/2013 Antônio Augusto dos Santos veio a falecer.

Atualmente a Colonizadora mantém seu escritório atuante, porém não realiza transações econômicas como anteriormente, de compra, venda de lotes e colonização. A empresa se mantém em funcionamento pois existem lotes que foram vendidos, mas seus proprietários atuais ainda não retiraram na Colonizadora as documentações para regularização efetivas das propriedades. Dessa maneira o espaço físico da empresa mantém os arquivos da

²³ Pouco tempo depois de se desligar da Colonizadora Naviraí Limitada em 31/03/1992, Ariosto da Riva veio a falecer, em 25 de junho do mesmo ano.

²⁴ Antônio Augusto dos Santos era conhecido popularmente como Virote, sobrenome de seu pai, que ele não herdou.

²⁵ Na pagina 139 encontra-se o documento de nomeação do Sr. Antônio Augusto dos Santos ao cargo de Subdelegado de Polícia.

Colonizadora, e também é utilizado como um escritório pessoal da família, em seus negócios particulares. Nesse contexto de atuação da Colonizadora, mostraremos no próximo capítulo, a realidade política e econômica de Naviraí, enfatizando como pessoas ligadas à Empresa Colonizadora fizeram parte e influenciaram no processo político dessa cidade.

CAPÍTULO III

A ECONOMIA DE NAVIRAÍ E AS ALTERAÇÕES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS

3.1 A realidade econômica e política de Naviraí durante as décadas de cinquenta à setenta

No setor econômico do período que pesquisamos da década de cinquenta à setenta, é possível compreender que logo após a compra das glebas Bonito e Naviraí, pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso e Limitada, esta passou a comercializar lotes, e com isso ocorreu a chegada das primeiras famílias, nos anos que seguem a 1952, as quais se estabeleceram no local, iniciando a derrubada da mata virgem, formando novas paisagens no novo lugar.

Nota-se, como apresentaremos adiante, que as primeiras movimentações econômicas que os novos habitantes desenvolveram, ocorreram em torno do plantio do café, que perdurou até início da década de sessenta, e paralelo ao cultivo do café, nos primeiros anos da década de 1950, como mostra Fabrini (1996), ocorreu a exploração da madeira, atividade que se manteve até o final da década de setenta.

Outro produto que teve uma considerável importância na economia naviraiense foi a cotonicultura, introduzida pela colônia japonesa no início da década de sessenta, mais precisamente em 1961, sobre este assunto trataremos mais adiante. É preciso destacar que desde meados da década de cinquenta a pecuária esteve concomitantemente presente aos outros produtos do cenário econômico de Naviraí, sendo uma alternativa das grandes propriedades, conforme aponta Fabrini (1996, p. 47).

Um dos moradores que chegou na década de cinquenta foi o Sr. Durval Finoto²⁶, que em um documentário gravado em 2013, afirmou que seu pai veio para Naviraí, pois visualizou a possibilidade de expandir a produção de café que possuía no Estado de São Paulo, tendo em vista que naquele lugar a terra já era mais valorizada, e em Mato Grosso o preço era inferior. Tal fato pode ser identificado pois o Sr. Durval Finoto afirma que seu pai trocou uma propriedade de oito alqueires em Dracena por uma de cinquenta alqueires em Naviraí, uma troca de grandes proporções, fazendo com que nesse novo lugar se constituísse

²⁶ Durval Finoto chegou em Naviraí em 1954 vindo com sua família, Atualmente Durval Finoto é agricultor.

em fazendeiro, um sujeitos de posses, mesmo que para isso tivessem que enfrentar as agruras que o lugar apresentava.

O café naquele tempo era o ouro do Brasil, o café era tudo, um saco de café era vendido, e com ele meu pai trazia uma compra na carroça, porque valia dinheiro. Então foi aquela loucura, todo mundo enfrentou o sertão porque lá era pouquinho terra, aqui já era mais terra, cinquenta alqueires. (Durval Finoto – in vídeo, documentário Naviraí a realização de um sonho, 2013).

Apesar de muitas famílias terem vindo atraídos pela possibilidade de comprarem um lote e praticar o cultivo do café, essa cultura não foi mantida na lógica econômica do município por muitos anos em Naviraí e seus arredores, isso devido as geadas “que tornaram impraticável a cultura do Café”, conforme afirma o “Norberto Augusto dos Santos²⁷ (in vídeo, documentário Naviraí a realização de um sonho, 2013). Na fotografia abaixo é possível visualizar a primeira plantação de café realizada em Naviraí, depois da derrubada da mata virgem.

Fotografia 09 – Primeiras plantações de café em Naviraí - 1955



Fonte: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada

²⁷ Norberto Augusto dos Santos atuava no escritório da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, como advogado da Empresa.

Paralelo ao cultivo do café, em meados da década de cinquenta se instalaram neste local as primeiras serrarias, devido a abundancia de madeira existente na gleba. Este setor foi responsável por movimentar a economia naviraiense por muitos anos, visto que no auge da extração da madeira, no final da década de sessenta, até meados da década de oitenta, a cidade chegou a comportar 79 empresas com atividades relacionadas a extração de madeira, registradas na JUCEMS- Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1970 e 1985 como mostramos abaixo:

NAVIRAI: 79 empresas constituídas no período de 01/01/1970 a 31/12/1985, com atividade de extração de madeiras em floresta nativa e desdobramentos de madeira e foram extintas 21 empresas com as mesmas atividades no mesmo período (Carolina Andrade, via relatorios@jucems.ms.gov.br)

Conforme os registros da JUCEMS, nota-se que o numero de empresas ligadas ao setor madeireiro no município de Naviraí era muito expressivo, porém é notório que uma boa parcela dessas empresas, mais precisamente 21 delas, deixaram essa atividade até o ano de 1985. Nesse sentido constata-se que foi essa grande quantidade de serrarias, de empresas ligadas a extração da madeira que contribuiu para que Naviraí ficasse conhecida como a “capital da fumaça”. Na fotografia abaixo é possível visualizar a primeira serraria que foi montada em Naviraí, no ano de 1953, que associada a fotografia apresentada na sequencia, demonstra uma imagem aérea de Naviraí no início da década de sessenta, onde visualiza-se uma cidade com muita fumaça, conforme era conhecida e intitulada.

Fotografia: 10 1ª Serraria instalada na Vila Naviraí



Fonte: Arquivo da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada 1953

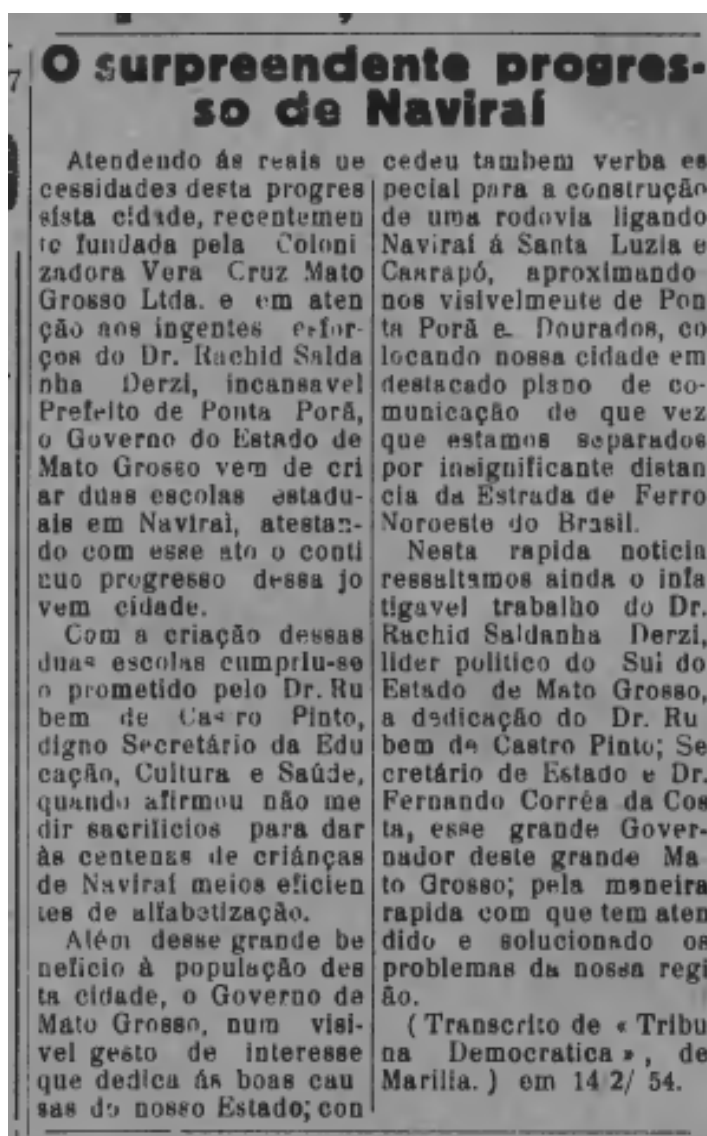
Fotografia 11: Imagem aérea de Naviraí 1963



Fonte: Arquivo pessoal do professor José Luiz Dezinho

Com a chegada das serrarias iniciou-se um período de um novo crescimento em Naviraí, e isso passou a ser retratado pelos jornais, como a reportagem publicada no dia 21 fevereiro de 1954, pelo Jornal O Progresso, noticiando o crescimento da Vila, numa matéria intitulada “O surpreendente progresso de Naviraí”. Nela é mencionada a criação de duas escolas e a liberação de verbas para construção de uma rodovia que ligava Naviraí a Santa Luzia e Dourados. Ao analisar a matéria jornalística, o colunista busca chamar atenção para o crescimento de Naviraí, e tal matéria pode ser considerada como uma propaganda atraindo compradores para os lotes que estavam sendo vendidos pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada.

Figura 16- Matéria anunciando o progresso e crescimento de Naviraí



Fonte: Jornal O Progresso, 21 de fevereiro de 1954 – Edição nº 147

Com isso o setor madeireiro representou um significativa importância para a economia naviraiense, e a exploração da madeira que se iniciou na década de cinquenta, contribuiu para um crescimento populacional, que culminou com a criação do distrito, pela lei nº 1915, de 22 de novembro de 1958, momento em que a Vila foi tornada distrito pertencente ao Município de Caarapó, “para o novo distrito criado, foi nomeado como primeiro sub-delegado o Sr. Antônio Augusto dos Santos, para o cargo de Juiz de Paz foi designado o Sr. José Cândido de Castro, e para o cargo de escrivão foi nomeado o Sr. Belírio Pereira de Souza”, como afirma Barreto (1985, p. 18).

Sobre o campo econômico é necessário analisar que a madeira produziu um impacto nas arrecadações municipais, porém outras economias também tiveram uma considerável importância, como no caso da cotonicultura, que foi introduzida em Naviraí pela colônia japonesa no início da década de sessenta. Na fotografia abaixo apresentamos a primeira família de japoneses que vieram para Naviraí, sendo o Sr. Moriyoshi Fukuda, sua esposa Amélia Fukuda, nome de uma das principais avenidas da cidade, e a mãe do Sr. Moriyoshi Fukuda Yatsu Sakata e os seus filhos.

Fotografia 12- Família Fukuda em Naviraí – MT em 1957



Fonte: Arquivo pessoal do professor José Luiz Dezinho

As primeiras famílias de japoneses começaram a chegar a partir de 1954, e nos anos seguintes vieram outras famílias. Nesse contexto, o Sr. Moriyoshi Fukuda que foi o primeiro japonês a vir para Naviraí, realizou um papel de intermediador para a vinda de outras famílias, conforme é possível analisar abaixo.

Em março de 1954, acompanhando os proprietários da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, descendo o Rio Paraná e depois subindo o Rio Amambai, chegou a Vila Moriyoshi Fukuda contratado da Colonizadora, foi o primeiro nikkei, que veio para contribuir na concretização do sonho dos colonizadores. Em seguida chegaram Nobu Adati, Takashi Adati, Mamoru Katsurayama, Benzo Katsurayama. Em 1958 chegaram Satoshi Fijita, Tsutomu Fujita, Itsuo Fujita, Iwao Fujita, Jorge Arakaki, Nelson Arakaki, Kenji Tooma, Yoshio Tooma, Sadao Ide, Morimoto Shingaki. Em 1960 a chegada de Kiuzamom Kodama e dos filhos Sakae, Mitsuo, Takayoshi, Hiroyuki. No mesmo ano Kenosuke Kuramoto e os filhos Mario Kiyoshi e Tadao, Tosaburo Kashiyama e os filhos Kazuo e Singueo, Stsuo Ono e Julio Kazuyoshi Ono, Taiti Takahashi, Shigueo Takahashi, Toramatsu Nose, Kiyoeiti Mishima, Sakue Nikaedo, Sakuki Nikaedo, Yoshio Okada, Antônio Okada, Tokuji Sogabe e Seikiti Tokame. Estes pioneiros foram recebidos por Moriyoshi Fukuda, responsável por orientar e dar assistência às famílias nikkeis, nos primeiros dias. Fukuda prestava assistência a todas as famílias que chegavam no povoado. No Shinnenkai, (confraternização do Ano Novo) de 1961, realizada na garagem da residência de Nabu Adati, foi fundada a Associação Nipônica, com a participação de 24 famílias nipônicas residentes. (ALONSO, 2011, p 07)

No início da década de sessenta iniciaram-se, nas proximidades de Naviraí, as primeiras plantações de algodão, e esta cultura foi implantada por membros da colônia japonesa que se estabeleceram em Naviraí, no final da década de cinquenta e início da década de sessenta, sendo a cotonicultura responsável por movimentar a economia naviraiense e empregar cerca de quatrocentas famílias, e no auge a área cultivada de algodão passava de 2.500 alqueires, utilizando modernos sistemas de pulverização como o aéreo, como é possível verificar abaixo.

Em 1961, a 35 km de Naviraí, região do Porto Caiuá, chega um grupo de cotonicultores encabeçado por Sakae Kamitani, composto por Mário Kamitani, Yoshio Ida, Sukesada Takehara, Hirokazu Sakurai, Chiuzo Seki, Paulo Otiai, estes iniciaram o ciclo da cotonicultura nas terras das fazendas: Caiuá, Árvore Grande, Lajes, Graça e Guassú, o cultivo atingiu uma área de 2.400 hectares, no período de colheitas eram utilizadas mais de 400 famílias. Em 1964, chega um grupo de cotonicultores: Shoiti Minani, Jujiro Tamaru, Mario Yamazoe, Haruo Shingu, Seiji Kumoi, Kaoru Yamada, Hiromasa Tanaka, Yoshinori Tanaka, Tadashi Tanaka, Tooru Kurata, Fussao Mano, Haruo Sato, Fernando Takahashi, Hideo Takahashi e Frederico Takahashi. A cotonicultura explorada pelos grupos Kamitani e Suekane, era feita em grande escala, inclusive com sistema de pulverização aérea, numa extensa área de 1350 alqueires do grupo Kamitani e 1210 alqueires do grupo Suekane. (ALONSO, 2011, p. 09).

A produção de algodão de Naviraí era transportada em balsas denominadas “chatas” até Porto Epiácio, de onde era descarregada e posteriormente levada para ser vendida em Presidente Venceslau, isso nos primeiros dois anos, já que o Estado de São Paulo era o mercado comprador desse produto. Porém, por volta de 1963, com o iniciar das atividades do transporte com uso de que ligava a Paranaíba-PR, o algodão produzido em Naviraí passou a

ser vendido na cidade de Nova Londrina, conforme relata o Sr. Sakae Kamitani²⁸, que foi um dos principais produtores de algodão de Naviraí. Na sequencia visualiza-se a balsa transportando o algodão que era produzido em Naviraí para o Porto Epitácio.

Na época era preciso vender em Presidente Venceslau, lotava a chata dos Nocera e ia levando o algodão até Epitácio, para descarregar no guindaste ou saqueiro, e levava para Wencelau vendia e voltava com a navegação que tinha na bacia do Prata, isso passou uns dois anos depois abriram uma balsa que liga Paranavaí ai começamos levar algodão para Nova Londrina, ai ficou mais fácil. (Sakae Kamitani- in vídeo, documentário Naviraí a realização de um sonho, 2013)

Fotografia 13- Produção de Algodão de Naviraí sendo transportada pela balsa para Porto Epitácio



Fonte: Documentário Naviraí a realização de um Sonho

Devido a vinda das famílias japonesas para Naviraí, no ano de 1961, essas formaram uma organização formalizando-a em formato de Associação Nipônica Naviraiense. Naquele ano já residiam em Naviraí, cerca de 24 famílias nipônicas, e ao final da década de sessenta esse numero passou para 70 famílias. Esse aumento da comunidade nipônica possibilitou, em 1968, fundarem a Escola Japonesa em Naviraí, que chegou a comportar 50 alunos. Atualmente esse numero de alunos diminuiu, porém a escola continua em funcionamento atendendo aproximadamente 20 alunos e sendo administrada pelo Clube Nipônico.

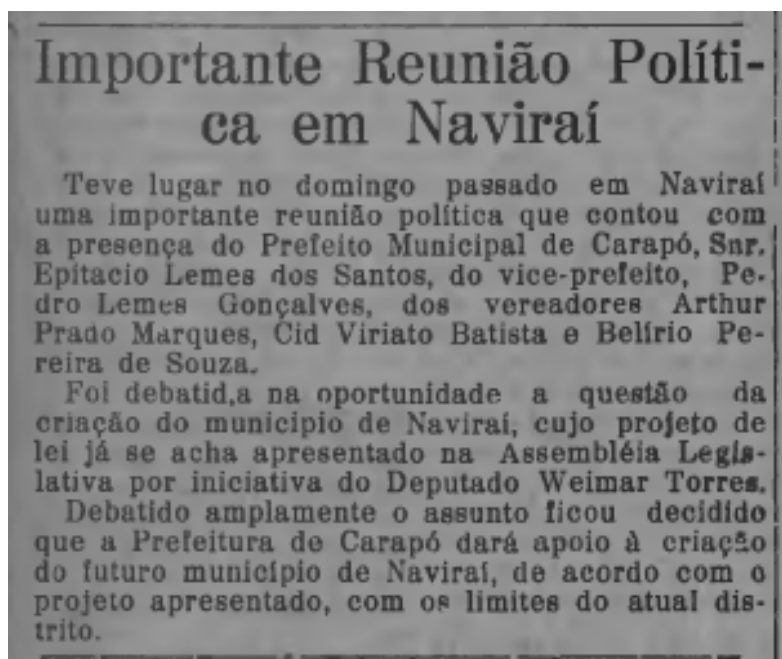
²⁸ Sakae Kamitani chegou em Naviraí em 1959, atuou com um dos principais plantadores de algodão, posteriormente foi um dos fundadores da Cooperativa COOPASUL em 1978.

A escola Japoneja iniciou suas atividades em 1968, pelo esforço de Tatsuo Suekane, que conseguiu o professor Kurata, para ministrar aulas, inicialmente trabalhando em uma garagem, foi três anos depois substituído pela Ota Sensei. Em 1975, foi construída Escola Japonesa, e, na época iniciou-se um Tanomoshi, para a manutenção da escola. Com a vinda de Tiyo Umebayashi, a Tiyo sensei a escola japonesa passou a funcionar regularmente, tendo com objetivo a formação de seres humanos íntegros e responsáveis, dotados de conhecimento, respeito, e moralidade, transmitindo portanto, os valores tradicionais japoneses. Por um tempo a Escola Japonesa de Naviraí teve até mais de 50 alunos, sob o comando dos professores Nikaedo e Matsumoto, com excelente resultado, graças a colaboração e orientação do Centro de Pesquisas e Difusão da Língua Japonesa da Associação Cultural Nipo Brasileira, porém aos poucos o interesse nihogogako foi diminuindo. (ALONSO, 2011, p. 09).

A atuação da colônia japonesa em Naviraí foi muito importante no campo econômico, sendo na agricultura por meio da cotonicultura e no comércio, como a exemplo da Casa Fukuda, Bazar e Livraria Benzo, entre outros que vieram posteriormente. No campo político a colônia japonesa sempre participou ativamente, pois na primeira eleição para prefeito, em 1965, um dos candidatos que concorreu a prefeitura era membro da colônia japonesa, o Sr. Mauro Fukushima, candidato pela UDN.- União Democrática Nacional. Dessa maneira, de acordo com os relatos do Sr. João Martins Cardoso, após Naviraí ter se tornado distrito, em 1958, iniciaram-se as movimentações internas pela busca da autonomia política em relação a Caarapó.

Após a elevação de Naviraí a distrito, em 1958, iniciou-se uma movimentação interna pela busca da autonomia política, em relação ao município de Caarapó, quando o prefeito de Caarapó Eptácio Lemes dos Santos, ficou sabendo dessas movimentações políticas, compareceu em Naviraí no ano de 1963, em uma reunião pública, tentando evitar que o município se emancipasse, porém após alguns debates políticos acalorados, o prefeito de Caarapó afirmou que aceitaria a emancipação de Naviraí (João Martins, in áudio, entrevista gravada pelo pesquisador, no ano de 2013.)

Figura 17 - Matéria jornalística noticiando uma reunião política em Naviraí



Fonte: Jornal O Progresso, 03 de março de 1963 edição nº 497

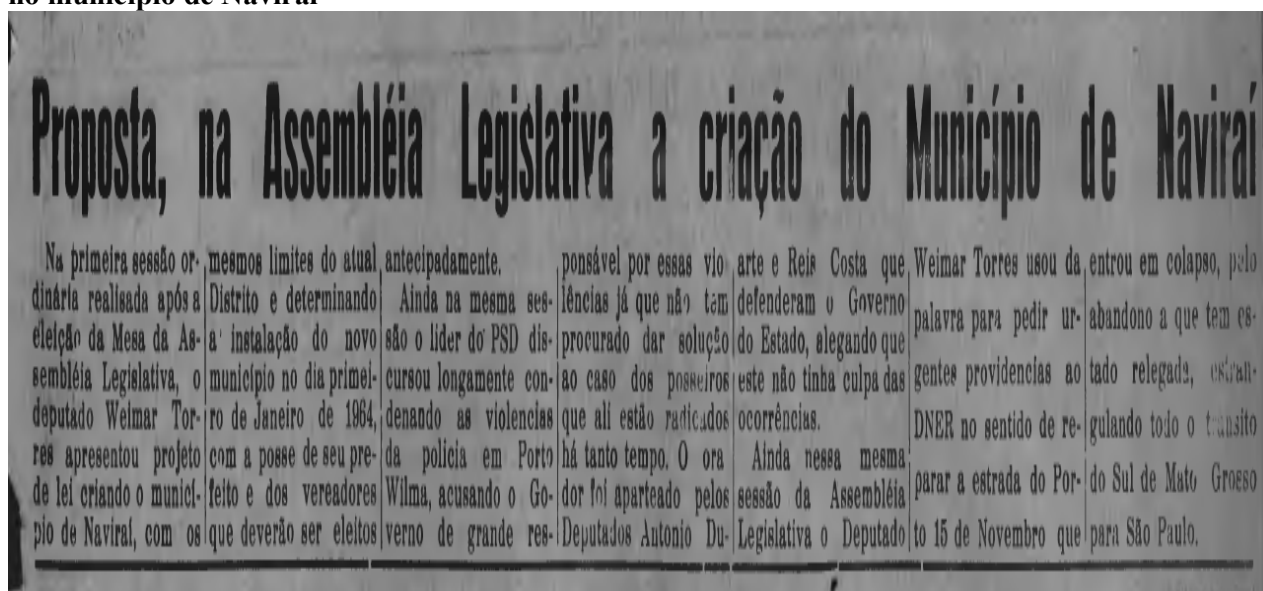
Ao analisar o discurso do Sr. João Martins Cardoso, sobre a vinda do prefeito de Caarapó até Naviraí, para tratar da emancipação política do distrito, e fazer uma comparação com a matéria jornalística, edição 497, do *Jornal O Progresso*, percebe-se que a memória deste acontecimento ainda está muito viva, nos relatos do Sr. João Martins Cardoso, pois essa experiência é apresentada em seu discurso com detalhes, como o fato de ter acontecido um amplo debate político, e só depois desse acontecimento é que o Prefeito de Caarapó aceitou apoiar a emancipação política de Naviraí em relação a Caarapó.

De acordo com a matéria publicada no Jornal *O Progresso* de 03 de março de 1963, edição nº 497, quando o prefeito de Caarapó Eptácio Lemes da UDN- União Democrática Nacional, esteve em Naviraí para a discussão política em relação a emancipação política do distrito, o projeto de emancipação política de Naviraí, já havia sido apresentado pelo deputado Weimar Gonçalves Torres²⁹, que na época era deputado estadual, e havia defendido

²⁹ Weimar Gonçalves Torres foi um poeta e político que nasceu na cidade de Ponta Porã, em 6 de dezembro de 1922. Em 1947 formou-se em Direito, na faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na época, Weimar Torres trabalhava durante o dia e à noite dedicava-se à faculdade. Em 29 de janeiro de 1951, casou-se com Adiles do Amaral e vereador em 1951 em Dourados. Filiado ao Partido Social Democrático desde 1945, trabalhou na campanha que levou o General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Em 21 de abril de 1951, lançou a primeira edição do jornal “*O Progresso*” em Dourados, no ano de 1954, foi reeleito e no mesmo ano candidatou-se a Deputado Estadual, porém não obteve sucesso e exerceu o mandato de suplente por três meses.

a criação daquele município na Assembleia Legislativa do Estado, conforme a matéria publicada no Jornal *O Progresso*, em 10 de fevereiro de 1963, edição nº 494. É possível analisar que Epitacio Lemes, percebeu que seria muito difícil impedir a emancipação política de Naviraí, pois existia um interesse interno e externo, para que isso ocorresse. Como fator interno pode-se destacar a pressão popular, devido crescimento populacional, e como fator externo, a proposta apresentada na Assembleia Legislativa pelo deputado Weimar Gonçalves Torres. Diante de tal realidade, é que após debates, o prefeito de Caarapó, concordou com a criação do município de Naviraí.

Figura 18 - Matéria jornalística sobre a Proposta na Assembleia Legislativa de criação no município de Naviraí



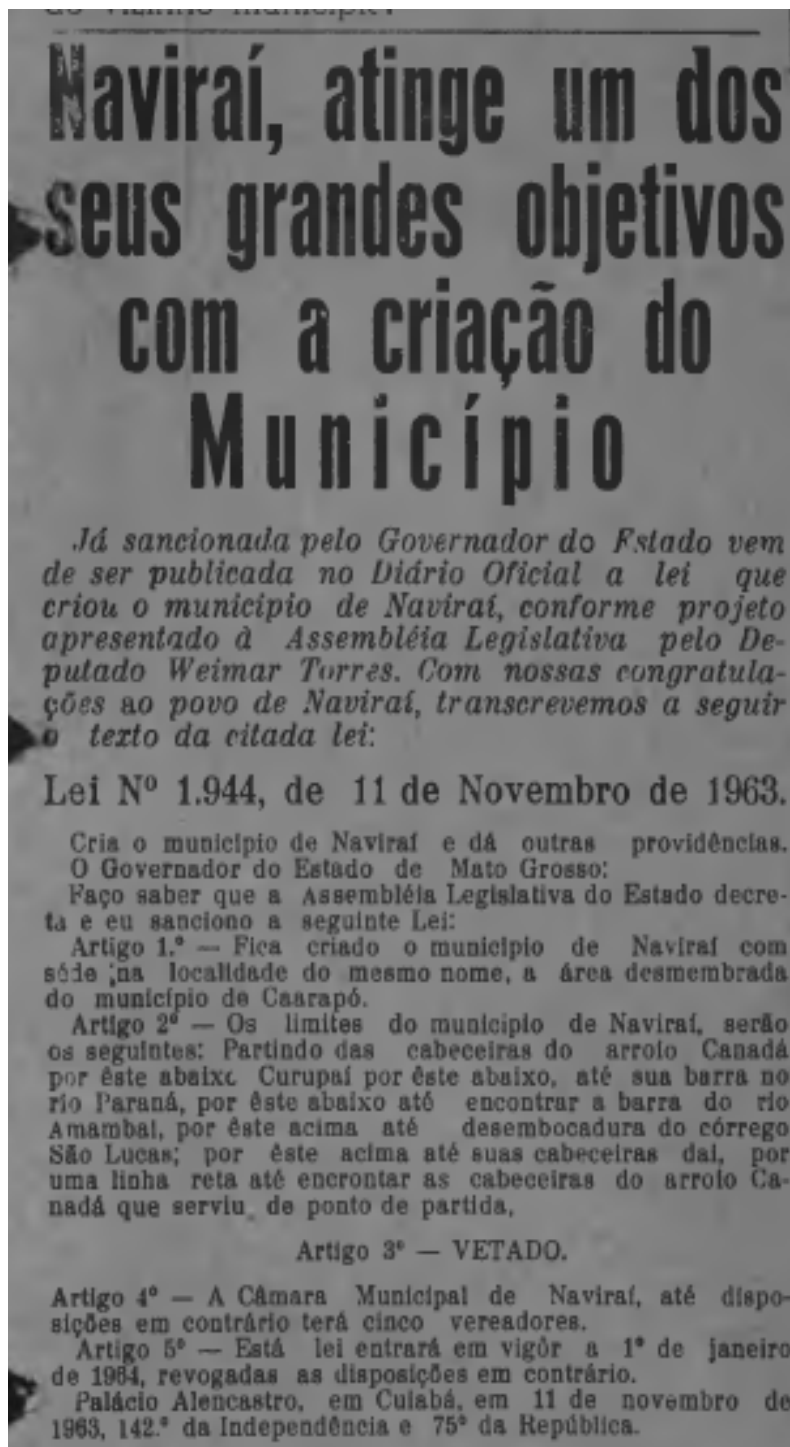
Fonte: Jornal *O Progresso*, 10 de fevereiro de 1963 edição nº 494

Tendo em vista que a proposta para criação do município de Naviraí foi apresentada em fevereiro de 1963, em novembro do mesmo ano o governador do Estado do Mato Grosso, por meio da Lei nº 1944, de 11.11.1963 sancionou a criação do município de Naviraí, e o Jornal *O Progresso* noticiou tal matéria em 08 de dezembro do mesmo ano, é preciso salientar que mediante a Lei nº 1944, de 11.11.1963, o município foi criado, porém não foi instalado,

Durante esse período Weimar Torres conquistou cargos como o de Promotor de Justiça e o de diretor do Rádio Clube de Dourados. Em 1961 voltou a ser candidato na Assembleia do Estado do então Mato Grosso e adotou como lema de sua vida pública a frase “A liberdade é minha inspiração”. A família mudou para Cuiabá onde organizou, com alguns amigos, o jornal “A Tribuna”, que circulava semanalmente na cidade. Em 1965, Weimar Torres participou da campanha de sucessão governamental que levou ao Palácio de Alencastro em Cuiabá, o engenheiro Pedro Pedrossian. Em 1966, Weimar elegeu-se Deputado Federal. Ele fazia parte da Comissão de Finanças da Câmara Federal. Teve um livro póstumo publicado com o nome “Meus versos”, que foi publicado por seu sogro e sua esposa e editado em uma gráfica de Campo Grande. Foi homenageado com o nome de uma das principais avenidas de Dourados. (DOURADOS NEWS, 2014).

dessa maneira permaneceu vinculado a Caarapó, até ocorrer a primeira eleição, que deveria ter acontecido em 31 de maio de 1964, porém só ocorreu em 04 de abril de 1965, durante esse período o Sr. Otacílio de Souza Carvalho permaneceu como sub-prefeito nomeado.

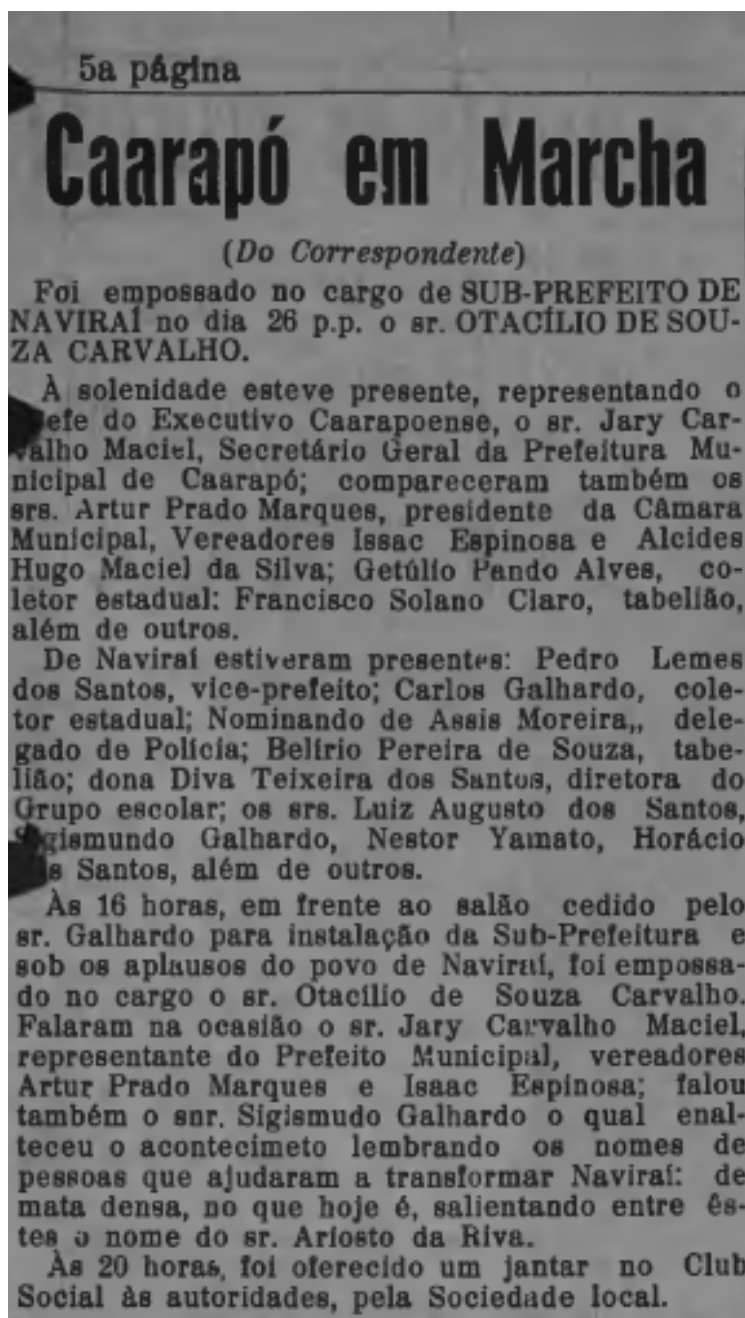
Figura 19- Matéria jornalística noticiando a criação no município de Naviraí



Fonte: Jornal *O Progresso*, 08 de dezembro de 1963 edição nº 537

Após ser elevado a nível de município, no dia 11/11/1963 pela Lei nº 1944, de 11.11.1963, foi nomeado temporariamente para sub-prefeito de Naviraí o Sr. Otacílio de Souza Carvalho membro da UDN, mesmo partido do prefeito de Caarapó, até que se realizasse a primeira eleição.

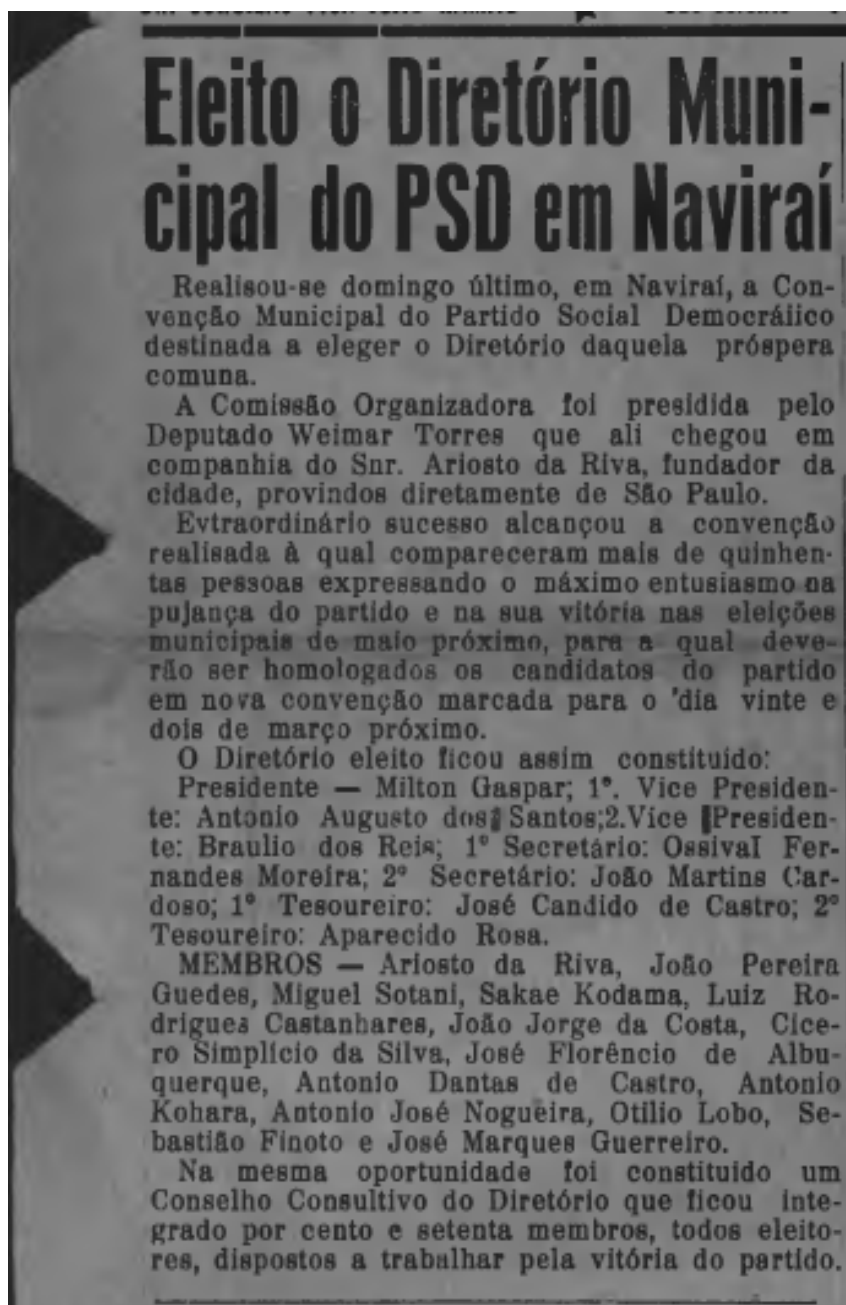
Figura 20- Matéria jornalística noticiando a posse do sub-prefeito de Naviraí Otacílio de Souza Carvalho



Fonte: Jornal *O Progresso*, 10 de outubro de 1964 edição nº 589

A primeira eleição para prefeito e vereadores do município de Naviraí, deveria ter acontecido em 31/05/1964, mais tal eleição não aconteceu nesta data, devido um contexto nacional promovido pelo Golpe Militar em abril 1964, diante dessa realidade só em 04 de abril de 1965 que aconteceu a primeira eleição, mas em fevereiro de 1964 já havia se iniciado as articulações políticas e formação dos partidos, conforme apresentado na notícia jornalística de 16 de fevereiro de 1964.

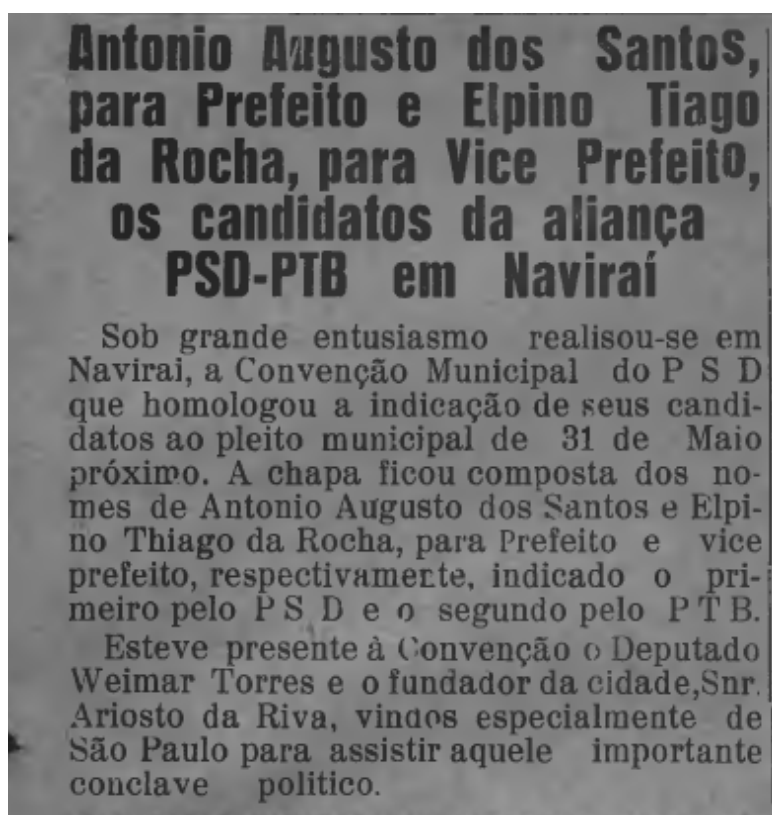
Figura 21- Matéria jornalística sobre a eleição do diretório do PSD de Naviraí



Fonte: Jornal *O Progresso*, 16 de fevereiro de 1964 edição nº 545

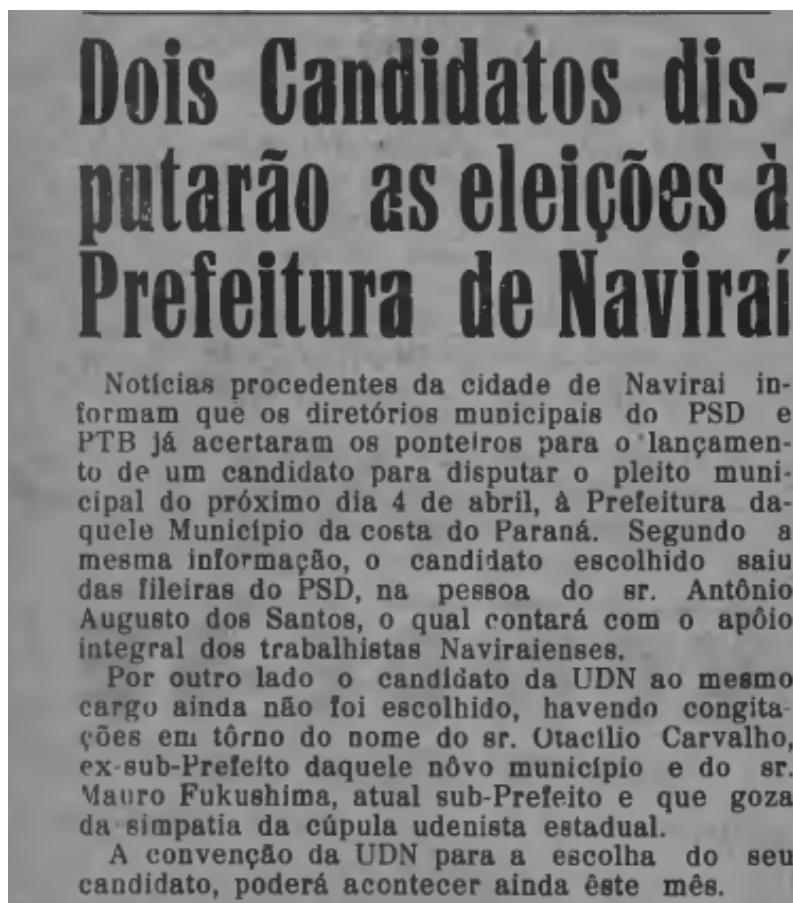
Nesse contexto de movimentações políticas, em meados de fevereiro de 1964 ocorreu a criação do diretório municipal do PSD- Partido Social Democrático e no final do mês de março o partido homologou a indicação para pleitear as eleições do seu candidato, sendo o Sr. Antônio Augusto dos Santos para prefeito, pertencente a este partido, e para vice-prefeito o candidato do PTB, Elpino Thiago da Rocha. Esse acontecimento foi marcado como um ato solene, onde esteve presente o deputado Weimar Gonçalves Torres e o Gerente da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada Ariosto da Riva. Nota-se que apesar de nunca ter residido em Naviraí, Ariosto da Riva desempenhava uma forte influência no campo político, pois era o maior acionista da Colonizadora, e membro do PSD de Naviraí, apesar de possuir apenas uma relação comercial com a cidade de Naviraí.

Figura 22 - Matéria jornalística sobre a homologação dos candidatos do PSD e PTB, para disputar eleição para prefeito e vice prefeito



Fonte: Jornal *O Progresso*, 05 de abril de 1964 edição nº 552

Figura 23 - Matéria jornalística anunciando a candidatura do Sr. Antônio Augusto dos Santos para concorrer ao cargo de prefeito



Fonte: Jornal *O Progresso*, 24 de fevereiro de 1965 edição nº 627

Apesar de ter homologado sua inscrição para concorrer a prefeitura de Naviraí em 1965, o candidato a prefeito Antônio Augusto dos Santos, e o candidato a vice-prefeito Elpino Thiago da Rocha, não disputaram as eleições de 1965 e os candidatos que concorreram a eleição foram outros, sendo eles João Martins Cardoso para prefeito e Otacílio de Souza Carvalho, para Vice prefeito. Sobre tal acontecimento nosso entrevistado, que foi o primeiro prefeito eleito em Naviraí, Sr. João Martins Cardoso, relata os fatores que influenciaram essa mudança naquele ano, bem como os motivos que contribuíram para a desistência do Sr. Antônio Augusto dos Santos, de disputar a eleição no ano de 1965.

Em 1964 eu era um dos membros do PSD, e o Antônio havia homologado sua inscrição para concorrer a prefeitura da cidade, mais devido o Golpe Militar, e os Atos Institucionais do presidente Humberto Castelo Branco, o mandato não seria de 4 anos, mais sim um mandato de menos tempo, chamado mandato tampão, com isso o Antônio, não quis ser o candidato do partido para concorrer a eleição, apesar de ser um nome expressivo. Devido isso eu fui indicado para ser o candidato pelo PSD,

apesar de ser apenas um agricultor, e o Otacílio para Vice prefeito. (João Martins Cardoso, in áudio, entrevista gravada pelo pesquisador, no ano de 2013)

Conforme o discurso do Sr. João Martins Cardoso, é possível entender que o golpe militar, foi determinante para a mudança de direção, no rumo da eleição para a prefeitura de Naviraí, pois apesar de ter lançado seu nome para ser o candidato do PSD, o Sr. Antônio Augusto dos Santos, optou por não concorrer a eleição, como prefeito, e sim como vereador, já que o mandato para aquele pleito seria de menor tempo, duraria apenas 1 ano e oito meses.

Sobre a escolha do Sr. João Martins Cardoso para concorrer a prefeitura, o Sr. Ronald de Almeida Cançado³⁰ relata um fato, de como ocorreu essa escolha referente ao candidato para disputar a primeira eleição

O Antônio Virote, seria o candidato a prefeito, porém quando ele decidiu não ser mais o candidato, em uma conversa com o Fukuda os dois conversavam sobre quem deveria ser o candidato a prefeito pelo PSD, o Antônio disse: tem que ser o João Martins, foi quando o Antônio e o Fukuda foram de Jipe até o sítio onde o João Martins morava, quando chegaram no sítio o João estava cobrindo uma casa, o Antônio sem delongas disse para o João: Nós viemos aqui dizer que você será o candidato a prefeito do partido, quando o Antônio disse isso, o João Martins caiu do telhado da casa assustado com a notícia, e foi necessário dar água para ele voltar, do susto e do tombo, aí que o Antônio e o Fukuda explicaram que ele seria o candidato a prefeito. (Ronald Almeida Cançado, in áudio, entrevista feita pelo pesquisador, no ano de 2015).

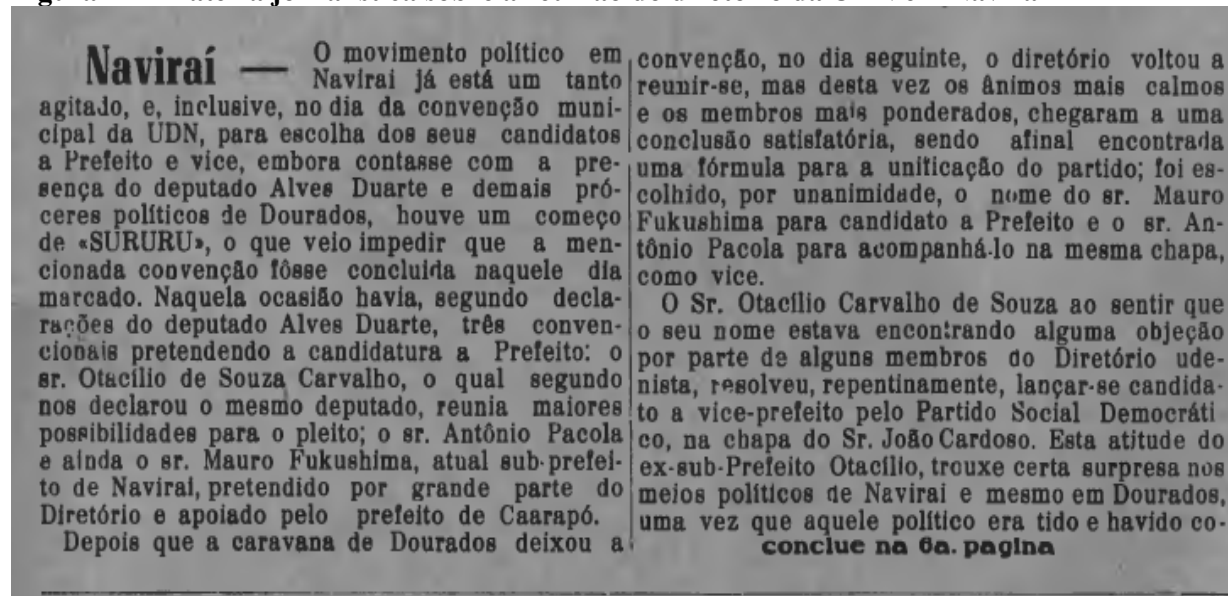
Ao analisar os relatos do Sr. Ronald verifica-se que o Sr. João Martins Cardoso, de fato era um membro do PSD com pouca expressão política, mas em virtude de ter sido apoiado pelos senhores Antônio Augusto dos Santos e Moriyoshi Fukuda, este apoio representava um peso político, pela representatividade dos demais partidários do PSD.

Já a mudança do candidato para vice-prefeito do PSD, ocorreu devido outro fator político ocorrido no diretório da UDN- União Democrática Nacional, apontado na matéria do Jornal *O Progresso* de 06/03/1965, na convenção municipal da UDN, destacando que três candidatos almejavam se candidatar para as eleições para prefeito: Otacílio de Souza Carvalho, Antônio Pacola e Mauro Fukushima, sendo que dos três apenas um poderia ser o candidato pela UDN. Apesar do Sr. Otacílio de Souza Carvalho ser o nome que tinha mais possibilidade, segundo o deputado Alves Duarte, o mesmo não foi escolhido, ficando decidido pelo diretório da UDN, em Naviraí, que o Sr. Mauro Fukushima seria o candidato para disputar o cargo de prefeito e o Sr. Antônio Pacola, disputaria como vice-prefeito.

³⁰ Ronald Almeida Cançado – chegou em Naviraí em 1968 para atuar com médico, atividade que atualmente ainda exerce. Ronald foi prefeito de Naviraí por 2 mandatos: 01/02/1977 a 31/01/1983 e 24/11/1994 a 31/12/1996.

Não aceitando a decisão do diretório da UDN, o Sr. Otacílio de Souza Carvalho saiu deste partindo, e tornou-se membro do PSD, onde disputou a eleição como vice-prefeito apoiando o candidato João Martins Cardoso, destacado na matéria abaixo.

Figura 24 - Matéria jornalística sobre a reunião do diretório da UDN em Naviraí



Fonte: Jornal *O Progresso*, 06 de março de 1965 edição nº 689

Figura 25 - Matéria jornalística sobre a reunião do diretório da UDN

ELEIÇÕES NOS...

conclusão

mo um líder da UDN naviraiense e, inclusive elemento da simpatia do deputado Alves Duarte, o qual manifestando-se á nossa reportagem, a propósito de declarações do Sr. Otacilio, quando do lançamento da sua candidatura na legenda do PSD, que embora candidato peessedista lhe acompanhava o apoio do governo Estadual, por intermédio do seu amigo deputado, assim se expressou: «fiquei surpreso com a atitude do Sr. Otacilio Carvalho. Lamento muito, mais não posso apoiar a sua candidatura. Estou com o candidato de meu partido.»

A UDN ainda lançou os seus candidatos a vereadores, em número de sete: Luiz Angelo Galhardo, Augusto Nocera, José Rodrigues, Manoel Elias de Oliveira, José Tunati, Manoel Montilha e Euclides Batará.

O Partido Social Democrático, conforme já mencionamos acima, vai concorrer ás eleições municipais, com candidatos próprios e apoiados pelo PTB e pelas firmas Virotti e Fukuda. São eles: João Cardoso, para prefeito, e Otacilio Souza, para vice.

Em Naviraí o pleito do próximo dia 4 de abril, a analisar pelo poderio econômico que cerca cada candidato: de um lado as firmas FUKUDA E VIROTTI e do outro, esta potência que se chama irmãos NOCERA, ainda pesando bem a qualidade e possibilidades de ambos os candidatos, será dos mais renhidos.



Este é o sr. Otacilio Carvalho de Souza que, de forte candidato a candidato a prefeito de Naviraí, pela UDN, resolveu disputar o cargo de vice na legenda do PSD.

Fonte: Jornal *O Progresso*, 06 de março de 1965 edição nº 689

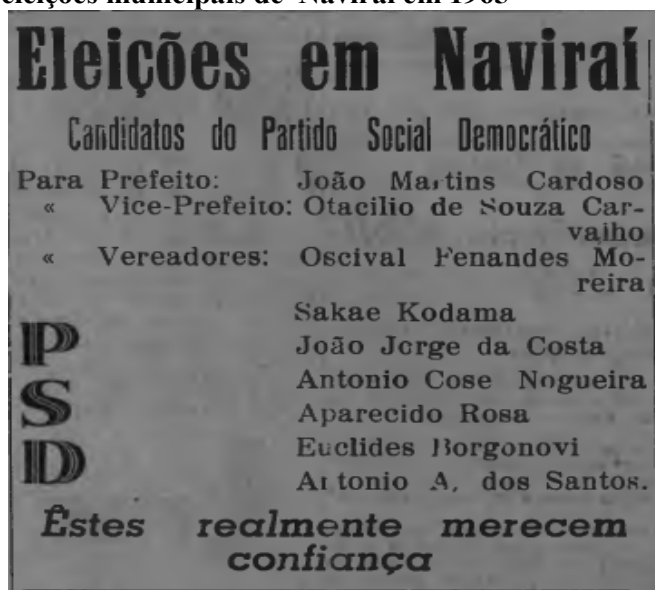
Com a desistência dos Srs. Antônio Augusto dos Santos, e do Sr. Elpino Thiago da Rocha, de concorrerem a eleição para prefeito e vice-prefeito, formou-se a nova chapa do PSD, com os nomes dos candidatos: João Martins Cardoso, para prefeito, e do Sr. Otacílio Carvalho de Souza, para vice-prefeito. Já a chapa da UDN foi composta pelos candidatos: Mauro Fukushima, para prefeito e para vice-prefeito Antônio Pacola, como é possível analisar abaixo, nas propagandas eleitorais, das candidaturas que disputaram a primeira eleição do município de Naviraí.

Figura 26 - Matéria jornalística anunciando os candidatos da UDN para concorrer às eleições municipais de Naviraí em 1965



Fonte: Jornal *O Progresso*, 17 de março de 1965 edição nº 632

Figura 27 - Matéria jornalística anunciando os candidatos do PSD para concorrer as eleições municipais de Naviraí em 1965



Fonte: Jornal *O Progresso*, 17 de março de 1965 edição nº 632

Na primeira eleição a cidade de Naviraí não possuía uma população expressiva, fato que pode ser comprovado pelo reduzido número de eleitores, pois o candidato a prefeitura João Martins Cardoso, militante do PSD, venceu a eleição, com 449 votos, enquanto o outro candidato Mauro Fukushima, representante da UDN, obteve 237 votos. Devido a votação de prefeito e vice-prefeito serem separadas, o candidato a vice-prefeito pela chapa do PSD Otacílio de Souza Carvalho foi eleito com 419 votos, enquanto o candidato a vice-prefeito pela UDN, Antônio Pacola obteve 258 votos.

Em relação aos vereadores eleitos para a primeira legislatura foram: Antônio Augusto dos Santos, Sakae Kodama, João Jorge da Costa, Oeival Fernandes Moreira e Augusto Nocera, conforme a matéria noticiada no Jornal *O Progresso* de 07 de abril de 1965. Após a vitória, os candidatos eleitos do executivo e legislativo tomaram posse no dia 15 de maio de 1965, e permaneceram no cargo até 30/01/1967.

Ao analisar a vitória do candidato João Martins Cardoso, é possível perceber que ele tinha fatores que o favoreciam politicamente como: Apoio do deputado Weimar Gonçalves Torres, que era uma nome muito expressivo no Estado do Mato Grosso, apoio do maior acionista da Colonizadora Vera Cruz, Ariosto da Riva, e também do Sr. Antônio Augusto dos Santos. Outro fator pode ser considerado como determinante para a vitória do PSD foi a saída abrupta do sub-prefeito nomeado temporariamente da UDN Sr. Otacílio de Souza Carvalho, que após discórdias políticas dentro da UDN, Otacílio se desligou desse partido e passou a integrar o PSD, onde concorreu como candidato a vice-prefeito. Vejamos a matéria anunciado os resultados das eleições:

Figura 28 - Matéria jornalística anunciando os resultados da primeira eleição de Naviraí

Candidato Pessedista Vence Eleições em Naviraí

O senhor João Martins Cardoso, candidato indicado pelo Partido Social Democrático para a Prefeitura de Naviraí, foi eleito com uma boa margem de votos sobre o seu adversário, sr. Fukushima Tâmió, da UDN. A diferença entre o candidato vitorioso e o seu opositor foi de 212 votos.

Esta vitória expressiva do PSD em Naviraí foi recebida com bastante entusiasmo por parte dos líderes do pessedismo de Dourados e daquele novo município, porquanto o candidato udenista tratava-se de um elemento que reunia boas condições e muito bem quisto em todo o Município.

Para vice-Prefeito foi eleito o sr. Otacillo de Souza Carvalho, também do PSD, com uma diferença de 161 votos à frente do seu adversário, sr. Antônio Pacola, da UDN.

Números

Para Prefeito: João Martins Cardoso (PSD) — 449 votos (eleito).
Fukushima Tâmió (UDN) — 237 votos.

Para Vice - Prefeito: Otacillo de Souza Car-

valho (PSD) — 419 votos (eleito).
Antônio Pacola (UDN) — 258 votos.

Vereadores

Antônio A. dos Santos (PSD) — 149 votos, Sakao Kodama (PSD) — 70, João Jorge da Costa (PSD) — 87; Luiz Ângelo Galhardo (UDN) — 48; Osival Fernandes Moreira (PSD) — 46; Antônio José Nogueira (PSD) — 41; Augusto Nocera (UDN) — 56; José Rodrigues Simões (UDN) 42;

Números das Eleições no Município de Jatui

Para Prefeito: Moacyr Souza Fagundes (PSD) - candidato único para vi-

ce-prefeito: Antônio Bernardo Santos (PTB) - candidato único (eleito).

Vereadores

José Belizário de França (UDN) - 19 votos; Esmeraldo Pereira (UDN) - 88; Paulo Pereira Leite (PTB) - 75; Daniel Nunes Bezerra (UDN) - 45; Manoel Ribeiro dos Santos (UDN) - 46; João Dias (UDN) - 45; Bionos Francisco dos Santos (PSD) - 41; Osmar Pedro da Silva (UDN) - 37; Antônio Pereira Silva (PTB) - 54; João Juvenino da Silva (PSD) - 33; Pedro Antônio da Silva (PTB) - 30; Izoe Ribeiro (PTB) - 16; Valdomiro Pereira de Almeida (PSD) - 10; Copérnico Martins Mesquita (PSD) - 3 e Antônio Nunes Pereira (PSD) - 3 votos.

NASCIMENTOS

Temos satisfação de registrarmos dois nascimentos: o primeiro, ocorrido no dia 13 de março, no lar do sr. Nelsou de Silva França e de Nadir Batista França, do menino Jorge Luiz Batista França, e o segundo, ocorrido hoje, da Regina Maria, filha do casal Arnaldo Carbonari e Abigail Lima Carbonari:

★

Mais um nascimento que temos prazer em noticiá-lo: trata-se do garoto Lúcio Lima Leitão, filho do casal Narciso e Cladir Lima Leitão, ocorrido no dia 3 p.p.

Aos venturosos pais enviamos os parabéns de O PROGRESSO.



Antônio A. dos Santos (PSD)
Vereador mais votado em Naviraí

Assinante: Reforme sua assinatura.

Para Prefeito: João Martins Cardoso (PSD) — 449 votos (eleito).
Fukushima Tâmió (UDN) — 237 votos.

Para Vice - Prefeito: Otacillo de Souza Car-

nha eleitoral: Dr. Welmar Tôrres, Ariosto da riva, Dr. Norberto A. dos Santos, Teotônio Alves de Almeida, Mariyoshi Fukada, Antônio A dos Santos, Aristide Nunes, Sakae kodama.

Os seus agradecimentos são também extensivos ao comando do 11º RC, pelo ordem mantida em Naviraí, durante as eleições, bem como ao povo em geral, principalmente aqueles que o distinguiram com o seu voto.

Na matéria do Jornal *O Progresso*, que apresentou os resultados da eleição de 1965, percebe-se que o Sr. Antônio Augusto dos Santos era influente, visto que ele foi o vereador mais votado, obtendo 149 votos. Aliado a isso a matéria do Jornal *O Progresso* ao noticiar os resultados da eleição não apresentou a foto do prefeito e vice-prefeito eleitos, mais sim a foto do Sr. Antônio Augusto dos Santos.

No que se refere a estrutura econômica do município naquele período, tendo em vista a emancipação política de Naviraí, que ocorreu em novembro de 1963 e a primeira eleição em abril de 1965, um município recente, porém já vivenciava uma fase de um rápido crescimento econômico. Tal fato pode ser comprovado pelas arrecadações de ICM para o Estado do Mato Grosso, visto que em 1965, o município recém criado já apresentava um considerável lucro para os cofres públicos do Estado do Mato Grosso, como é possível visualizar na matéria abaixo, publicada no Jornal *O Progresso* de 22 de janeiro de 1966.

Figura 29 - Matéria relatando os numerários de arrecadação de ICM de Naviraí

22/1/1966

Arrecadação Estadual em Naviraí: Cr\$ 61.473.737

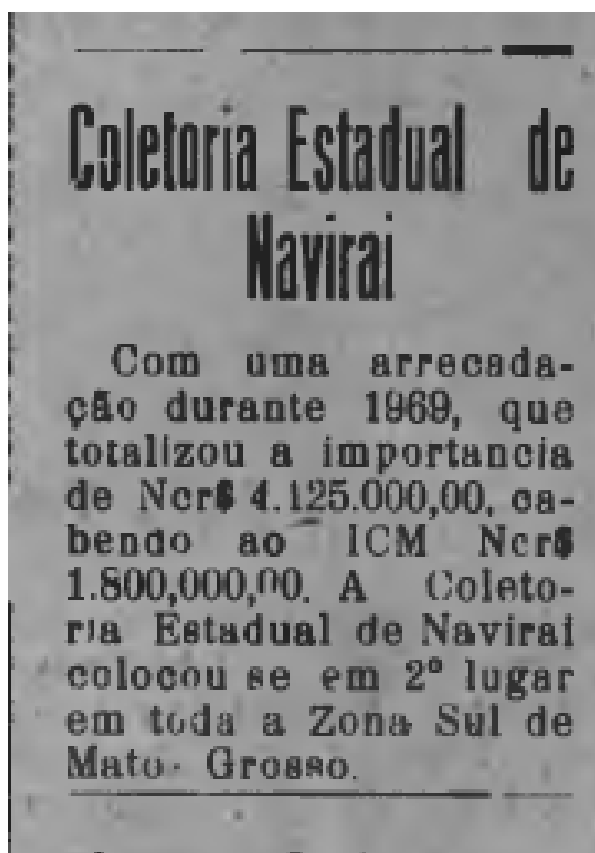
O senhor Astúrio de Matos, fiscal de rendas do Estado, informa a reportagem de que a arrecadação estadual no Município de Naviraí, no ano de 1965, foi da ordem de Cr\$ 61.473.737. As despesas, não che-
garam a dez milhões mais precisamente Cr\$ 9.377.161, sobrando, para os cofres do Estado, um saldo positivo de Cr\$ 52.096.576.
Boa contribuição, para um município novo e relativamente

Fonte: Jornal *O Progresso*, 22 de janeiro de 1966 – Edição nº 722

Quando eu chegava em Cuiabá - Mato Grosso, era muito bem atendido pelo governador do Estado, os demais prefeitos diziam que, era porque Naviraí tinha uma das maiores arrecadações do Estado, e realmente a arrecadação colocava Naviraí em destaque. (João Martins, in áudio, entrevista gravada pelo pesquisador, no ano de 2013).

Ao analisar o discurso do Sr. João Martins Cardoso, que foi prefeito por dois mandatos em Naviraí de 16/05/1965 a 30/01/1967 e 31/01/1970 a 30/01/1973, verifica-se que as afirmações sobre a expressiva arrecadação do ICM de Naviraí de fato ocorreram, conforme as matérias do Jornal *O Progresso* nos anos de 1966, 1969 e 1972, sendo que em 1966 o município foi elogiado pelo Fiscal de Rendas do Estado, senhor Artusio de Matos pela considerável arrecadação. Já em 1969, Naviraí obtve destaque de segunda colocação na contribuição de ICM, no sul do Estado de Mato Grosso. Em, 1972 o município, que possuía apenas nove anos de emancipação política, e vinte anos do início da colonização, conquistava oitavo lugar em arrecadação em todo Estado do Mato Grosso.

Figura 30 - Matéria jornalística anunciando a arrecadação de ICM de Naviraí em 1969



Fonte: Jornal *O Progresso*, 17 de janeiro de 1970 edição nº 1109

Figura 31 - Matéria jornalística anunciando a arrecadação de ICM dos municípios do MT

Arrecadação no Estado

É a seguinte a lista de classificação, por arrecadações, distribuída pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso:

1º lugar — Campo Grande	Cr\$ 9.936.031,18
2º lugar — Corumbá	Cr\$ 9.632.033,12
3º lugar — Cuiabá	Cr\$ 6.810.167,06
4º lugar — Dourados	Cr\$ 6.187.062,62
5º lugar — Rondonópolis	Cr\$ 3.865.929,33
6º lugar — Cáceres	Cr\$ 2.84.6731,05
7º lugar — Três Lagoas	Cr\$ 2.665.350,72
8º lugar — Naviraí	Cr\$ 2.562.679,98
9º lugar — Ponta Porã	Cr\$ 2.309.169,00
10º lugar — Paranaíba	Cr\$ 2.223.883,19

Os demais municípios, até a 20ª colocação, foram os seguintes, respectivamente, Fátima do Sul, Aquidauana, Deodápolis, Rio Brilhante, Caarapó, Nova Andradina, Amambai, Miranda, Bataiporã e Camapuã. As arrecadações referem-se apenas ao primeiro semestre deste ano, segundo nota oficial da Secretaria da Fazenda, que retrata fielmente a situação de arrecadações de cada município mato-grossense.

Fonte: Jornal *O Progresso*, 22 de novembro de 1972 edição nº 1382

Nota-se que Naviraí apresentou um crescimento econômico no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, para que então a cidade ocupasse a oitava colocação no ranking de arrecadação em todo Estado do Mato Grosso.

No campo político tendo em vista que o mandato do prefeito eleito João Martins Cardoso foi de menor tempo, apenas de 1 ano e 8 meses, e a segunda eleição municipal ocorreu no final de 1966, mas em virtude de em âmbito nacional constituir o período de governos da ditadura militar brasileira, com dissolução partidária assegurada pelo AI-2³¹ e implantação do bipartidarismo, nessa conjuntura política o PSD e UDN passaram a integrar a

³¹ Os partidos somente seriam extintos em 1965, após uma crise política iniciada depois das eleições de governador, o que resultou na decretação do AI-2 (27/10/1965) (SOUZA, BOURDOUKAN 2008).

ARENA, e os membros do PSD de Naviraí concorreram a eleição como ARENA I, e os membros da UDN de Naviraí concorreram como ARENA II. Nesse contexto a ARENA I apresentou como candidato a prefeito o Sr. Antônio Augusto dos Santos, e para vice prefeito o Sr. João Jorge da Costa. Já a ARENA II apresentou os candidatos Antônio Pacola, para prefeito, e para vice prefeito o Sr. Antônio Figueira.

Nessa eleição o Sr. Antônio Augusto dos Santos foi eleito para prefeito, e o Sr. João Jorge da Costa eleito para vice-prefeito pela ARENA I. Já os vereadores eleitos foram: Antônio Korara, Miguel Sotani, Dejanir Pereira de Souza, Silvio Cândido de Marco e Daniel Ferreira Santos. Nessa conjuntura, prefeito, vice-prefeito e vereadores tomaram posse em 31/01/1967 permanecendo até 30/01/1970.

No primeiro mandato do prefeito eleito Antônio Augusto dos Santos, que compreende o período de 31/01/1967 a 30/01/1970 foi construída a Prefeitura Municipal, como é possível visualizar na imagem abaixo, onde a cidade não possuía asfalto, e no fundo da fotografia é possível visualizar a mata fechada. Uma outra obra foi a Construção da Escola Rural Municipal José Cândido de Castro.

Fotografia 14- Construção da Prefeitura Municipal 1968



Fonte: Arquivo pessoal do professor José Luiz Dezinho

Fotografia 15- Inauguração da Escola Municipal Rural José Cândido de Castro 1968



Fonte: Arquivo pessoal do professor José Luiz Dezinho

Na terceira eleição municipal de Naviraí o ex-prefeito João Martins Cardoso, se candidatou novamente para concorrer ao cargo de prefeito, e para vice-prefeito se candidatou o Sr. Sakae Kodama, ambos pela ARENA I. Já pela ARENA II, o candidato a prefeito foi o Sr. Antônio Pacola, e pela Arena III o candidato a prefeito foi o Sr. Antônio Figueira³².

Nessa eleição, o ex-prefeito e candidato João Martins Cardoso, foi eleito como prefeito, e o candidato Sakae Kodama eleito para vice-prefeito, e para vereadores foram eleitos: Fukushima Tamio, Diogo Lozano Junior, José Paulino Filho, José Bezerra da Costa e Antônio Okada, sendo que eles exerceram o mandato de 31/01/1970 a 30/01/1973.

Na fotografia abaixo é possível visualizar a posse do Sr. João Martins Cardoso para prefeito e do Sr. Sakae Kodama para vice-prefeito, e na fotografia em sequencia estão reunidos: prefeito, vice-prefeito, os vereadores eleitos e o Sr. Moriyoshi Fukuda.

³² O pesquisador solicitou junto ao Cartório Eleitoral de Naviraí os registros dos candidatos e os partidos que eles pertenciam, porém os registros mais antigos do Cartório Eleitoral de Naviraí são do ano de 1976, sendo que o Cartório não possui documentos anteriores a esta data, dessa maneira não foi possível identificar os nomes dos candidatos a vice-prefeito pela ARENA II e pela ARENA III, apesar da busca realizada.

Fotografia 16- Posse do candidato eleito pela ARENA I João Martins Cardoso e vice – prefeito Sakae Kodama em 31/01/1970



Fonte: Arquivo pessoal professor José Luiz Dezinho

Fotografia 17- Da esquerda para direita: José Paulino Filho, Fukushima Tamio, José Bezerra da Costa, Sakae Kodama, Moriyoshi Fukuda, João Martins, Diogo Lozano Junior e Antônio Okada,



Fonte: Arquivo pessoal professor José Luiz Dezinho

No segundo mandato do prefeito João Martins Cardoso, entre as obras realizadas destaca-se: a abertura de estradas e a Biblioteca Municipal. Na imagem abaixo é possível observar o prefeito fazendo a inauguração desta biblioteca.

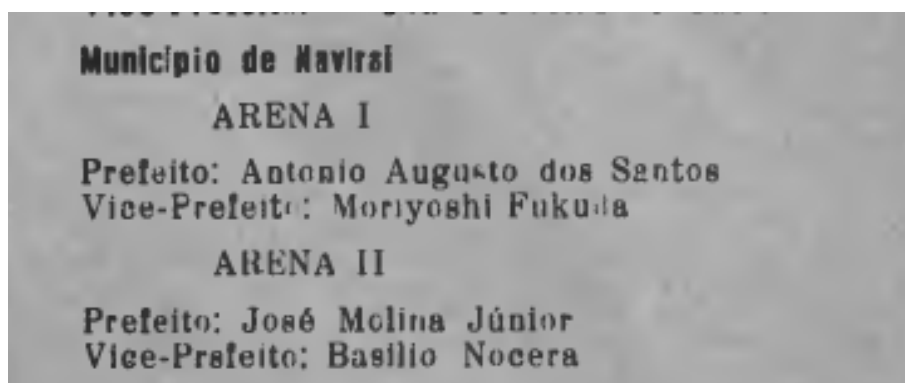
Fotografia 18- Inauguração da biblioteca municipal pelo Prefeito João Martins Cardoso



Fonte: Arquivo pessoal professor José Luiz Dezinho

Na quarta eleição municipal de Naviraí, o Sr. Antônio Augusto dos Santos se candidatou novamente para prefeito e o Sr. Moriyoshi Fukuda para vice-prefeito pela ARENA I, e pela ARENA II se candidatou para prefeito o Sr. José Molina Júnior e para vice-prefeito o Sr. Basílio Nocera, conforme a propaganda jornalística abaixo apresentada.

Figura 32 : Matéria anunciando os candidatos para prefeito pela ARENA I e ARENA II



Fonte: Jornal *O Progresso*, 25 de outubro de 1972 edição nº 1374

Ao analisar a aliança do Sr. Antônio Augusto dos Santos com o Sr. Moriyoshi Fukuda, é possível visualizar uma estratégia política da ARENA I, já que o Sr. Antônio Augusto dos Santos, e o Sr. Moriyoshi Fukuda, eram muito influentes, ao ponto do Sr. João Martins Cardoso afirmar: “ O Virote e o Fukuda mandavam na cidade, o Fukuda era uma pessoa muito querida da população, todo mundo gostava dele, e ter o apoio dele era um grande passo” (João Martins, in áudio, 2013). Nessa conjuntura, os candidatos da oposição não conseguiram ao longo do tempo, vencer politicamente os candidatos que contavam com apoio da Empresa Colonizadora, mais precisamente o apoio de Ariosto da Riva, já que este era muito influente. E, essa influência se manteve na quarta eleição municipal de Naviraí, quando novamente foram eleitos os candidatos da ARENA I, pelo quarto mandato consecutivo, e para vereadores foram eleitos: José Paulino Filho, Clemente Alves de Souza, Antônio Figueira, Abelardo Xavier de Macedo, Manoel Vicente da Silva, Wilson Moura Freitas, Antônio Pedro da Rocha, Esto Ramos e Manoel da Cunha Silva. Estes candidatos que foram eleitos, e exerceram o mandato de 31/01/1973 a 31/12/1976. Na imagem abaixo visualiza-se a posse do candidato eleito Antônio Augusto dos Santos, onde o prefeito João Martins Cardoso passa a faixa ao candidato eleito.

**Fotografia 19- Posse do candidato eleito pelo PSD Antônio Augusto dos Santos
31/01/1973**



Fonte: Arquivo pessoal Lourdes Elerbrock

No segundo mandato do prefeito Antônio Augusto dos Santos em virtude do crescimento populacional e econômico, Naviraí tornou-se Comarca, isso em 11/01/1975, pois anterior a esta data a Comarca era no município de Dourados, e abaixo mostramos a imagem do ato de Instalação da Comarca no Município de Naviraí.

Fotografia 20- Instalação da Comarca em Naviraí 11/01/1975



Fonte: BARRETO, 1985, p. 34

Na quinta eleição a ARENA I apresentou como candidato para prefeito o médico Ronald de Almeida Cançado, e para vice-prefeito o Sr. Manoel Vicente da Silva, e nessa eleição, a oposição lançou como candidato o Sr. Onevan de Matos, porém conforme relata o Sr. Ronald Almeida Cançado (2015) “o candidato da oposição ele teve problemas para registrar sua candidatura, dessa maneira eu concorri como candidato único”. Nesse sentido o médico Ronald Almeida Cançado foi eleito e exerceu um mandato de 01/02/1977 até 31/01/1983. Na imagem abaixo visualiza-se a posse do candidato eleito com faixa, bem como o prefeito que concluiu seu mandato.

**Fotografia 21- Posse do candidato eleito pela ARENA I Ronald Almeida Cançado
31/01/1977**



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Ronald Almeida Cançado, - foto cedida gentilmente para esta pesquisa

O mandato do prefeito Ronald Almeida Cançado foi marcado por diversos investimentos em infraestrutura, que proporcionaram uma melhor qualidade de vida para os moradores de Naviraí, e entre estas obras destaca-se: a instalação do primeiro consultório odontológico, uma fábrica de tubulações, sendo que foi esta fábrica que produziu toda tubulação utilizada na rede de esgoto construída durante aquele mandato, bem como a instalação da Estação de energia elétrica, Serviço de linhas telefônicas. Nas imagens que seguem, na sequência abaixo, é possível visualizar na fotografia 19, o prefeito Ronald Almeida Cançado realizando uma visita ao consultório odontológico instalado. Na imagem 23, visualiza-se as tubulações produzidas na fábrica da Prefeitura Municipal, e que foram utilizadas na obra de construção da rede de saneamento básico do município, também foi

construída a cadeia municipal, a e Estação de energia Elétrica instalada em 1978. Todas essas construções foram no mandato do prefeito Ronald Almeida Cançado, que foi no final da década de setenta e início dos anos oitenta.

Fotografia 22- Dr. Ronald de Almeida Cançado inaugurando 1º Consultório odontológico



Fonte: Arquivo pessoal professor José Luiz Dezinho

Fotografia 23- Prefeito Ronald Almeida Cançado na Fábrica de tubulações



Fonte: Arquivo pessoal professor José Luiz Dezinho

Fotografia 24- Primeira Cadeia municipal



Fonte: Arquivo pessoal professor José Luiz Dezinho

Fotografia 25- Estação de energia Elétrica instalada em 1978



Fonte: Arquivo pessoal professor José Luiz Dezinho

Diante disso é possível analisar que no período em foco pesquisado, sendo da década de cinquenta a década de setenta, por cinco mandatos consecutivos, a partir da primeira eleição em 1965, os candidatos do PSD e posteriormente aqueles da ARENA I, mantiveram o poder de maneira ininterrupta. Nota-se que ao longo dos anos alguns fatores podem ser considerados como determinantes para esta permanência no poder, dentre eles: a aliança política e articulações do deputado Weimar Gonçalves Torres, no início da década de sessenta, mantidas com o PSD de Naviraí e a influência do maior acionista da Colonizadora Ariosto da Riva, que apesar de não ter residido em Naviraí, sempre influenciou politicamente.

No que se refere à economia no município, no final da década de setenta, durante o mandato do prefeito Ronald Almeida Caçado, que o setor da exploração de madeira vivenciava uma crise, tendo em vista a diminuição da matéria-prima existente, conforme é possível analisar nos relatos do Sr. João Martins Cardoso.

No final da década de setenta a madeira foi acabando, e com isso diminuindo os empregos, e isso era um problema pois muita gente dependia das serrarias para sobreviver, mais a colônia japonesa teve a iniciativa de criar a COPASUL³³ por isso que eu digo, que a colônia japonesa sempre foi um braço forte para Naviraí, ajudando no desenvolvimento, a Usina COOPERNAV³⁴ que foi criada pelos agropecuaristas também teve uma grande contribuição para a população de Naviraí empregando muita gente. João Martins, in áudio, entrevista gravada pelo pesquisador, no ano de 2015).

Ao analisar o discurso do Sr. João Martins Cardoso é possível compreender que a exploração desenfreada da grande quantidade de madeira existente no município de Naviraí e seus arredores, fez com que as matas nativas fossem derrubadas e diminuísse consideravelmente a matéria-prima a ser explorada. Foi diante dessa realidade que várias empresas ligadas a essa atividade foram extintas, oficialmente 21 delas. Porém, acredita-se que tenha sido maior a quantidade de empresas que fecharam motivadas pela diminuição da matéria-prima. Abaixo é possível visualizar a imagem de propagandas de pelo menos de três serrarias que atuaram em Naviraí, sendo: Serraria São Carlos, Serraria Nossa Senhora das Graças e Serraria Navimad.

³³ COPASUL- Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense

³⁴ COOPERNAV- Cooperativa de Produtos de Cana-de-açúcar Naviraí Limitada


Figura 33: Propaganda da Serraria São Carlos



Fonte: Arquivo particular do professor José Luiz Dezinho

Figura 34: Propaganda das Serrarias Nossa Senhora das Graças e Navimad

SERRARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
Madeiras serradas e beneficiadas em geral, tacos,
assoalhos, batentes, rodapés, etc. OK
MANOEL DA MOTA E CIA LTDA



Av. Dr. Weimar Gonçalves Torres, s/nº - Caixa Postal: 177 - Fone: 136
NAVIRAI - Estado do Mato Grosso do Sul

NAVIMAD - NAVIRAI MADEIRAS LTDA. OK



NAVIMAD
NAVIRAI MADEIRAS LTDA.



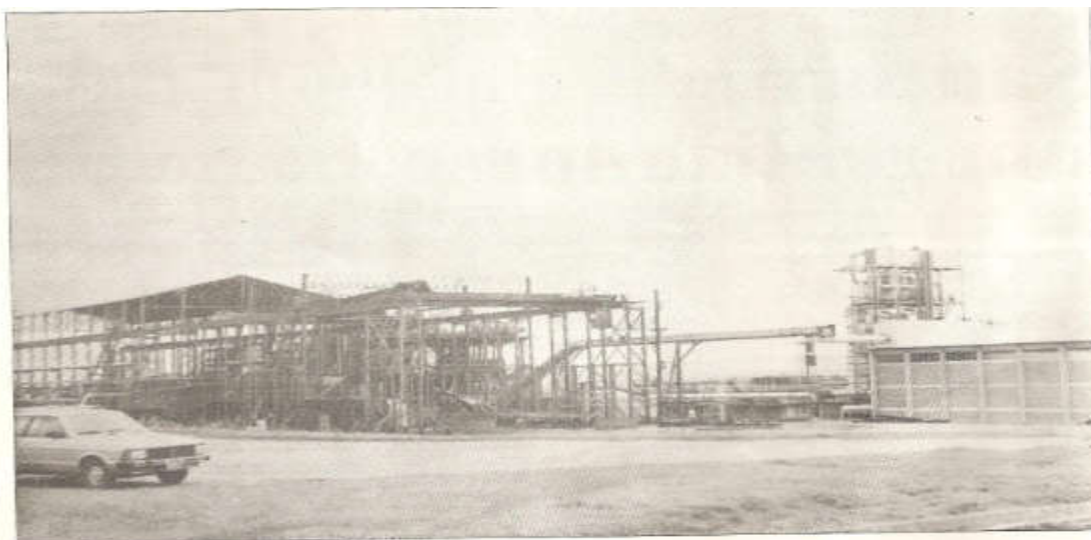
NAVIMAD - NAVIRAI MADEIRAS LTDA
Avenida Fátima do Sul, 335
Caixa Postal, 212
NAVIRAI - MS

Fonte: Arquivo particular do professor José Luiz Dezinho

Durante tal contexto de declínio do extrativismo que surgiram as indústrias ligadas a outros segmentos diferentes daquele do extrativismo de madeiras, que foram responsáveis por absorver parte da mão-de-obra ociosa dos trabalhadores do município. Nota-se que as Cooperativas de maior porte como a COPASUL e COOPERNAV, representavam a permanência das famílias e trabalhadores que estavam envolvidos no setor madeireiro, pois de acordo com a matéria abaixo, sobre os 15 anos da COOPERNAV, esta empresa empregava

em 1995 cerca de 2.500 trabalhadores, sendo que boa parte deles eram oriundos das diversas serrarias que foram fechadas, devido a decadência da madeira existente. Nesse sentido na década de oitenta a economia do município de Naviraí tornou-se mais diversificada, e as indústrias, juntamente com a pecuária, tiveram uma atuação importante para o crescimento econômico desse município.

Figura 35: Matéria sobre os 15 anos da COOPERNAV



Coopernavi

15 anos de luta por Naviraí

Um grupo de agropecuaristas naviraíenses que acreditaram no potencial de Naviraí, fundaram no dia 30 de agosto de 1980, a Cooperativa dos Produtores de Cana de Açúcar de Naviraí Limitada, também conhecida como Coopernavi, que atualmente reúne 20 cooperados, que continuam a acreditar no potencial desta terra, e recentemente iniciaram a produção de açúcar.

Os empreendedores tiveram como objetivo inicial a implantação de uma destilaria para produzir 120.000 litros de álcool hidratado por dia, ou seja, processar durante uma safra 18 a 20 milhões de litros. Além de produzir e comercializar, havia também um objetivo mais nobre do que lucrar. Estava em jogo a sobrevivência de muitas famílias, que ficavam desempregadas pela extinção do ciclo madeireiro, além de dar uma atividade complementar para os

lavradores que ficavam sem ocupação após o término da colheita do algodão.

Com este espírito empreendedor, houve a fixação da mão-de-obra e do homem no campo e no município, dando emprego durante o ano inteiro, e proporcionando giro de capital em Naviraí, movimentando o comércio da cidade, além de desencadear um processo de industrialização, que começa a ganhar corpo nesta primeira metade da década de 90.

LUTA ÁRDUA

Nos últimos quatro anos, quando os associados marcaram como objetivo, quadruplicar a capacidade da empresa, a luta foi árdua. Na safra 94/95, foram processados 54 milhões de litros caburante e mais 500 mil sacas de açúcar standart destinado ao mercado interno e para a exportação.

Devido ao alto custo fixo e do próprio custo de implantação, uma destilaria nes

molde que se pretendia não seria viável economicamente. Assim a cooperativa destinou suas sobras (lucros) no reaparelhamento do parque industrial, durante dez safras. O crescimento foi aos poucos e aconteceu em meio às condições econômicas adversas, mas o espírito cooperativo motivou a implantação da Coopernavi. As dificuldades, com empenho e união acabaram sendo superadas.

A luta não é só dos empresários. Ela é dos funcionários também. Eles são mais de 1.300 nas lavouras, contando cortadores de cana, tratoristas, maquinistas e técnicos, que receberam nesta grande família e adesão de mais 400 funcionários na planta industrial, além de mais 400 que já trabalham na indústria de açúcar (100 na fábrica e 300 no campo).

Hoje, a caminho de seu décimo-quinto aniversário, a Coopernavi é uma das maiores contribuintes do Estado e a maior geradora

EXPRESSION, Maio/95

20

Fonte: Arquivo particular do professor José Luiz Dezinho

3.2 – Observações sobre a origem do nome Naviraí e sobre o Brasão de Armas do município

De acordo com a matéria do Jornal *O Progresso* de 20 de dezembro de 1967, é possível analisar que a versão aceita como oficial sobre a origem do nome de Naviraí, é propagada desde a década de sessenta pela população em geral. A autora Maria Colado Barreto concorda com tal versão, apresentada no Jornal *O Progresso* em 20 de dezembro de 1967.

Figura 36: Matéria jornalística apresentando a origem do nome Naviraí



Fonte: Jornal *O Progresso*, 20 de dezembro de 1967 edição nº 899

Quando aqui chegaram os primeiros colonizadores, encontrando com os primeiros exploradores da erva mate (abundante na região) já o pequeno rio era chamado Naviraí. Assim podemos dar versões a este nome:

A primeira versão é de conhecimento de todos:

Navidad (castelhano) – natividade ou nascimento

Virãĩ (guarani) – cor de matiz arroxeadado.

Isto dada a existência, no local, de arvores e arbustos que renovem a folhagem, apresentam as folhas novas com uma coloração roxa.

A segunda versão fica a crédito deste trabalho que realizamos: levando em consideração os significados dos prefixos e sufixos em guarani (estes índios foram os primeiros habitantes desta região), podemos apresentar o seguinte:

Naviraí- Pequeno rio impregnado de arbustos roxos.

Naviraí- Rio impregnado de pequenas árvores arroxeadas (BARRETO, 1985, p. 17).

Ao analisar a matéria jornalística sobre a origem do nome Naviraí e o texto da autora Maria Colado Barreto, se faz necessário apresentar outras hipóteses para a origem do nome da cidade de Naviraí, dentre elas a pesquisadora Cecy Fernandes de Assis³⁵ tem a seguinte opinião a respeito do Nome Naviraí:

Estudos indicam que Naviraí é um topônimo híbrido que se formou pela combinação entre unidades lexicais derivadas de línguas diferentes. Dizem ser um hidrotopônimo. Mas se o nome do rio Naviraí originou-se de um tipo de planta (arroxeadado) o nome também pode ser um fitotopônimo. Como os *Guarani são botânicos, zoólogos, astrônomos e geógrafos, os nomes dos acidentes geográficos são sempre descritivos.

A versão do nome híbrido:

Na ou **Navi**: a primeira sílaba de Navidad (Natal ou natividade). Mas causa bastante estranheza os indígenas usarem, no nome original, um híbrido.

Virãĩ: pode ter dois significados: pelado e avermelhado, no *Diccionario Castellano Guarani y Guarani Castellano*, Antonio Guasch o vocábulo **virãĩ** significa rojizo (avermelhado). A palavra guarani mais usada para a cor roxa é pytãhũ (vermelho + negro).

Versão no site da prefeitura

Na: não é um prefixo. É um verbo regular: (A)na: melecar, cobrir uma superfície com algo pegajoso, manchar. Normalmente os topônimos Guarani ou Tupi não iniciam com verbo. **Virãĩ**: não é prefixo é o nome da cor avermelhada ou do adjetivo pelado.

Também poderia ser **yvyra**: árvore, planta.

Y: (não é i) é uma vogal e um substantivo. Como substantivo significa: rio, água.

Como afirma a pesquisadora Cecy Fernandes é necessário empreender mais pesquisas nesse campo para então podermos afirmar com mais propriedade os significados e origem do topônimo Naviraí.

A pesquisadora Aparecida Negri Isquerdo (2008, p. 49) afirma que Naviraí é um topônimo de base indígena, sendo um hidrotopônimo “Em seguida situam: 06 hidrotopônimos – Água Clara, Corguinho, Iguatemi, Naviraí, Rio Verde de Mato Grosso, Rio

³⁵ A pesquisadora Cecy Fernandes de Assis, autora do dicionário Guarani – Português , gentilmente analisou a palavra Naviraí, com base na língua Guarani, contribuindo com sua análise para esta pesquisa.

Negro”. Nesse sentido é possível afirmar que o nome Naviraí é proveniente de uma base indígena, mas ainda não se pode afirmar com precisão qual seu significado, sendo necessário um maior aprofundamento sobre este assunto, o que podemos afirmar é que a versão aceita como oficial, não tem fundamento etimológico e científico, por isso é necessário ser novamente discutida.

Outros pesquisadores já tentaram buscar a origem do nome Naviraí, por acreditar que este nome poderia ser de autoria do colonizador Ariosto da Riva, mas recentemente o professor Paulo Hamilton editor do jornal Sul News realizou uma entrevista com os filhos e familiares do Empresário Ariosto da Riva, na cidade de Alta Floresta- MT, e nesta ocasião foram entrevistados: Vicente da Riva (66 anos), Marília da Riva Souza Pinto, (69 anos), Vitória da Riva Carvalho (68 anos) e a senhora Renate Amna Willlman da Riva viúva de Ludovico da Riva Neto (71 anos), falecido num desastre aéreo na cidade de Alto Araguaia (MT). De acordo com o professor Paulo Hamilton os filhos do colonizador também não possuem nenhuma informação sobre a origem do nome da cidade de Naviraí, apenas sabem que o pai sempre dava nomes oriundos das tribos indígenas para as cidades onde colonizava, visto que Ariosto é responsável pela colonização de outras cidades além de Naviraí, como: Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás, após retornar de Alta Floresta- MT, o professor Paulo Hamilton publicou uma matéria no jornal Sul News onde ele é o escritor:

Retornei de Alta Floresta, sem conseguir desvendar um grande mistério sobre a verdadeira identidade do nome do nosso município, pois acredito que o colonizador imprimia nos seus projetos de colonização expressões indígenas da região colonizada, em Naviraí os índios Tupi-guarani, no caso de Paranaíta, o topônimo homenageia o Estado do Paraná, de onde veio grande parte dos habitantes do lugar, acrescido do sufixo “ita” que significa Pedra. Destaca-se na região um local chamado “Pedra Preta”, de excepcional beleza. Uma enorme pedra que abriga um dos maiores painéis de pictogravuras do mundo. Apiacás – tribo indígena do Brasil. Língua Apiacá, falada pelos índios Apiacás também conhecido como Apiaká, localizados nos Estados de Mato Grosso e Pará. No recenseamento de 2001 o grupo contava com 192 indivíduos dados do Museu de História Natural de Alta Floresta. (HAMILTON, 2013, p. 01)

Sobre a afirmativa do professor Paulo Hamilton, da possibilidade do nome Naviraí ter sido de autoria de Ariosto da Riva, como no caso das cidades do extremo norte do Mato Grosso, Apiacás, Paranaíta e Alta Flores, acredito ser pouco provável, uma vez que ao analisar a Escritura de Compra e Venda, na pagina 03, das áreas adquiridas pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, é possível verificar que ao adquirir as áreas onde hoje é a área de abrangência do município de Naviraí, o nome Naviraí já existia, o que prova que o

nome antecede as atividades da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, e não foi de autoria de Ariosto da Riva.

No que se refere ao Brasão de Armas e aos símbolos municipais de Naviraí, é possível observar uma incoerência, na sua estrutura, pois a heráldica municipalista, órgão oficial e responsável pela criação de símbolos municipais, introduziu no Brasão de Armas de Naviraí, uma planta de folhas verdes e flores roxas, dizendo ser ela a planta Naviraí.

O Brasão de Armas do município de Naviraí, de autoria do heraldista professor Arcioné Antônio Peixoto de Farias, da enciclopédia Heráldica Municipalista, é descrito nos seguintes termos heráldicos: Escudo samantico encimado pela coroa mural de seis torres, de argente posta em abismo e firmado em haste de sable nascente da ponta, uma planta “naviraí” florida ao natural (BARRETO, 1985, p. 14).

Pelas pesquisas realizadas não foi encontrado nenhuma planta pelo nome “Naviraí”, como já foi mencionado anteriormente, não existe a palavra “Naviraí”, no dicionário guarani, podendo assim afirmar que o heraldista criador do Brasão de Armas do município de Naviraí, dessa maneira criou um símbolo municipal a partir de uma planta que não existe. Nesse sentido é necessário o poder público rever os elementos que fazem parte da bandeira de Naviraí, tendo em vista que a planta que faz parte do Brasão de Armas não existe. Cabe salientar que só sete anos após a emancipação política de Naviraí, é que foram criados os símbolos municipais, pela lei nº 38/70 de 03 de outubro de 1970, o Brasão de armas, e a Bandeira Municipal, e o Hino Municipal só foi criado no ano de 1999.

Dessa forma, após análise sobre a trajetória e atuação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, em Naviraí, foi possível compreender que a formação do núcleo urbano de Naviraí se deu devido a necessidade de vender os lotes rurais, pois quanto mais desenvolvido fosse o núcleo urbano, isso facilitaria a comercialização, que era o principal foco da empresa, tal fato pode ser evidenciado, uma vez que ao esgotar a venda dos lotes rurais o diretor gerente da Colonizadora Ariosto da Riva se desligou da empresa, e investiu na Colonização no extremo norte do Estado de Mato Grosso, onde ele fundou a INDECO- – Integração Desenvolvimento e Colonização, para atuar na colonização de pelo menos três cidades, Paranaíta, Apiacás e Alta Floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa empreendida foi possível entender como a Marcha para o Oeste, uma política Nacional influenciou no processo de Colonização de várias áreas do Centro-Oeste, provocando mudanças demográficas, devido a vinda de várias pessoas para o Centro-Oeste, e a formação de Colônias, como no caso da CAND- a Colônia Agrícola de Dourados e de colonizadoras de cunho particular, no caso da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, esta última se ocupando da área que atualmente compreende o município de Naviraí.

A partir da pesquisa empreendida foi possível analisar como ocorreu a formação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada no Estado de São Paulo, e como esta empresa atuou no extremo Sul do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, uma empresa que no seu início contava com dezoito sócios investidores, e com o passar do tempo estes sócios, que buscavam obter a lucratividade de forma rápida e por lá não conseguirem, acabaram se desligando da empresa e vendendo as quotas ou as parcelas que possuíam do capital da Colonizadora.

Nesse contexto, nota-se como esta empresa conduziu seus negócios no âmbito da colonização de novas áreas no Sul do Estado do Mato Grosso, e como foi o sistema de colonização implantado pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, que tinha como finalidade obter a lucratividade mediante a colonização por ela empreendida. Assim, foi no bojo dessa sistemática de negociações que ocorreu a formação e desenvolvimento da vila, que se tornou o município de Naviraí, e se desenvolveu paralelo as atividades da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso e Limitada, uma vez que quanto mais lotes eram vendidos pela empresa, aumentava a quantidade de migrantes que vinham para trabalhar na terra recém-adquirida. Além disso, para que houvesse a comercialização dos lotes, a empresa investia na organização da vila, criando meios para que as pessoas para lá se dirigissem. Assim, ao longo dos anos da década de cinquenta, quando se iniciou as atividades da colonizadora, até o final da década de setenta, período que pesquisamos, esta empresa passou por muitas alterações contratuais, mudanças nos sócios proprietários, mudanças no local da sede e até no próprio nome da empresa.

Nessa conjuntura se desenvolveu o processo econômico e político da vila, uma vez que no campo econômico o café esteve presente nos primeiros anos, porém devido fatores climáticos ele não continuou sendo praticado. Nesse sentido pode-se destacar a atuação da grande quantidade de serrarias que estiveram presentes em Naviraí a partir da década de

cinquenta, e como estas empresas contribuíram para o aumento populacional, sendo que o auge do extrativismo da madeira ocorreu nas décadas de sessenta e meados da década de setenta, visto que no final da década de setenta as madeiras passaram a vivenciar uma crise devido a diminuição da madeira existente.

Ainda no campo econômico a cotonicultura também esteve presente na economia naviraiense a partir da década de sessenta devido a influência da cultura japonesa que foi responsável pela introdução dessa cultura, bem como a pecuária, que predominou nas propriedades com maior extensão territorial.

No que se refere ao campo político a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, por meio de seus dirigentes, articulou politicamente, e influenciou no processo político de Naviraí, desde as primeiras manifestações que ocorreram no intuito de promover a criação do distrito, que então pertencia ao município de Caarapó, fato que se deu em 1958, e também posteriormente a emancipação política do município, que ocorreu em 1963, numa articulação de Ariosto e também devido articulações políticas do deputado Weimar Gonçalves Torres.

Após a emancipação política em relação ao município de Caarapó, o cenário político de Naviraí ao longo dos anos, desde 1965, ano quando da primeira eleição, até o final da década de setenta, período em foco que pesquisamos, o poder político no executivo, sempre esteve ligado aos partidos de direita política, e a pessoas que possuíam ligações com a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada. Por isso entendemos que a empresa Colonizadora, por meio do seu dirigente Ariosto da Riva, influenciou politicamente ao longo dos anos.

Enfim, nossa pesquisa não teve interesse de afirmar que as ideias e dados nela contidos fossem verdades absolutas, tão pouco inquestionáveis, o que pode se afirmar é que buscamos da melhor e mais fidedigna maneira realizar um trabalho coerente, do ponto de vista do historiador, para que nossa pesquisa possa contribuir com toda comunidade acadêmica, no afã de que a mesma seja o ponto de partida, para que outros pesquisadores possam também empreender novos estudos sobre esta temática, que está longe de ser esgotada.

FONTES

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Fontes Oraís: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Oraís. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.*

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Ervas em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970) – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.*

BARRETO, Maria de Lourdes Silva Colado. *Ensaio Para Uma História Naviraí. Araçatuba: Ed. Gráfica set Ltda, 1985.*

BACELLAR, Carlos de A. P. *Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.) Fontes Históricas. São Paulo: Ed. Contexto, 2008*

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed.: FGV, 1990.*

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.*

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. *História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.*

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2002.*

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.*

LOBO, Eulália L. *História empresarial In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997 – 19ª impressão.*

LE GOFF, Jacques. *História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.*

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política. Campinas: Ed. Papyrus, 1986.*

LINHARES, Maria Yedda. *História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.*

MARTINS, José de Souza. *A Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.*

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.*

OLIVEIRA, Benícia Couto de (org.). *Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. – Dourados: Ed. UFGD, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Articulações econômicas e vias de comunicações do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX): notas para discussão*. Dourados, 2008.

_____. A navegação na bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. *Revista de História Econômica & História de Empresas*, VII.1, 2004, 165-197.

_____. A Grande Empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia Platina (1882 -1949). 2009, UFF.

_____. Um novo porto no Rio Paraguai: Porto Murtinho, Mato Grosso - uma análise de sua trajetória e significados (fins do séc. XIX – inícios do séc. XX). In: GRANDI, Guilherme (Org.). *Transportes e formações econômicas na América Latina*. [livro em processo de elaboração – a ser publicado pela Ed. Alameda, de São Paulo.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o Extremo Sul de Mato Grosso (1940-1970)*. 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

FABRINI, João E. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. 1995. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. Presidente Prudente, 1967. 436 p. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1967. T 006

MORENO, Gislaene. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo.

OLIVEIRA, Benícia Couto de [1999]. *A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.

PIOVESANA, Rodrigo *Cidade em movimento : um estudo sobre a reinvenção do espaço urbano por adictos de Marechal Candido Rondon – Paraná / Rodrigo Piovesana*. – Dourados, MS : UFGD, 2007. 175p. Dissertação (mestrado em História).

ARTIGOS EM REVISTAS E ANAIS DE EVENTOS

ALONSO, Antônio Padilha. *REVISTA - HISTÓRIA E PIONEIROS DA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA DE NAVIRAÍ*. Gráfica e editora Galvão, Maringá, 2011.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica no uso da pesquisa antropológica. In: FELDIMAN- BIANCO, Bela; LEITE, Mirian L. Moreira (orgs). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola de Dourados (1946- 1956)*. / Maria Aparecida Ferreira Carli. – Dourados, MS: UFGD, 2008.

CIAVATTA, Maria Franco. A fotografia como fonte histórica: Introdução a uma coleção de fotos sobre a “Escola do trabalho”. *Educação em Revista*, Revista da Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, (18/19): 27 – 38, dez. 1993/ jun. 1994.

FANASIA, Maria de Lourdes. O SILÊNCIO SOBRE A RUSGA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: Casa Osvaldo Cruz: CPDOC/FGV, 2000.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.

FILHO, Orlando de Miranda. Forte Coimbra: A história de um posto avançado no oeste do Brasil. (1775-1864). *Revista Brasileira de História Militar* nº 14, agos. 2014.

FINOTO, Durval; ALVES, José Ventura; ELERBROCK, Lourdes; SANTOS, Norberto Augusto dos; HAMILTON, Paulo e KAMITANI, Sakae. *DOCUMENTÁRIO NAVIRAÍ A REALIZAÇÃO DE UM SONHO*. PHOTOS TUDIO: 2013.

GUILLEN, Isabel C. Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 1999. Disponível em: <http://www.redcapa.org/Downloads/esa12guillen.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

IESQUIERDO, Aparecida Negri. O NOME DO MUNICÍPIO UM ESTUDO ETNOLINGUÍSTICO E SÓCIOHISTÓRICO NA TOPONÍMIA SUL-MATO-GROSSENSE; *Revista ProLíngua*, Vol. 2 – Nº 2 - jul/dez de 2008. Acesso em 09 jul. 2015.

MACHADO, Silvio Romero Martins; FAY, Cláudia Musa. *EMPRESAS, ESTADO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UMA ANÁLISE COMPLEXA*. 2010, X – ENCONTRO ESTATUAL DE HISTÓRIA.

MENESES, Ana Paula. *COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (CAND): o trabalho dos migrantes e a intensificação da agricultura no antigo sul de Mato Grosso*. IV-

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, VI – ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA. 2012.

MOREIRA, Danilo Leite, DOS ESPAÇOS "VAZIOS" AO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR: UMA BREVE HISTÓRIA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO, ATUAL MATO GROSSO DO SUL, UFMS, 2012.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A Colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: O discurso e a história. *Fronteiras*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p.1326, jul-dez, 1997.

PEREIRA, Eliane M. C. O Estado Novo e a Marcha para Oeste, *História Revista*, UFG, p. 113-129, 1997.

PRADO, Eliane Mimesse, A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação, revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.16, n.31, p.124-133, jan./jul. 2010

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados, *Geografia - v. 00, n. 0, jan./jun. 2009* – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

SANTOS Ciranda Campos Santana dos, SANTOS, Laís de Souza dos, A NOVA IMPRENSA: como os veículos baianos de comunicação realizaram a cobertura do Estado Novo, UFRS, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009_1/A%20NOVA%20IMPRESA.pdf> Acesso em: 10 out. 2014.

SANTOS, Marcio, Quem foram os bandeirantes. Edusp, 2005, Disponível em: <<http://www.historiadobrasil.net/bandeirantes/>>. Acesso em: 03 set. 2014.

SCHWENGBER, Isabela. Quando o MST é notícia. / SCHWENGBER, Isabela de Fátima. – Dourados, MS: Editora da UFGD, p. 180, 2008.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Joel Felipe; GUINDANI Cristóvão. Domingos de Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Ano I - Número I - Julho de 2009.

SOUZA, Maria do Socorro; BOURDOUKAN, Adla. PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA, COMPETIÇÃO ELEITORAL E FINANCIAMENTO PÚBLICO 1. XXX Encontro Anual da ANPOCS, em 2008, no GT Partidos e Sistemas Partidários.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Rumo ao Oeste: Apontamentos acerca da Marcha para Oeste no Sul de Mato Grosso. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

JORNAIS

“Antônio Augusto dos Santos para Prefeito e Elpino Tiago da Rocha para vice prefeito, os candidatos da aliança PSD e PTB em Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 12, ed. 552, abril de 1964, p. 01.

“Balada ao criador de Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 20, ed. 1189, novembro de 1970, p. 06.

Arrecadação Estadual em Naviraí. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 15, ed. 722, janeiro de 1966, p. 01

“Arrecadação no Estado”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 22 nov. ed. 1382, novembro de 1972, p. 02.

“Candidatos que estão concorrendo ao pleito de 15 de Novembro vindouro”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 22, ed. 1374, outubro de 1972, p. 05.

Coletoria Estadual de Naviraí. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 19, ed. 1109, janeiro de 1970, p. 01.

“Dois candidatos disputarão as eleições à prefeitura de Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 13, ed. 627, fevereiro de 1965, p.04.

“Eleições em Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 13, ed. 637, abril de 1965, p. 04.

“Eleições nos Novos Municípios – Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 13, ed. 629. março de 1965, p. 02.

“Eleito o Diretório Municipal do PSD em Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 12, ed. 545, fevereiro de 1964, p. 01.

“Eleitores Naviraienses, Um município Novo necessita de uma administrador jovem e capaz, para organizá-lo bem e dar-lhe a mais perfeita condição de funcionamento; Eleições em Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 13, ed. 632, março de 1965, p. 02.

“Naviraí, atinge um dos seus grandes objetivos com a criação do Município”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 12, ed. 537, dezembro 1963, p. 01

“Naviraí e sua História”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 16, ed. 889, dezembro de 1967, p.08.

“Naviraí uma cidade que surgem em nosso município”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 02, ed. 60, junho de 1952, p. 04.

“O surpreendente Progresso de Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 03, ed. 147, fevereiro de 1945, p. 04.

“Proposta, na Assembleia Legislativa a Criação do município de Naviraí”. *Jornal O Progresso*, Dourados, Ano 11, ed. 494, fevereiro de 1963, p. 01.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA. Ítalo Cândido de Marco. (mp4). Produção: Djalma Lino Gonçalves Naviraí, UFGD, 2015. 60 mim (aprox.)

ENTREVISTA. João Martins Cadoso. (mp4) Produção: Djalma Lino Gonçalves, Naviraí, UFGD, 2013. 40 mim (aprox.).

ENTREVISTA. Lourdes Elerbrock (Manuscrita) Produção: Djalma Lino Gonçalves, Naviraí, UFGD, 2013/2015.

ENTREVISTA. Ronald Almeida Cançado. (Manuscrita) Produção: Djalma Lino Gonçalves Naviraí, UFGD 2015.

DOCUMENTOS

CERTIDÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO DA GLEBA BONITO, Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada; 30/09/1952.

CONTRATO DE CRIAÇÃO DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO E LIMITADA, Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, 1951-1992

ESCRITURA DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DAS GLEBAS: BONITO E NAVIRAÍ, Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada 16/04/1952.

CERTIDÃO DE MUDANÇA DA SEDE DA COLONIZADORA VERA CRUZ MATO GROSSO LIMITADA PARA NAVIRAÍ, Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, 28/11/1972.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE DE VENDAS, Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada, 1953 a 1954.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ, 10/06/1952.

ANEXOS

Figura 37: Contrato de Promessa de Venda e Compra das Glebas: Bonito e Naviraí



ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE MARÍLIA

CARTÓRIO DO 2.º OFFÍCIO

FALÁCIO DA JUSTIÇA

Rua Baía, 201 --- Fôno, 5279 --- Caixa Postal, 43

Amando de Oliveira Rocha Filho

TABELIÃO

Aldonio Ferreira de Faria

OFICIAL MAIOR

MARÍLIA

Primeiro traslado de Escritura de compromisso de venda e compra,

CARTÓRIO DO 2.º OFFÍCIO
MARÍLIA
EST. DE S. PAULO
ALDONIO FERREIRA DE FARIA
OFICIAL MAIOR

PRIMEIRO TRÁSLADO
DE TABELIÃO
N.º 14 DE 1952

PRIMEIRO TRÁSLADO
DE TABELIÃO
N.º 14 DE 1952

que FRANCISCO BERTOMI, SUA MULHER
E OUTROS fazem á COLONIZADORA VE-
RA CRUZ-MATO GROSSO LTDA., como
abaixo se declara, no valor de
Cr\$4.065.396,60. = = = = =

S A I R A M

quantos ésta pública escritura ví

rem, que aos quinze (15) dias do mês de Março, do âno de mil no-
vecentos e cinquenta e dois (1.952), nesta cidade e comarca de
Marília, do Estado de São Paulo, em cartório, perante mim Ofi-
cial Maior, compareceram partes entre si justas e contratadas, a
saber:- de um lado, como outorgantes promitentes vendedores,
FRANCISCO BERTOMI, comerciante e sua mulher D^{ca} ARACILDA GAZAL
BERTOMI, de prendas domesticas, brasileiros, residentes em Campo
Grande, Estado de Mato Grosso, ela representada, neste áto, pelo
seu nomeado marido, ora nesta de passagem, nos termos da procura
ção lavrada nas notas do 4º Tabelião da comarca de Campo Grande,
livro nº 39, fls. 140, que me foi exhibida e fica registrada no
livro especial nº 14 deste cartório; ADOLFO PEREIRA BARBOSA, que
tambem se assina Adolfo Barbosa, fazendeiro e sua mulher D^{ca} DEO-



DEOLINDA DINIZ BARBOSA, de prendas domesticas, brasileiros, residentes em Campo Grande, Estado do Mato Grosso, ela representada, neste ato, pelo seu nomeado marido, nesta ora de passagem, nos termos da procuração lavrada nas notas do 4º Tabelião da comarca de Campo Grande, livro nº 39, fls. 141, que me foi exibida e fica registrada no livro especial nº 14 deste cartorio, e ANTONIO MENA GONÇALVES E SUA MULHER Dª DRAUZA DE SOUZA GONÇALVES, ele agrimensor e ela de prendas domesticas, brasileiros, residentes em Campo Grande, Estado do Mato Grosso, ambos representados, neste ato, pelos seus bastante procuradores em causa-propria, os nomeados Francisco Bertoni e Adolfo Barbosa, já qualificados, nos termos dos respectivos instrumentos lavrados nas notas do 4º Tabelião da comarca de Campo Grande, livro nº 32, fls. 61 e 63, respectivamente, que me foram exibidos e ficam registrados, tambem, no livro especial nº 14 deste cartorio; e, de outro lado, como outorgada prometida compradora, a COLONIZADORA VERA CRUZ-MATO GROSSO LTDA., com séde em Vera Cruz, desta comarca, representada, neste ato, pelos seus socios-gerentes Baptista Ottoboni Netto, solteiro, residente em Vera Cruz e Vicente Geraldo Scarsotolo, casado, residente nesta cidade, e, tambem, pelos seus socios sub-gerentes Aristosto da Riva, residente nesta cidade e Carlos Alberto de Souza Brito, residente em Vera Cruz, ambos casados e todos proprietarios, - sendo os presentes reconhecidos pelos proprios de mim Oficial Maior e das duas testemunhas adiante nomeadas e ao final assinadas, do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pelos outorgantes promitentes vendedores, na forma declarada e falando em conjunto, me foi dito o seguinte: - a) que, a justo título, em virtude de título definitivo de propriedade expedido pelo Departamento de Terras e Colonização de Curitiba - Delegacia Especial de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso, em 27 de Janeiro de 1.951, devidamente transcrito sob nº 1.151, á fls. 69 do livro 3-C, do Registro de Imoveis de Dourados, Estado de Mato Grosso, em 2 de Fevereiro de 1.951, torna-



CARTORIO DO 1º OFFÍCIO
AMARDO DE OLIVEIRA NICOLA PULTRI
advogado



tornaram-se senhores e legítimos possuidores de uma área de ter-
 ras com 9.469 (nove mil quatrocentos e sessenta e nove) hectares,
 com a congrua, digo, com a configuração de um polígono irregular,
 na gleba denominada "Naviraí", no município e comarca de Doura-
 dos, Estado de Mato Grosso, achando-se os respectivos marcos de
 divisa assim colocados:- "o 1º, na barra do correjo Tejuí, no rio
 Amambá e a 450 metros da 1ª estação, ficando dito marco pela
 margem esquerda de ambos os cursos; o 2º, á margem esquerda do
 rio Amambá e a 300 metros da 3ª estação, sendo que esta estação
 se encontra a 6.750 metros da 1ª, em dois rumos, servindo de li-
 mite entre o 1º e 2º marcos, o mesmo rio amambá; o 3º, na divi-
 sória dos lotes "Bonito" e "Iporã", pertencentes respectivamente
 a Arcilda Gazal Bertoni e João W. de Arruda e Manoel de A. e
 Souza, distante 11.700 metros do 2º, ao rumo 12º 20' N.E.; o 4º,
 comum ao dito lote "Iporã", acha-se á margem direita do correjo
 Chachi, distante 12.500 metros do 3º, ao rumo 0º 00' N.E.; o 5º,
 na nascente deste correjo e ao lado da estrada antiga, distante
 1.600 metros do 4º, ao rumo de 83º 19' S.W., servindo de limite
 entre o 4º e 5º marcos, o dito correjo Chachi; o 6º, na nascente
 do correjo da Tuna e ao lado daquela estrada, distante 2.250 me-
 tros do 5º, ao rumo de 53º 20' S.W., servindo de limite entre o
 5º e o 6º marcos, a referida estrada; o 7º, á margem esquerda do
 correjo Tuna; o 8º, a 320 metros do 7º e a 1.400 metros do 6º, ao
 rumo de 35º 00' S.W., servindo de limite entre o 6º e o 7º mar-
 cos, o mesmo correjo Tuna; o 9º, comum ao lote "Iguassú", de Le-
 vi G. Pereira, distante 10.985 metros do 8º, ao rumo de 9º 30' S.
 E.; o 10º, na nascente do correjo Espadachim, dividindo com o lo-
 te "Iguassú"; o 11º, na barra deste correjo com o denominado Te-
 juí, pela margem esquerda de ambos e a 200 metros da 10ª estação,
 ficando esta a 4.400 metros do 9º, ao rumo de 63º 12' S.W. e a
 5.600 metros da 1ª, em dois rumos, servindo de limite entre o
 10º e 1ª marcos, os correjos Espadachim e Tejuí", - tudo como
 consta da respectiva planta, rubricada pelos ora contratantes e

contratantes e que fará parte integrante e inseparável desta escritura, para todos os fins de direito; b) e, finalmente, pelo primeiro casal outorgante promitente vendedor, na forma declarada, ne foi dito, perante as mesmas testemunhas, que também a jugo título, conforme título definitivo expedido em 27 de Janeiro de 1.951, pelo Governo do Estado de Mato Grosso, transcrito sob nº 1.150, á fls. 68 do livro 3-C, no Registro de Imóveis da comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso e averbado na Coletoria Estadual do município de Dourados, sob n. 1.253, á fls. 155 do livro nº 1, dentre outros bens tornaram-se senhores e legítimos possuidores de uma área de terras com 7.000 (sete mil) hectares, na gleba "Bonito", dividida e demarcada, situada no município e comarca de Dourados, - 7.000 hectares esses que deverão ser tirados de dita gleba, em lugar do perfeito conhecimento dos ora contratantes, correndo as despesas com a demarcação em partes iguais pelos outorgantes e outorgada, e comprometendo-se, ainda, os promitentes vendedores a dar, por ocasião da escritura definitiva, o roteiro e confrontação da dita área de terras; que, possuindo os imóveis retro referidos, ou seja os 9.469 e os 7.000 hectares de terras, inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus, impostos e hipotecas, mesmo legais, por esta escritura e na melhor forma de direito, se comprometem vende-los á outorgada Colonizadora Vera Cruz-Mato Grosso Ltda., que se obriga adquiri-los, pelo que reduzem dito compromisso á presente, afim de ser regido pelas cláusulas e condições abaixo, que reciprocamente estipulam e outorgam, a saber:- 1ª) O preço total da venda é quatro milhões, sessenta e cinco mil trezentos e noventa e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$4.065.396,60), por conta do qual os outorgantes já receberam da outorgada, em dinheiro de contado do país, como princípio de pagamento, as seguintes importancias: a) trezentos mil cruzeiros (Cr\$300.000,00) no dia 21 de Janeiro de 1.952; b) e oitocentos e setenta mil cruzeiros (Cr\$870.000,00), neste ato, perfazendo tudo a quantia de Cr\$1.170.000,00, da qual

CARTORIO DO 1.º OFFICIO
AMARDO DE OLIVEIRA ROCHA FILHO
ESCRITURARIO
MAQUETA

CARTORIO DO 1.º OFFICIO
3
Município de Mato Grosso do Sul
1954

qual dão a outorgada, plena, geral e irrevogável quitação, que não mais repetir, - certo que, desses pagamentos, Cr\$224.580,00 e Cr\$708.855,00 foram recebidos por Francisco Bertoni, e Cr\$..... 75.420,00 e Cr\$161.145,00 foram recebidos por Adolfo Barbosa, respectivamente; 2ª) O restante do preço pactuado deverá ser pago pela outorgada aos outorgantes, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, mediante recibos em forma legal, da seguinte forma:- a) importância de oitocentos e sessenta e dois mil seiscentos e noventa e oito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$..... 862.698,30), no dia 15 de Julho de 1.952, sendo Cr\$701.553,30 a Francisco Bertoni e Cr\$161.145,00 a Adolfo Barbosa; b) a importância de hum milhão e dezesseis mil e trezentos e quarenta e nove cruzeiros e vinte centavos (Cr\$1.016.349,20), no dia 15 de Janeiro de 1.953, sendo Cr\$817.494,20 a Francisco Bertoni e Cr\$... 198.855,00 a Adolfo Barbosa; c) e, por ultimo, a importância de hum milhão e dezesseis mil e trezentos e quarenta e nove cruzeiros e dez centavos (Cr\$1.016.349,10), no dia 15 de Janeiro de 1.954, sendo Cr\$817.494,10 a Francisco Bertoni e Cr\$198.855,00 a Adolfo Barbosa, não vencendo ditas prestações juros de qualquer natureza; 3ª) A outorgada entrará desde já na posse de ditos imóveis, a qual será exercida a título precário em nome dos outorgantes, até que se efetive com a transmissão e competente transcrição, deles podendo usar e gozar como bem entender, inclusive revende-los no todo ou em partes; 4ª) A escritura definitiva deverá ser lavrada nestas mesmas notas e durante as horas do expediente, no dia 15 de Janeiro de 1.954, ou antes, uma vés pago o total do preço combinado, e poderá ser passada diretamente a outorgada ou a quem fôr por ela indicado, no todo ou em partes; fica, facultado a outorgada, entretanto, o direito de exigir a escritura definitiva em qualquer momento, caso em que as prestações ainda em débito deverão ser representadas por notas promissórias emitidas pela outorgada, com anuência de seus socios e avaliadas por pessoas idoneas e que forem aceitas pelos outorgan



outorgantes,- promissórias essas de iguais valores e vencimentos acima mencionados, todas pagáveis na cidade de Campo Grande, Estado do Paraná, digo, Estado de Mato Grosso; 5ª) Todos os impostos municipais, estaduais e federais que recaírem sobre ditas terras, a partir do corrente exercício em diante, deverão ser pagos pela outorgada quando devidos e nas repartições competentes, mesmo em nome dos outorgantes; 6ª) A cargo único e exclusivo da outorgada prometida compradora, ficarão todas as despesas com esta e com a escritura definitiva, sem exceção de nenhuma, gbu código, nenhuma, bem como o imposto federal sobre lucros, que deveria ser pago pelos outorgantes, mas que, por convenção feita, ficará por conta da outorgada; 7ª) Os outorgantes se obrigam a transmitir os imóveis objeto da presente, por ocasião da escritura definitiva, sem que sobre os mesmos pesem ônus de qualquer natureza,- certo, outrossim, que este compromisso obriga não só outorgantes e outorgada, como seus herdeiros e sucessores; 8ª) O presente compromisso é feito em caráter permanente e irrevogável não podendo ser rescindido pelos contratantes, sob qualquer pretexto, incorrendo, entretanto, qualquer das partes que infringirem qualquer das suas cláusulas, na multa de 10% sobre o seu valor, a qual não sendo paga amigavelmente, será cobrada por ação competente; acrescida das custas e mais despesas em que for condenada a parte infratora; 9ª) Fica eleito, desde já, por mútuo acôrdo entre os contratantes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o fóro da comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para nele ser demandado este contrato, em caso de necessidade. Em seguida, pelos contratantes, outorgantes e outorgada, na forma ao início declarada, me foi dito, perante as mesmas testemunhas e falando cada um por sua vês, que aceitavam esta escritura tal como se acha redigida, para que produza seus devidos e legais efeitos, e me exibiram, na falta de adesivos de maior valor, o talão-recibo nº 547, no valor de Cr\$...... 40.660,00, correspondente ao selo pago por verba e recolhido á

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
MARILIA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AMADOR DE OLIVEIRA BOCHA FERREIRA
MARILIA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
MARILIA

a Coletoria Federal de Marília, - talão esse datado e devidamente assinado, que fica colado à margem da presente, selada apenas com a taxa de Ed. e Saude, abaixo colada e inutilizada. E, de como assim o disseram, dou fé, se pediram e eu lhes levarei esta escritura, a mim hoje distribuída, a qual feita, lhes sendo lida ante as testemunhas José Machado e Mario Boarin, brasileiras, maiores, minhas conhecidas e residentes nesta cidade, aceitaram por acha-la conforme, outorgaram e assinam com as mencionadas testemunhas, pessoas idôneas e presentes ao ato. Eu, Aldonio Ferreira de Faria, Oficial Maior, a escrevi. (as) FRANCISCO BERTONI. ADOLPHO PEREIRA BARBOSA. ADOLPHO BARBOSA. BATISTA OTTOBONI NETO. VICENTE GERALDO SCARABOTOLO. ARIOSTO DA RIVA. CARLOS ALBERTO SOUZA BRITO. José Machado. Mario Boarin. (Legalmente selada). Nada mais. Traslada em seguida. Dou fé. Eu, Aldonio Ferreira de Faria, Oficial Maior do 2º Ofício, fiz datilografar, conferi, subscrevi e assino em público e raso.---

Em teste Aldonio Ferreira de Faria da verdade

D. Cr\$1.000,00
Em. \$ 100,00
Cr\$1.100,00

pg.p/Outgd

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO MARILIA

EST. DE S. PAULO

ALDONIO FERREIRA DE FARIA
- OFICIAL MAIOR -

15 3 15 3 15 3 15 3 15 3

TAXA DE 100,00
EST. DE S. PAULO
PRAÇA DE SÉ - 51

TAXA DE 100,00
EST. DE S. PAULO
PRAÇA DE SÉ - 51

TAXA DE 100,00
EST. DE S. PAULO
PRAÇA DE SÉ - 51

TAXA DE 100,00
EST. DE S. PAULO
PRAÇA DE SÉ - 51

TAXA DE 100,00
EST. DE S. PAULO
PRAÇA DE SÉ - 51

TAXA DE 100,00
EST. DE S. PAULO
PRAÇA DE SÉ - 51

ANGELO NIGRO

Numero 2343 | Protocolo 1-A
Pagina 256
Apresentado no dia 16 de abril
de 1952 das 10 horas.
O Oficial de Registro substit.

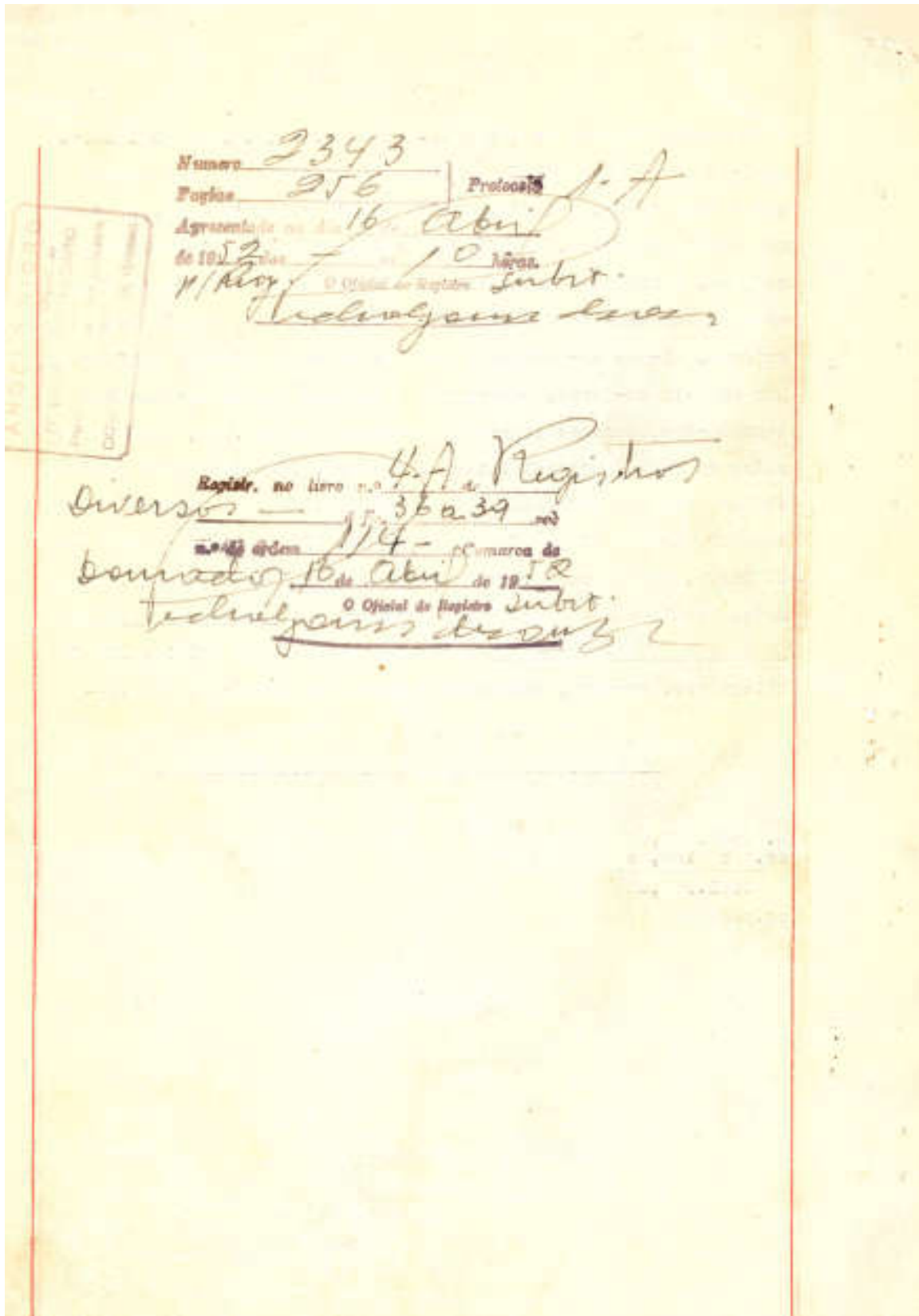
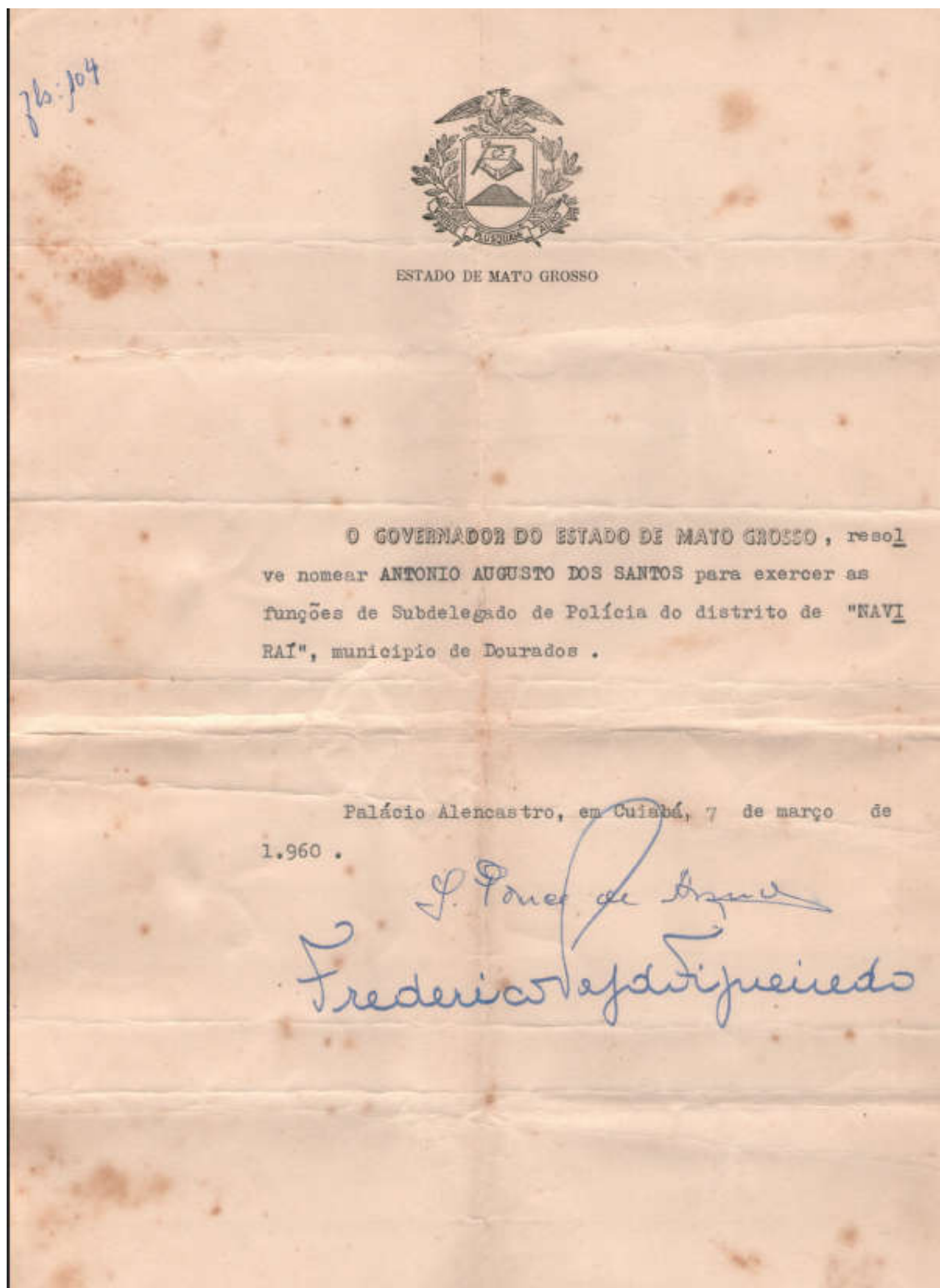


Figura 38: Nomeação do Sr. Antônio Augusto dos Santos ao Cargo de Subdelegado de Naviraí



Fonte: Arquivo pessoal Lourdes Elerbrock 1960

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 28 de agosto de 2015.

Djalma Lino Gonçalves